



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Bruno Dallacort Zilli

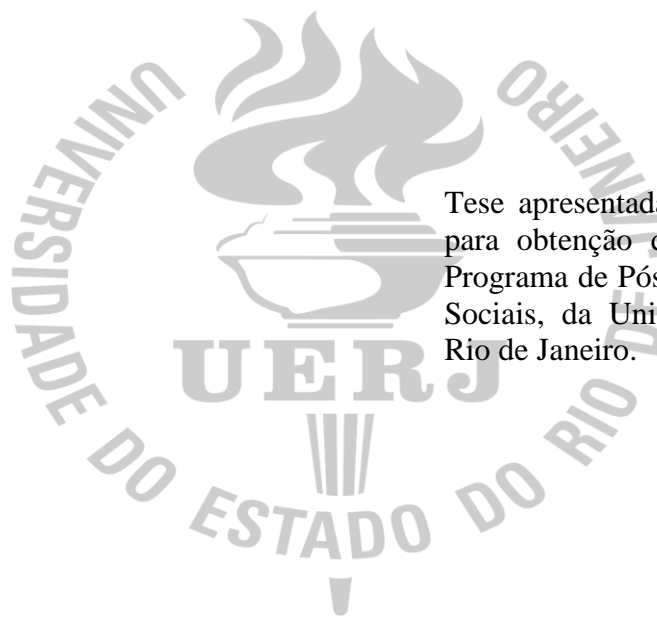
**Gramáticas emocionais em trajetórias de engajamento no campo de direitos
sexuais: compaixão e vitimização a partir de narrativas biográficas de
intelectuais brasileiros**

Rio de Janeiro

2012

Bruno Dallacort Zilli

**Gramáticas emocionais em trajetórias de engajamento no campo de direitos sexuais:
compaixão e vitimização a partir de narrativas biográficas de intelectuais brasileiros**



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Claudia Coelho

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

Z69c Zilli, Bruno Dallacort
Gramáticas emocionais em trajetórias de engajamento no campo de direitos sexuais: compaixão e vitimização a partir de narrativas biográficas de intelectuais brasileiros /Bruno Dallacort Zilli. – 2012.
146 f.

Orientador: Maria Cláudia Coelho.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Emoções – Aspectos sociais - Teses. 2. Gênero - Teses.
I. Coelho, Maria Cláudia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 301

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Bruno Dallacort Zilli

**Gramáticas emocionais em trajetórias de engajamento no campo de direitos sexuais:
compaixão e vitimização a partir de narrativas biográficas de intelectuais brasileiros**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais, da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

Aprovada em 19 de outubro de 2012.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Maria Cláudia Coelho (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^a. Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Cynthia Sarti

Universidade Federal de São Paulo

Prof^a. Dra. Jane Araujo Russo

Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof. Dr. João Trajano de Lima Sento-Sé

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara

Instituto de Medicina Social - UERJ

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Leonita e Julião.

AGRADECIMENTOS

À Maria Claudia, pela confiança, que se manteve ferrenha mesmo quando a minha própria fraquejava. Por ter sido uma inspiração profissional e ética. Pelas oportunidades. Por ter sido uma mentora.

Aos membros da minha banca, Adriana, Ana Teresa, Cynthia, Jane, Sérgio e Trajano, por terem aceitado participar da avaliação do meu trabalho.

À Jane, que me formou na vida acadêmica, por ter sido uma fonte de inspiração, sempre.

À Adriana, não apenas por ter me recebido sempre com gentileza e doçura, seja em sua casa ou em sua sala de aula, mas também por ser uma incrível fonte de inspiração intelectual.

A Horacio, pela amizade. Mas também pela vibrante experiência de troca que tem sido trabalhar juntos nos últimos anos.

A Mario, pela amizade, por ter me recebido em BsAs, pelo humor irônico. E também por ter gentilmente ajudado a disponibilizar o banco de entrevistas que utilizei neste trabalho.

Aos meus pais, que sempre me deram apoio incondicional para que eu investisse nessa trajetória que tem um capítulo que se encerra agora, enquanto outros se iniciam.

Aos meus avós, Oswaldo e Iara, que sempre torceram por mim e que puderam presenciar mais esta conquista.

Ao PPCIS, pela base acadêmica construída desde a graduação. Um agradecimento especial aos membros da secretaria, Sônia e Wagner, sempre tão solícitos e gentis.

Ao CLAM, pelo instigante e importante diálogo que tem fomentado.

À Silvia, inspiradora não apenas por suas idéias, mas principalmente por ser uma grande amiga.

A Paulo Victor, por ter me dado uma entrevista para uma tese que nunca foi. Mas especialmente por ser um bom amigo e por sempre me apoiar.

À Tatiana, pela amizade fiel e constante. É uma grande felicidade tê-la ao meu lado depois de tanto tempo (e já faz tanto assim?!), e que possamos continuar caminhando juntos por muito tempo ainda.

À Nívia, pelo imenso carinho que tem por mim. Saiba que ele é recíproco.

A Paulo Miguel, cuja amizade deveria ter se iniciado antes, e que se manteve mesmo com a distância.

À Diana, com quem a afinidade sempre foi tão grande.

À Camila e Axel, que mesmo além do Atlântico continuam tão próximos e queridos.

À Anna Vencato, que mesmo distante é uma amizade muito especial.

A Thiago, por me dar algo em que pensar que não fosse este trabalho.

À Maria Thereza, pelo apoio fundamental nos momentos mais difíceis.

RESUMO

ZILLI, Bruno Dallacort. *Gramáticas emocionais em trajetórias de engajamento no campo de direitos sexuais: compaixão e vitimização a partir de narrativas biográficas de intelectuais brasileiros*. 2012. 146 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Esta tese analisa narrativas de trajetórias acadêmico-profissionais a partir de um banco de entrevistas com atores de destaque no campo intelectual latino-americano de direitos sexuais. Foi feito um recorte privilegiando os atores brasileiros, buscando compreender que gramática emotiva informa o discurso sobre a motivação no engajamento político e intelectual em temas ligados ao gênero e à sexualidade. Os conceitos de violência e compaixão emergem, na análise, como importantes noções que ajudam a explicar o engajamento nesses temas. O aporte teórico utilizado é o da bibliografia da antropologia das emoções, na qual se destacam os referenciais analíticos que discutem o papel das emoções em movimentos sociais. Este referencial é utilizado para pensar as narrativas, com foco na relação discursiva entre a emoção e escolhas profissionais nestas carreiras interseccionadas tanto por estudos temáticos em direitos sexuais, quanto pela interlocução com movimentos sociais em diálogo com estes temas. O objetivo é investir em uma análise discursiva focando na gramática emocional das narrativas sobre o engajamento nas temáticas da política, dos direitos sexuais e das questões de gênero e sexualidade, com ênfase nas articulações entre engajamento intelectual e engajamento político.

Palavras-chave: Direitos sexuais. Gênero. Sexualidade. Antropologia das emoções. Entrevistas. Trajetórias profissionais.

ABSTRACT

ZILLI, Bruno Dallacort. *Emotional grammars in sexual rights professional trajectories: compassion and victimization in the biographical narratives of Brazilian intellectuals*. 2012. 146 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

This dissertation examines narratives of scholars with prominent trajectories in the field of sexual rights in Latin America. The corpus is made from a database of interviews with recognized actors in the intellectual field of the Latin American sexual rights, particularly the interviews with Brazilians. The objective is to describe and understand the emotional grammars that inform discourses related to their engagement in political and intellectual issues of gender and sexuality. The concepts of violence and compassion explain their commitment to these issues. From a theoretical approach based on the anthropology of emotions, the dissertation discusses the role of emotions in social movements. The focus was on the discursive relationship between emotion and career choices in these narratives, which are intersected both by thematic studies on sexual rights, and the exchange with social movements.

Key-words: Sexual rights. Gender. Sexuality. Anthropology of emotions. Interviews. Professional trajectories.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	EMOÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: MICROPOLÍTICA, SUBJETIVIDADES E COGNIÇÃO.....	19
1.1	Apresentação.....	19
1.2	O Campo da antropologia das emoções: emoções e a vida pública.....	20
1.3	O Papel das emoções na teoria da ação social: marcos teóricos.....	22
1.4	Emoções e cognição.....	27
1.5	Emoções e mobilização política: “choque moral” e interfaces entre emoções e cognição.....	29
1.6	“Choque moral” e a análise interacionista.....	31
1.7	Novos movimentos culturais: transformações recentes nas formas de mobilização política.....	33
1.8	Moralidade, emoção e política: movimentos sociais e antropologia.....	35
1.9	O Movimento gay e “choque moral” na epidemia de AIDS nos Estados Unidos..	37
2	DIREITOS HUMANOS, DIREITOS SEXUAIS.....	49
2.1	Apresentação.....	49
2.2	Discursos sobre gênero e sexualidade.....	49
2.2.1	<u>A abordagem foucaultiana sobre a sexualidade.....</u>	51
2.3	Trajetória dos direitos humanos.....	55
2.4	O movimento homossexual brasileiro.....	61
2.5	A questão da violência no movimento homossexual brasileiro.....	64
2.6	A perspectiva da teoria feminista sobre a sexualidade e a violência.....	70
3	METODOLOGIA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE ANÁLISE.....	75
3.1	Apresentação.....	75
3.2	Trabalho, vocações e biografias.....	75
3.2.1	<u>O racionalismo moderno e a profissão como vocação.....</u>	76
3.2.2	<u>Ciência e política: duas vocações.....</u>	78
3.2.3	<u>Pierre Bourdieu e a “ilusão biográfica”.....</u>	79
3.2.4	<u>Memória.....</u>	83
3.2.5	<u>A teoria vivida.....</u>	84

3.3	O Banco de entrevistas	86
3.3.1	<u>O Recorte no banco</u>	88
3.3.2	<u>Desafios</u>	88
4	ANÁLISE	92
4.1	Apresentação	92
4.2	Gramáticas de engajamento	93
4.2.1	<u>Inquietude</u>	93
4.2.2	<u>Satisfação</u>	96
4.2.3	<u>Desenvolvimento Lógico</u>	98
4.2.4	<u>Identificação</u>	99
4.2.5	<u>Formas de iniciação</u>	100
4.2.6	<u>Pioneirismo e Prestígio</u>	104
4.3	Marcos das narrativas	106
4.3.1	<u>A Ditadura</u>	106
4.3.2	<u>O apoio financeiro e a institucionalização</u>	107
4.3.3	<u>Os diálogos internacionais</u>	108
4.4	O “choque moral”	109
4.5	Identificação e nomeação	112
4.5.1	<u>O encontro com o outro: identificação</u>	112
4.5.2	<u>O encontro com a teoria: nomeação</u>	115
5	A NOÇÃO DE VÍTIMA: VIOLÊNCIA E SOFRIMENTO	117
5.1	Apresentação	117
5.2	Compaixão e vitimização	117
5.3	A noção de “vítima”	120
5.4	A categoria “vítima” como figura da modernidade	128
5.4.1	<u>A figuração na análise sobre o processo civilizador de Elias</u>	128
5.4.2	<u>O poder e o monopólio da violência na obra de Foucault</u>	131
5.5	Cruzamentos analíticos	133
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	142

INTRODUÇÃO

Apresentação

Esta tese analisa narrativas de trajetórias acadêmico-profissionais a partir de um banco de entrevistas com atores de destaque no campo intelectual latino-americano de direitos sexuais. Foi feito um recorte privilegiando os atores brasileiros, buscando compreender que gramática emotiva informa o discurso sobre a motivação no engajamento político e intelectual em temas ligados ao gênero e à sexualidade. Os conceitos violência e compaixão emergem, na análise, como importantes noções que ajudam a explicar o engajamento nesses temas.

O banco das entrevistas analisadas faz parte do projeto “Sexualidad, salud y política en América Latina: reconstrucción y análisis de una tradición intelectual de investigación”, coordenado por Mario Pecheny (Instituto de Investigaciones Gino Germani - IIGG/UBA), desenvolvido no âmbito do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM/IMS/UERJ. Este banco de entrevistas não é compreendido neste estudo como uma amostra exaustiva ou representativa de todo o universo dos direitos sexuais, e o próprio projeto que o originou reconhece que seus entrevistados foram selecionados a partir de uma rede específica de atores em constante interlocução e reflexão sobre este campo.

Diferentemente do projeto que originou o banco de entrevistas analisado, o objetivo desta tese não é descrever o estabelecimento do campo dos direitos sexuais, mas elaborar uma formulação teórica sobre as gramáticas de engajamento neste campo, através da análise comparativa das narrativas sobre trajetórias inscritas nele. Para tal, o foco analítico incide sobre questões teóricas acerca da explicação para a motivação da ação social, elegendo o banco de entrevistas como um arquivo cujo exame ajuda a formular e aprofundar indicações de respostas a tais perguntas, que se aplicariam ainda a outros arquivos e recortes empíricos. As questões ligadas à violência e compaixão são então pensadas tendo como referência o campo dos direitos sexuais, embora existam outras abordagens e formas de circunscrever essas questões, por exemplo, através da questão da mulher e da história do movimento feminista no Brasil.

O aporte teórico utilizado é a bibliografia da antropologia das emoções, na qual se destacam os referenciais analíticos que discutem o papel das emoções em movimentos sociais. Este referencial é utilizado para pensar as narrativas, com foco na relação discursiva entre a emoção e escolhas profissionais nessas carreiras interseccionadas tanto por estudos temáticos em direitos sexuais, quanto pela interlocução com movimentos sociais em diálogo com esses

temas. O objetivo é investir em uma análise discursiva focando na gramática emocional das narrativas sobre o engajamento nas temáticas da política, dos direitos sexuais e das questões de gênero e sexualidade, com ênfase nas articulações entre engajamento intelectual e engajamento político.

O contexto de origem das reflexões teóricas que levaram a este trabalho está na minha experiência acadêmica. No meu curso de Mestrado, realizado no Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ) sob a orientação da Prof^a. Jane Russo, escrevi minha dissertação comparando o discurso da psiquiatria sobre comportamentos mais conhecidos no senso comum como perversões sexuais ou sadomasoquismo com a apropriação e reinterpretação leiga que os adeptos de determinadas práticas sexuais (conhecidas entre eles como BDSM) fazem do discurso médico. Realizei um levantamento de informações sobre o BDSM na internet, deparando-me com uma grande quantidade de material produzido pelos praticantes contendo ampla reflexão sobre os significados da prática, bem como os esforços por legitimá-la, onde a questão do consentimento como elemento apaziguador da violência inerente nesses comportamentos surgiu como um resultado importante da análise.

Originalmente, quando ingressei no doutorado em 2008, pretendia seguir estudando esse tema, agora sob o aporte da antropologia das emoções, no contexto da orientação da Prof^a. Maria Claudia Coelho. Contudo, ao final do primeiro ano do doutorado, após participar de alguns congressos da área de Ciências Sociais e de apresentar minhas ideias preliminares nestes contextos e em salas de aula do curso, deparei-me com a sensação de certa tangencialidade do objeto nas Ciências Sociais, menos diretamente justificável se comparado com o campo da Saúde Coletiva onde a associação do BDSM com o discurso médico é mais evidente. Isso suscitou em mim o desejo de explorar outras questões e, em especial, desejava realizar uma pesquisa que envolvesse etnografia *in loco*, uma vez que meu estudo anterior fora realizado através de uma análise antropológica das trocas e interações sobre o BDSM através da internet.

Na mesma época, tive contato com um grupo de ONGs que conduziam projetos de pesquisa e intervenção relativos à epidemia HIV voltada à população de gays e lésbicas jovens no Rio de Janeiro (e, indiretamente, com seus parceiros em outros dois estados), financiados por uma ONG estrangeira. Alguns colegas de graduação ou pós-graduação, bem como conhecidos desse mesmo círculo, estavam envolvidos com essas atividades, empregados como coordenadores ou executores deste projeto nas ONGs cariocas. Essa

ligação deu-me uma percepção sobre a trajetória de mobilização dentro dessas instituições e suas atividades tematizada por perspectivas pessoais. Desse cenário, chamava-me especial atenção a circulação de pessoas e ideias nos âmbitos acadêmico e ativista.

Conversando com minha orientadora sobre o desejo de explorar um objeto e uma metodologia de pesquisa diferentes, elaboramos um projeto que buscava analisar as relações entre ativismo e academia através da observação participante. Assim, a partir de 2009 passei a acompanhar mais de perto muitas das atividades dessas ONGs, conduzindo uma pesquisa através do método etnográfico. Também desenvolvi como proposta de metodologia de análise entrevistas em profundidade sobre a história de vida dos principais membros das instituições pesquisadas, centradas na questão do engajamento político e intelectual, circulação e trajetórias.

Em Março de 2010 apresentei o projeto de pesquisa de doutorado que vinha desenvolvendo para avaliação de uma banca de qualificação, composta pela Prof^a. Adriana Vianna, do Museu Nacional, pela Prof^a. Jane Russo e pelo Prof. Sérgio Carrara, ambos professores do IMS e pesquisadores do CLAM. As sugestões da banca foram para que eu utilizasse a experiência etnográfica acumulada não como campo, mas para construir um objeto de pesquisa, reconhecendo que minhas reflexões até ali eram marcadas pelo olhar (não exatamente externo) de uma certa academia, de uma certa ciência social e um certo ativismo, e que a escolha pelo ativismo HIV e LGBT para pensar a relação academia e ativismo fazia sentido por ser um campo de muito trânsito entre ambas. Em outras palavras, reconhecer que esses são movimentos (além do negro e de mulheres) que se articulam também na academia poderia ser mais rentável para a construção de um problema de pesquisa do que explorar certas questões éticas e metodológicas difíceis, ligadas à confidencialidade, que se delinearam na etnografia conduzida até então.

A partir dessas orientações, foi-me sugerido focar na ideia da análise de trajetórias através de entrevistas, abordando o cruzamento de uma história política/institucional, explicada através da história de vida. Assim, a avaliação da banca foi que eu deveria usar como base a observação participante para construção da questão de pesquisa relativa a como as pessoas conciliam nas suas vidas estas atividades que são vistas e vividas como particulares, elegendo um campo em que as questões de interseção apareçam com clareza. Dentre algumas sugestões de objetos para explorar estas temáticas, escolhi trabalhar com o banco de entrevistas do projeto “Sexualidad, salud y política en América Latina:

reconstrucción y análisis de una tradición intelectual de investigación”, que me foi disponibilizado pelos Profs. Sérgio Carrara e Mario Pecheny.

A minha familiaridade com o CLAM (e vice-versa) foi importante elemento facilitador e de conexão para acesso ao banco. No final de 2009, a partir de minha experiência da dissertação com o trabalho na internet, fui convidado a ingressar na equipe de um projeto de pesquisa sobre sexualidade e internet no CLAM, coordenado por Horacio Sívori. Não era a primeira vez em que estaria ligado à instituição como assistente de pesquisa, pois durante o mestrado participei de dois projetos de pesquisa sediados ali, um deles sob a supervisão da Prof^a. Jane Russo, dedicado ao estudo da sexualidade nas classificações psiquiátricas e que foi diretamente responsável por levantar muitas das questões trabalhadas na dissertação de mestrado. Como pesquisador do CLAM, posição em que permaneço até o final de 2012, passei a integrar também as equipes de discussão e execução do projeto “Sexualidad, salud y política en América Latina: reconstrucción y análisis de una tradición intelectual de investigación”, acompanhando as transcrições, edições e revisão das entrevistas – que estavam em sua grande maioria já realizadas, embora eu tenha tido a oportunidade de participar de ao menos uma delas. Assim, minha inserção institucional foi um mediador do acesso que tive ao banco, incluindo às entrevistas ainda em processo de edição, antes de suas versões finais que se tornaram públicas¹.

A partir desta contextualização, é pertinente apontar algumas questões importantes que é preciso reconhecer no desenho e desenvolvimento desta tese. Primeiramente, o caráter metanarrativo que a análise possui, pois reflete sobre a própria trajetória e inserções institucionais que produziram o objeto e ajudaram a constituir-lo como foco de reflexão. Não é viável separar a minha inserção no campo acadêmico que pensa os direitos sexuais da análise sobre ele, e da miríade de influências que os sujeitos cujas narrativas elejo aqui como objeto de reflexão têm sobre essa análise. Assim, no desenvolvimento desse trabalho, sujeito e objeto por vezes se confundem. Por outro lado, esta é uma fronteira tradicionalmente borrada no fazer antropológico. Incidir reflexivamente sobre tal questão é a melhor maneira de lidar com ela. Isto foi trabalhado na análise das entrevistas pela opção em tratar cada entrevista, a

¹ Cabe adicionar, quanto às entrevistas utilizadas para a análise desta tese, que parte do banco ainda se encontra em processo de edição para vir a público. Assim, algumas das entrevistas ainda estão em formato de rascunho cuja versão final precisa ser aprovada pelos entrevistados. Desta forma, embora eu acredite que nenhum material significativo tenha a probabilidade de ser retirado, assumo o compromisso de editar o texto para acomodar quaisquer modificações de conteúdo das entrevistas após a revisão final dos entrevistados antes de tornar a tese pública através de seu depósito.

despeito de ser um banco público, como uma narrativa de engajamento cujo ator não é identificado. A opção justifica-se pelo fato de que o interesse não está nas histórias individuais pelo que têm de singular, mas sim nas suas recorrências, padrões e eventuais discrepâncias que ajudam a identificar tensões e questões que permeiam as formas do engajamento nesse campo.

Enfatizo ainda que, embora o banco ofereça um importante panorama de uma rede de intelectuais que ajudam a constituir o campo dos direitos sexuais, não é o objetivo deste trabalho realizar uma história ou análise deste campo. O campo é, evidentemente, tomado como contexto das narrativas analisadas, mas aqui o principal diálogo é com a antropologia das emoções e a análise das gramáticas de engajamento num campo intelectual-político delimitado por questões ligadas ao gênero e à sexualidade.

Trajetórias Acadêmicas e Trajetórias Políticas

No contexto da análise das entrevistas o diálogo com a bibliografia é realizado no sentido de iluminar as relações entre o campo de estudos acadêmicos, produtores socialmente legítimos de conhecimento, com foco nos estudos sobre sexualidade, gênero e direitos sexuais, e os movimentos sociais que estão em diálogo com estes estudos (feministas, LGBT, HIV/AIDS, etc.). Nessa relação tanto os atores políticos se apropriam do discurso acadêmico, quanto a academia se orienta e reorienta a partir da produção política dos movimentos sociais. Além disso, muitas experiências e trajetórias se dão na interseção destes campos, e em muitas situações os atores estão simultaneamente inseridos em ambos.

Assim, trajetórias acadêmicas e políticas encontram-se em polos de uma relação de poder baseada no domínio de um conhecimento especializado, cujo polo oposto é ocupado pelos sujeitos sobre os quais esse conhecimento versa. Se reconhecermos que há uma distinção implícita entre academia e política associada a status e função dentro da sociedade, podemos pensar se epistemologicamente ambas têm uma relação semelhante com os objetos de seus discursos. Essa relação de poder, manifestada por uma relação de conhecimento, vem sendo explorada e problematizada pela antropologia, conforme veremos no capítulo 1.

A partir da análise da compreensão que os sujeitos de trajetórias político-acadêmicas apresentam sobre esta relação entre ambas, aprofunda-se a compreensão de alguns temas ligados às trajetórias profissionais e pessoais analisadas: o lugar e as origens do sentimento de mobilização que leva ao engajamento intelectual, o valor que é dado à produção de

conhecimento e as gramáticas emocionais presentes na articulação feita pelos sujeitos entre estes temas.

A Antropologia das Emoções

Há quatro abordagens possíveis que se pode delimitar sobre o uso dos sentimentos como um objeto no campo da antropologia (ABU-LUGHOD ; LUTZ, 1990). Enquanto tema acadêmico as emoções estiveram tradicionalmente sob a interpretação dos saberes filosóficos e psicológicos. Ali elas aparecem, de maneira geral, naturalizadas e com uma essência universal pura e sem sofrer influência do social, que no máximo é um mediador de sua expressão. Originalmente, a própria antropologia dialogou com a ortodoxia dessas interpretações, principalmente com a abordagem basicamente essencialista da psicologia, inicialmente sem colocar em questão a produção desses saberes.

Abu-Lughod & Lutz falam sobre estratégias para circunscrever a abordagem das emoções na antropologia: uma delas é através do compromisso comparativo da etnografia, que permitiu à antropologia produzir interpretações com graus variados de relativização das emoções, indicando o seu lugar no domínio da cultura, e como este lugar reflete ideologicamente as relações sociais que permitem ligar a própria hierarquia social à emocionalidade e perceber como a vida social está mesmo implicada na linguagem da emoção.

Outra abordagem possível é histórica: observar as mudanças (se existem) dos discursos sobre a subjetividade em focos sociais específicos através do transcorrer do tempo. Contudo, pode-se incorrer no risco de produzir uma interpretação acrítica do objeto, tomando-o como similar em períodos distintos ou naturalizando-o como um conceito preexistente. Complementarmente, traçar genealogias que resgatem o processo de constituição das emoções permite indicar que elas, assim como Foucault demonstrou em relação ao dispositivo de sexualidade, são um local privilegiado de expressão da individualidade para o sujeito moderno, de acesso à verdade sobre si e do senso de singularidade.

Outra estratégia, não essencializante, tem como foco o discurso social, tratando a emoção como relacionada ao contexto discursivo, repleto de sentido advindo do lugar que nela ocupa. Nessa estratégia o local do ‘discurso’ como construto teórico é central, ainda que ele seja dificilmente conceituado – sobretudo por sua ampla difusão e uso, principalmente no papel de substituir ‘cultura’ e ‘ideologia’ em escritos pós-estruturalistas. A proposta de Abu-

Lughod & Lutz inclui não separar a emoção e o discurso nos domínios separados do privado e do público, mas examinar o discurso do emocional inteiramente inserido na vida social como uma forma de ação. Essas questões serão retomadas mais adiante.

Gênero, Sexualidade e Ciências Sociais

Segundo Heilborn & Brandão (1999), nas Ciências Sociais a sociologia e a antropologia investiram sobre o tema da sexualidade com diferentes abordagens. “A primeira tem contribuído com grandes inquéritos sobre o comportamento sexual da população, enquanto a segunda, em princípio, tem respondido pelas descrições detalhadas de valores e práticas de grupos sociais demarcados.” (HEILBORN ; BRANDÃO, 1999, p.7) Na antropologia, há trabalhos clássicos que trataram da sexualidade, porém imbricada com o conjunto mais geral de regras das sociedades estudadas. Como campo de estudo autônomo a sexualidade firmou-se a partir da segunda metade do século XX, em consonância com a eleição das questões relativas à intimidade e à vida privada como centros das reflexões sobre a pessoa moderna. (GIDDENS, 1992). Nesse contexto, diante da epidemia de HIV/AIDS ressurgiram estudos biomédicos e epidemiológicos sobre a sexualidade, marcados por uma tendência normativa que contrasta com a abordagem heterogênea das descrições antropológicas detalhadas.

Os estudos sobre gênero ajudaram a avançar a trajetória dos estudos sobre a sexualidade, e para Heilborn & Brandão ambos guardam uma íntima relação. Além disso, as autoras indicam que em termos do debate teórico há duas tendências opostas sobre a concepção da sexualidade: o essencialismo e os diversos matizes do construtivismo social. A primeira coloca ênfase na sexualidade como um instinto ou energia inerente à condição humana, ancorada em mecanismos fisiológicos reprodutivos ou em uma ordem psíquica. A segunda tendência é uma gama de abordagens que problematizam a concepção universal e essencializada da sexualidade, enfatizando a variância cultural e o relativismo. A obra de Foucault é um divisor de águas na trajetória dos estudos sobre a sexualidade, e permanece na raiz das elaborações do construtivismo.

Desenho da tese

O **capítulo 1** expõe abordagens teóricas que a antropologia das emoções tem a oferecer que colocam os sentimentos no centro da análise sobre o engajamento político. Este

capítulo explora, através da revisão de artigos teóricos da coletânea *Passionate Politics – emotions and social movements* (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2001), o papel das emoções na cena pública. Nesta revisão se revela importante o uso da categoria analítica “choque moral” para discutir pontos de conversão na trajetória dos sujeitos em direção à mobilização política. Trago também para a discussão o texto “Políticas e Subjetividades nos ‘Novos Movimentos Culturais’”, de Goldman (2009), sobre as novas configurações políticas e relações entre Estado, sociedade civil e a teoria social em que se localizam o ativismo organizado pós-sindical contemporâneo e a sua rentabilidade para a reflexão antropológica. Em seguida, recorro a dois estudos de caso sobre movimentos sociais para dialogar com estas considerações. O primeiro é o texto de Durão & Coelho (no prelo), que aborda o Grupo Cultural AfroReggae e o lugar da esperança nos movimentos sociais. O segundo estudo de caso, presente na coletânea *Passionate Politics*, é aquele realizado por Gould (2001) sobre o papel das emoções no contexto do movimento LGBT norte-americano e sua relação com a epidemia de Aids, no qual há indicações acerca do uso da categoria “choque moral” aplicada ao ativismo em direitos sexuais. Destaca-se nestas indicações a importância de reconhecer uma ambiguidade vivenciada por minorias (Gould pensa especificamente o caso de pessoas homossexuais) em relação à sociedade, que tem papel preponderante na explicação sobre o ultraje e a indignação que podem levar à mobilização política.

O **capítulo 2** retoma a obra de Foucault em sua reflexão sobre gênero, sexualidade e emoções, explorando os aspectos teóricos da análise da sexualidade enquanto discurso. É nesta linha de abordagem que o campo dos direitos humanos, onde se localizam o movimento LGBT e o campo dos direitos sexuais, são respectivamente explorados através dos textos de Vianna & Lacerda (2004), e Facchini (2005) e Ramos & Carrara (2006). Esta contextualização é complementada pela análise de Gregori (2004) sobre questões ligadas à violência e à sexualidade na teoria feminista. O objetivo deste capítulo é colocar em evidência as questões da violência e da vitimização como temas pertinentes na discussão sobre direitos sexuais, temas que serão importantes para a análise do engajamento pensado a partir das narrativas analisadas.

O **capítulo 3** expõe a metodologia de análise das entrevistas e os fundamentos teóricos que a nortearam, sendo eles a noção de “ilusão biográfica” de Bourdieu (2001), o estudo sobre memória de Pollak (1989) e as considerações de Peirano (2006) sobre a relação entre teoria e a experiência de ser um profissional da antropologia. O principal fundamento teórico a partir

do qual estes autores são trabalhados é a obra de Weber (2004), que coloca em perspectiva o fazer intelectual como parte de um tipo de racionalidade moderna e os significados que as ideias de profissão e vocação têm numa sociedade capitalista, a partir da análise da emergência do espírito do capitalismo através da ética protestante. Este capítulo traz ainda uma caracterização mais detalhada do banco de entrevistas e expõe alguns desafios éticos e metodológicos colocados por sua análise, bem como as escolhas tomadas para lidar com eles.

O **capítulo 4** aborda as entrevistas que são objeto deste trabalho, apresentadas com citações de trechos selecionados no sentido de delinear a gramática narrativa emocional que pode ser encontrada nessas trajetórias. Nelas, fica em evidência o papel da inquietude diante de problemas sociais como sentimento primário que desencadeia o engajamento. Neste capítulo é explorada a relação entre cognição e emoção na determinação da mobilização política, utilizando as narrativas para demonstrar a importância de ambos e como elas se relacionam no engajamento que se dá através de uma abordagem primariamente intelectualizada. Neste capítulo exemplos de “choque moral” são trazidos a partir das narrativas analisadas, e discute-se a importância da nomeação – que ocorre através da filiação teórica – para a articulação da ambivalência suscitada por questões sociais ligadas ao gênero e sexualidade. A importância do encontro com pares também é abordada neste capítulo.

O **capítulo 5** explora, através da obra de Clark (1997), a relação entre vitimização e compaixão, e o importante papel da responsabilidade como mediadora da compaixão em articulação com o ideário Ocidental que reserva a compaixão para aqueles representados como não responsáveis por seus próprios infortúnios. Complementarmente, a emergência e o papel da noção de vítima são tratados através do texto de Sarti (2011), para recuperar a identificação, nas narrativas apresentadas no capítulo anterior, de um sentimento de inquietude como base do engajamento buscando conectá-lo com a discussão sobre vítima e compaixão. Por fim, a relação entre violência e vitimização é explorada através de uma análise que combina elementos da obra de Foucault (2001) e Elias (1994), pensando (como faz Sarti) a vítima como uma figura importante das relações de poder e da mobilização política na modernidade, em especial quando se coloca em jogo temáticas e sujeitos caracterizados por questões ligadas ao gênero e à sexualidade.

Nas **considerações finais**, procuro oferecer uma visão de conjunto dos argumentos aqui desenvolvidos.

1 EMOÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: MICROPOLÍTICA, SUBJETIVIDADES E COGNIÇÃO

1.1 Apresentação

Este capítulo traz uma revisão teórica da bibliografia que trata do entrecruzamento entre os estudos sobre política, movimentos sociais e antropologia das emoções. A coletânea *Passionate Politics – emotions and social movements* de Goodwin, Jasper & Polletta (2001) representa um marco importante no sentido de sistematizar este campo. Como forma de introduzir as emoções nesse debate sobre política, ação social e a construção do papel das emoções na vida pública, utilizo as considerações de Coelho (2010a), que examina os modelos teóricos da antropologia das emoções.

Além disto, as indicações analíticas presentes na referida coletânea são complementadas pelas discussões presentes em textos de teoria social que com ela dialogam, direta ou indiretamente. O principal eixo teórico explorado nestes textos diz respeito à percepção do importante papel das subjetividades e da micropolítica no tipo de organização dos movimentos sociais que emerge a partir das últimas décadas do século XX, e o reconhecimento da relação entre cognição e emoção para o estudo da última no cenário macropolítico. Ao indicarem esta importância, estes textos fazem uma ponte conectando o estudo da política ao estudo das emoções, mais detalhadamente explorado na coletânea *Passionate Politics*.

A análise interacionista é a base teórica de muitos estudos nesta área, e junto com o construcionismo social forma parte importante do diálogo entre teorias que estes estudos apresentam. Assim, dois textos que se utilizam do interacionismo são trazidos para ajudar a iluminar as possibilidades analíticas do papel das emoções na ação social, e mais especificamente, a noção de “choque moral”. São eles o estudo de Katz (1988) sobre assassinatos cometidos por pessoas quando são tomadas por uma fúria insana, e o de Coelho (2010b), que analisa narrativas de vítimas de violência urbana.

Num segundo momento, exponho mais detidamente o artigo de Gould (2001) em *Passionate Politics*, que explora a análise das emoções na mobilização política ao eleger como estudo de caso o movimento gay americano no contexto da epidemia de HIV/AIDS.

Gould utiliza em sua análise a noção de “choque moral” que é apresentada na introdução de *Passionate Politics*, e o conjunto de suas indicações teóricas e analíticas apresenta desdobramentos fecundos para a análise das entrevistas que constituem o objeto desta tese.

1.2 O Campo da Antropologia das Emoções: emoções e a vida pública

Coelho (2010a) examina os desenvolvimentos mais recentes no campo dos estudos da antropologia das emoções nas cenas norte-americana e brasileira. Inicialmente, os estudos nesta área se concentravam nas esferas do íntimo e do privado, voltados para as temáticas de saúde/doença, corpo e gênero. Neste sentido, estes estudos ainda guardam alguma referência às concepções mais tradicionais sobre as emoções, associadas à esfera privada ou individual. O exame do campo da antropologia das emoções realizado por Coelho visa justamente indicar estudos ou potenciais analíticos que permitam perceber a vitalidade da experiência subjetiva emocional em circunstâncias públicas, geralmente associadas a uma extrema racionalidade.

É no cenário da antropologia norte-americana da década de 1980 que o campo de estudos antropológicos sobre as emoções ganha vulto, inicialmente com os trabalhos inaugurais de Rosaldo (1984) e Lutz (1988). Respectivamente, as autoras desenvolveram uma análise sobre o *self* e os afetos como objetos possíveis de reflexão antropológica, em que Rosaldo se inspira no interpretativismo de Clifford Geertz; e um trabalho etnográfico sobre os Ifaluk da Micronésia, em que Lutz desenvolve uma análise de ‘etnopsicologia’ acerca das experiências emocionais ‘euroamericanas’.

Coelho identifica nestes dois trabalhos duas ideias que se mantiveram fecundas e perenes: 1) a definição de Rosaldo das emoções como ‘pensamentos incorporados’, que são sentidos no corpo através de sinais fisiológicos (como o rubor, por exemplo); e 2) a análise de Lutz que indica dois eixos centrais em que a ‘etnopsicologia euroamericana’ se estrutura: as oposições ‘emoção-pensamento’ e ‘emoção-distanciamento’. Estes dois eixos dividem as emoções entre polos negativos e positivos profundamente marcados por categorias de gênero que opõem passionalidade e frieza, sempre associando as emoções ao feminino. Quando representadas negativamente, as emoções opõem-se ao pensamento, sendo associadas ao descontrole, ao perigo e à vulnerabilidade. Quando representadas positivamente, as emoções opõem-se ao distanciamento, sendo associadas à capacidade de empatia.

Lutz e Abu-Lughod (1990) posteriormente denominaram a abordagem encontrada nestes trabalhos como ‘relativista’ ao mapearem o papel das emoções nas teorias sociais, identificando ainda a presença das abordagens de tipo ‘essencialista’, que consideram as emoções como universais e culturalmente invariantes, por vezes com bases biologizantes e tendo muitas análises psicologizantes como expoentes. Mais próxima ao ‘relativismo’ localiza-se a abordagem ‘historicista’, ambas ancoradas na concepção da ‘construção cultural das emoções’, dialogando com a relativização cultural da antropologia e entendendo as emoções de acordo com a experiência emocional específica de cada contexto cultural ou histórico.

Lutz e Abu-Lughod sugerem uma quarta abordagem que elas denominam de ‘contextualismo’, baseada na noção de discurso inaugurada por Foucault (2001) ao estudar o dispositivo de sexualidade como uma técnica de elaboração de verdade e subjetividade dos sujeitos. Entender as emoções como discurso significa tomá-las como objetos que são formados pelo próprio, de forma pragmática e não referencial. Esta abordagem livra as emoções de qualquer referência universal, não as objetiva e impede que elas sejam tiradas de seu contexto discursivo específico. Além disto, esta abordagem sugerida por Lutz e Abu-Lughod, segundo Coelho, coloca as emoções no cerne da passagem da micro para a macropolítica, indicando que as relações de poder, status e hierarquia se concretizam nas relações interpessoais, subjetivas e emocionais que por elas são engendradas.

Assim, Coelho identifica dois momentos do desenvolvimento do campo da antropologia das emoções: um primeiro caracterizado pelo diálogo com o senso comum e as representações das emoções como parte do domínio psíquico, natural ou biológico; o que indicava que elas ‘não eram boas para pensar’ e não se mostravam diretamente como objetos da teoria social. A passagem para o segundo momento se realiza através da noção de ‘construção cultural’, que relativiza a naturalização das emoções. O ‘relativismo’ por sua vez abre espaço ao ‘contextualismo’ como uma expressão refinada do exercício de desessencialização das emoções.

Contudo, como mencionado, Coelho indica que a construção das emoções como objeto da teoria social é um processo em gestação, onde as temáticas estudadas inicialmente permanecem atreladas às associações que o senso comum faz entre emoções e as esferas do ‘íntimo’ e do ‘privado’, representadas pelas relações interpessoais, o corpo, o gênero, a saúde

e o adoecimento. Contudo, há pouco mais de uma década vêm surgindo estudos sobre o papel das emoções na esfera pública e que de fato indicam o quão fundamental é este papel em fenômenos macropolíticos. A coletânea *Passionate Politics* traz uma série de exemplos deste tipo de estudos.

1.3 O Papel das emoções na teoria da ação social: marcos teóricos

Os autores que organizaram a coletânea de ensaios sobre emoções e política, *Passionate Politics – emotions and social movements* (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2001), discutem o papel das emoções em movimentos sociais buscando compreender que gramática emotiva informa o discurso sobre a motivação no engajamento político. Eles buscam estabelecer ‘por que as emoções pesam’, o título de seu texto. Seu exercício de recapitulação do papel das emoções no cenário político mapeia as diversas transformações que a teoria social sofreu no sentido de ter as emoções como força motriz da ação social.

Coelho (2010a), no trabalho anteriormente citado, chama atenção para o fato de que nas formulações dos autores de *Passionate Politics* ficam claras três concepções sobre o ator social que têm a ver com a questão da motivação. Estas concepções são: 1) aquela baseada na cognição, em que crenças e ideários fazem parte da mobilização; 2) aquela baseada no interesse, em que o ator social é representado como um estrategista que calcula os possíveis ganhos derivados de sua ação; um ator percebido e que se percebe como no comando das situações, mas age de acordo com o contexto em que está inserido; e 3) aquela baseada na paixão, em que a imagem é de um ator social guiado por suas emoções, cuja motivação para participação no movimento social está no prazer inerente desta participação. Contudo, como veremos, a questão da motivação é atravessada duplamente tanto pelas emoções quanto pelo interesse reconhecido cognitivamente.

Para os autores de *Passionate Politics*, as emoções já estiveram no centro do estudo da política – como, por exemplo, na obra de Maquiavel, que reconhece a importância da motivação política passional. Contudo, nas últimas décadas do século XX elas foram relegadas ao segundo plano graças à prevalência de modelos de característica organizacional, estrutural e racionalista que dominaram a análise política acadêmica. Para os autores, os cientistas sociais representam o ser humano como racional e instrumental. Mas estas características não necessariamente excluem as emoções. Assim, seu objetivo é reincorporar

emoções como raiva e indignação, medo e desprezo, alegria e amor na pesquisa sobre a política e o protesto, provando que as emoções podem novamente ocupar um papel central na análise política. Contudo, o desafio de incorporar as emoções é que um grande conjunto de fenômenos está agrupado sob esta rubrica.

Para estes autores, é em grande parte a teoria de Weber que inspira de forma perene a teoria social à associação da emoção com irracionalidade, pois Weber assumia que a ação racional não poderia ser do tipo emocional – embora ele reconhecesse a existência de tipos mistos de ação. Para Weber, a ação emocional é colocada como uma categoria similar à ação tradicional, uma zona cinzenta entre ação meramente reativa e ação com significação (*meaningful*). Weber reconhecia a possibilidade de tipos de ação mistos, mas assumia de forma geral que a ação racional não era emocional e vice-versa.

Segundo os organizadores de *Passionate Politics*, até a década de 1960 as emoções eram chave de entendimento para toda a ação que ocorresse fora das instituições políticas tradicionais. É o modelo de análise da turba, da transformação do indivíduo na presença da multidão, tendendo à ira e à violência, facilmente manipulado por demagogos, conjurando imagens de agitação popular do século XIX. A análise da dinâmica da multidão era central à concepção de movimentos de protesto político. Entendia-se que a multidão criaria, pela sugestão e pelo contágio, uma mentalidade e sentimento de grupo que são vistos como psicologicamente primitivos e compartilhados por participantes além da experiência sentimental normativa. Já na produção acadêmica da segunda metade do século XX, influenciada pelo medo do fascismo e do comunismo, e marcada por barreiras geracionais que se alargaram a partir dos anos 60, a mobilização em grupo e o protesto eram considerados errôneos, uma forma imatura de tentar atrair a atenção de autoridades.

Por outro lado, indicam os organizadores de *Passionate Politics*, as tradições externas à academia iluminavam os movimentos sociais com luzes mais positivas, mas ainda muito calcadas na racionalidade dos participantes de protestos. Marx, Lenin e Trotsky, e seus sucessores, representavam os revolucionários como atores que buscavam racionalmente seus interesses materiais. Mas estas imagens quase que totalmente excluía as emoções, em oposição às representações acadêmicas que as consideravam excessivas. No decorrer do século XX também se desenvolveu um retrato das organizações comunitárias em que as emoções eram um fator estratégico útil, que podia ser manipulado por líderes sem que

necessariamente estes tivessem alguma emoção. Para os movimentos pacifistas dos anos 40 e dos direitos civis dos 50, a administração das emoções era crucial, mas suas considerações não tiveram grande impacto no meio acadêmico.

Assim, nos estudos acadêmicos sobre protestos as representações das emoções foram caracterizadas por duas tradições. Por um lado, eram associadas à multidão sem estarem diretamente ligadas a vidas e objetivos individuais, como se os sentimentos fossem reação a acontecimentos externos sem ressonâncias perenes. Por outro lado, com um forte legado psicanalítico, as emoções eram vistas como emanções de conflitos de personalidade individuais. Assim, analiticamente, apenas pessoas imaturas ou problemáticas eram atraídas aos movimentos sociais, e suas emoções eram vistas de forma negativa. A metodologia destas tradições falhava em identificar as principais emoções subjacentes às ações que elas tentavam explicar, e não associava dinâmicas internas dos sujeitos à política, ou levava em conta a relação do indivíduo com a sociedade nas análises da psicologia de grupos.

Seguindo o mapa dos organizadores de *Passionate Politics*, na década de 1970 o tom pejorativo e a empiria inexata de análises anteriores são abandonados pela sociologia norte-americana, mais comprometida com os movimentos que estudava através de uma orientação estrutural, racionalista e organizacional que levava em conta classes sociais em posições estruturadas, em modelos nos quais os participantes de protestos perseguiram interesses particulares ou de grupos pré-existentes operando fora dos canais políticos usuais quando o acesso a eles se encontrava fechado. Assim, os movimentos sociais passaram a ser estudados como uma extensão da política. Mas estas análises – sob a rubrica do paradigma da mobilização de recursos – estavam mais preocupadas com o ‘como’ do que com o ‘por que’, e ainda retratavam os participantes de protestos como isentos de emoções. Assim, para os autores de *Passionate Politics*, desde a década de 1960 as emoções não tiveram um papel fundamental nas teorias de movimentos sociais e ação coletiva.

Nas décadas seguintes os modelos de mobilização se desenvolveram de diversas maneiras (MORRIS E MUELLER, 1992). Passam a reconhecer a importância dos contextos em que os movimentos sociais tomam forma, que os participantes dos movimentos interpretam seu meio através de lentes culturais e realizam trabalhos culturais – enquadramento (*framing*) – para recrutar membros, e que havia elementos emocionais importantes a serem desvendados na solidariedade dos grupos. O enquadramento se tornou

um dos conceitos mais recorrentes na literatura dos movimentos sociais, especialmente na análise do recrutamento, em que se reconhece que é preciso haver um “alinhamento de enquadres” entre potenciais participantes e os organizadores dos movimentos para que cheguem a uma definição em comum sobre um problema social e a sua possível solução.

Snow & Benford (1992) são indicados como os principais expoentes do conceito de enquadramento, definindo-o como um “esquema interpretativo que simplifica e condensa ‘o mundo lá fora’ ao pontuar e codificar seletivamente objetos, situações, eventos, experiências, e sequências de ações dentro de um contexto presente ou passado de um indivíduo” (1992, p.137 apud GOODWIN; JASPER ; POLLETTA, 2001, p.6, tradução minha). Eles identificam três formas de enquadre para o recrutamento bem sucedido: o diagnóstico, em que se define a relevância de um problema; prognóstico, em que se definem estratégias, táticas e alvos; e motivacional, em que se incita o envolvimento nestas atividades.

Contudo, o enquadramento é uma análise que se ocupa de processos cognitivos, deixando apenas em aberto uma abordagem das emoções no enquadramento motivacional, que não costuma ser explorada a fundo. E de forma geral, a motivação para se engajar em protestos, para os organizadores de *Passionate Politics* um processo repleto de emoções, tem sido ignorada em pesquisas recentes por ter sido naturalizada sob a perspectiva estruturalista que assume o desejo ou disposição ao protesto como interesses objetivos em que apenas oportunidades ou capacidades coletivas são necessárias para explicar a emergência de movimentos sociais.

O ‘enquadre de injustiças’ (*injustice framing*) (GAMSON, 1992) é uma abordagem proeminente em explicações mais recentes sobre a emergência dos protestos, descrito como uma forma de ver situações ou condições que expressam indignação ou ultraje sobre uma injustiça percebida e que identifica os sujeitos responsáveis por ela. Para os organizadores de *Passionate Politics*, a sensação de injustiça é uma emoção importante para a mobilização pelas fortes reações que suscita mesmo antes de associações mais cognitivas que elegem um responsável.

Outro mecanismo que vem sendo sublinhado em pesquisas mais recentes é o de redes de sociabilidade (*social networks*) através das quais o recrutamento ocorre, tanto por revelarem meios pelos quais as pessoas se conectam com aquilo em que acreditam e os laços

afetivos que as conectam à rede. A noção de identidade coletiva (*collective identity*) também emerge como forma distinta da ideia de ‘interesse’, sugerindo entre os objetivos estabelecidos pelos movimentos sociais e os sujeitos conexões que se afastam da noção de interesses materiais. Esta concepção ajuda a descrever a solidariedade através do afeto, apesar de ser geralmente apresentada como uma relação estabelecida cognitiva ao invés de afetivamente (seja de forma positiva, a simpatia por membros de um grupo, ou negativa, de antipatia pelos não membros).

O reconhecimento do papel das emoções nos movimentos sociais revela facetas importantes para a sua análise, em especial sua interface com os aspectos cognitivos do engajamento geralmente presentes nas abordagens que privilegiam a racionalidade. Como exemplificam os organizadores:

Sentimentos fortes pelo grupo tornam a participação em si mesma prazerosa, independentemente dos objetivos últimos do movimento ou seus resultados. Protestar pode ser uma forma de dizer algo importante sobre si mesmo e a sua moral, de encontrar alegria e orgulho neles. Uma pessoa pode ter também emoções negativas sobre sua identidade, tais como vergonha ou culpa; muitos movimentos estão organizados precisamente para lutar contra identidades estigmatizadas. O que é difícil de imaginar é uma identidade que é puramente cognitiva, e ainda assim fortemente afirmada. A ‘força’ de uma identidade, mesmo uma vagamente cognitiva, vem de seu lado emocional.² (2001, p. 9, tradução minha).

Para os organizadores de *Passionate Politics*, os desenvolvimentos conceituais mais recentes não colocaram exatamente as emoções de volta no modelo da ação política, mas aumentaram sua receptividade. Contribuições externas ao campo da teoria social, como o feminismo e seu questionamento de associações diretas e simplistas do feminino aos sentimentos, por exemplo, também trouxeram ferramentas conceituais importantes para a análise das emoções. Conjuntamente, estas linhas de pensamento levaram à conclusão de que as emoções podem ser vistas como um aspecto de toda a ação e relação sociais, acompanhando tanto atos racionais quanto irracionais, experiências positivas e negativas, sendo moldadas por expectativas sociais ao mesmo tempo em que emanam da personalidade individual dos sujeitos, dependentes de tradições e de avaliações cognitivas. Para estes

² “Strong feelings for the group make participation pleasurable in itself, independently of the movement’s ultimate goals and outcomes. Protest can be a way of saying something about oneself and one’s morals, of finding joy and pride in them. One can also have negative emotions about one’s identity, such as shame or guilt; many movements are organized precisely to fight stigmatized identities. What is difficult to imagine is an identity that is purely cognitive, yet strongly held. The ‘strength’ of an identity, even a cognitively vague one, comes from its emotional side.”

autores, a tarefa empírica adiante é observar a interação das emoções com outras formas de dinâmicas culturais, organizacionais e estratégicas, nas quais as emoções são centrais.

1.4 Emoções e Cognição

O passo seguinte para a análise das emoções imbricada ao estudo dos movimentos sociais é uma definição conceitual de emoção. Como apontado anteriormente pelos organizadores da coletânea, há uma grande quantidade de fenômenos subscritos na rubrica emoção. Kemper (1978) definiu uma emoção como “uma resposta avaliadora de relativo curto prazo essencialmente positiva ou negativa em natureza envolvendo distintos componentes somáticos (e geralmente cognitivos)” (1978, p. 47 apud GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2001, p. 10, tradução minha). Goodwin, Jasper & Polletta complementam esta definição – para eles uma forma possível de emoção com objeto e contexto definidos – com outras formas, definidas em duas categorias. Uma delas, temporal, divide-se entre os afetos de ‘Longa Duração’ que acompanham e ajudam a definir relações sociais duradoras, e respostas de ‘Curta Duração’ a eventos e informações. Estas duas categorizações de emoção foram definidas como ‘afetivas’ e ‘reativas’, respectivamente (JASPER, 1998). A outra categoria é o contraste entre sentimentos acerca de ‘Objetos Específicos’ e sentimentos mais ‘Generalizados’ sobre o mundo, que transcendem objetos específicos. Esta categoria é também atravessada pela dimensão temporal, criando quatro tipos de classificação das emoções. Os organizadores consideram que os quatro tipos são relevantes para entender a ação política, e oferecem a seguinte tabela, que ajuda a visualizar as emoções em termos de seu escopo, objeto e escala.

Escala Temporal	Escopo	
	Possui Objeto Específico	Generalizado
Longa Duração	Ódio, Amor, Compaixão, Simpatia, Respeito, Confiança, Lealdade, Ultraje Moral, Algumas formas de medo (pavor)	Resignação, Cinismo, Vergonha, Paranoia, Suspeita, Otimismo, Orgulho, Entusiasmo
Curta Duração	Outros medos (susto), Surpresa, Choque, Raiva, Angústia, Pesar	Ansiedade, Alegria, Euforia, Depressão

Para os autores as emoções são parte do que conecta os seres humanos uns aos outros e ao mundo à sua volta, colorindo pensamentos, ações, percepções e julgamentos. Certas emoções, conectadas mais diretamente a sensibilidades emocionais como vergonha, culpa e orgulho, são importantes motivadores de ação. Outras emoções canalizam a ação por oferecerem familiaridade com situações ou narrativas, como indignação, compaixão e medo, que ao serem reconhecidos oferecem certos modelos de ação³.

Para Goodwin, Jasper & Polletta no modelo social-estruturalista, que tem Kemper como um expoente, as relações de poder e status geram certas emoções relativas ao papel ocupado nestas hierarquias e o tipo de relação. Interacionista em inspiração, este modelo se aplica bem à análise de emoções reativas que surgem de relações diretas entre duas pessoas, mas é menos efetivo para explicar afetos de longo prazo entre pessoas que não são próximas, típicos da organização política. A maioria dos artigos na coletânea adota a perspectiva de que as emoções são social ou culturalmente construídas. A obra de Hochschild (1979) é a principal inspiradora dessa perspectiva.

Para Jasper (1998) as emoções podem ser estudadas da mesma forma que significados culturais mais cognitivos, com os quais guardam similaridades: tensões entre expressões públicas e privadas, regras sociais das quais os indivíduos geralmente se desviam, sanções por estes desvios, processos de aprendizagem coletiva, e o sentimento de imposição externa. A relação importante entre emoção e cognição tem a ver com o grau (maior ou menor) de processamento cognitivo que determinadas emoções requerem. Exemplo: pouco processamento cognitivo é necessário no medo despertado por uma figura ameaçadora, enquanto muitos processos cognitivos estão envolvidos no medo despertado por decisões políticas. Assim, há emoções que dependem do entendimento de eventos externos, mesmo que ele seja intuitivo e imediato ao invés de processado elaboradamente. As emoções mais importantes para a política geralmente são aquelas que têm uma dimensão mais construída e cognitiva, relacionadas a instituições morais, obrigações e direitos percebidos, e informação sobre efeitos esperados, todos cultural e historicamente variáveis.

Há diferentes formas de abordagem cultural das emoções. Elas podem ser descritas como “substantivas”, ou entidades distintas cada qual com coerência e implicações

³ Neste sentido as emoções assumiriam um papel de nomeação semelhante ao da perspectiva estruturalista de Lévi-Strauss. Esta comparação será explorada mais detalhadamente na análise das entrevistas, no capítulo 4.

comportamentais dentro de um contexto cultural específico. Embora corra o risco de reificar as emoções, esta descrição aproxima-se da experiência concreta dos indivíduos, que imaginam saber exatamente o que é amor, medo ou ódio, reconhecendo-os quando os veem ou sentem. A experiência concreta é guiada por “substantivos”, em que as pessoas geralmente escolhem dentre o repertório cultural disponível de rótulos para identificar suas próprias emoções, possivelmente canalizando-as neste processo. Outra forma de descrever as emoções é como “advérbios”, um estilo, tom ou qualidade de uma ação ou identidade; nem sempre de fácil articulação, são conotações por vezes inconscientes. Para os organizadores da coletânea, esta descrição se aproxima do que Bourdieu chamou de *habitus*, mais próximo de uma disposição de agir de uma determinada forma, como uma sensação corporal. Além da forma como são descritas, as emoções ajudam a constituir outros conceitos importantes, como o de papéis (por exemplo, a definição de ‘papéis de gênero’ é repleta de expectativas emocionais), redes, identidades, enquadres e oportunidades.

1.5 Emoções e Mobilização Política: “choque moral” e interfaces entre emoções e cognição

Ao delinearem um apanhado dos artigos que fazem parte de sua coletânea, os organizadores de *Passionate Politics* tecem algumas importantes considerações sobre os aspectos emocionais dos movimentos sociais. Para eles, as emoções são claramente importantes na forma como os movimentos sociais e os protestos políticos crescem e se desdobram. Comumente, o primeiro passo no recrutamento de um indivíduo a um movimento social é o “choque moral”, que ocorre quando um evento ou informação não esperados causam numa pessoa uma sensação de ultraje tão forte que ela se torna inclinada à ação política, tendo ela familiaridade ou não com o movimento social associado àquela causa. Para os autores, da imagem de um estado de choque à do choque elétrico, fica implícita a experiência visceral, corporal do sentimento, comparável à náusea ou vertigem. Esta experiência se relaciona ao medo ou raiva causados por mudanças fora do controle de uma pessoa, que podem paralisar ou mobilizar um indivíduo. De fato, o choque moral é uma estratégia utilizada por ativistas para criar ultraje e raiva, para os quais se estabelece um alvo contra o qual estes sentimentos podem ser canalizados. Ansiedades e medos difusos precisam ser transformados em indignação, e direcionados a políticas concretas e àqueles que tomam

decisões. Assim, os ativistas precisam tecer uma trama moral, cognitiva e emocional que inspire à ação.

Além disto, as emoções guiam a ação política independentemente do cálculo cognitivo sobre as chances de sucesso. O prazer da participação no movimento social pode ser grande o suficiente para manter o ativismo sem que haja uma perspectiva de conquistas políticas concretas, ao dar aos membros do movimento social reforços identitários através de sua luta e da expressão de suas perspectivas morais. Nesse sentido, o protesto é um objetivo em si mesmo. E os prazeres da participação são ainda maiores quando o movimento social compartilha uma história, elementos culturais e retóricas que são ricos, e que sejam motivos de orgulho coletivo, incitando alegria, esperança e entusiasmo, e reforçando o sentimento de pertencimento ao grupo.

Os movimentos sociais são também responsáveis por elaborações cognitivas acerca de sentimentos ‘novos’, criando ou reforçando emoções que são tentativas, por vezes explícitas, de elaborar visões inicialmente intuitivas em ideologias e propostas que sejam claras. Novas formas de interpretar uma situação de fato representam mudanças cognitivas que são acompanhadas por mudanças emocionais. Assim, o medo daquilo que não se compreende (numa mudança de contexto que ocasiona um choque moral, por exemplo) se transforma em ultraje diante da situação, cujo escopo é então melhor entendido.

As emoções ajudam a explicar não apenas a origem e difusão de um movimento social, mas também o seu declínio. Sentimentos que dizem respeito à vida privada, como o amor e a atração erótica, podem levar um indivíduo para fora (ou para dentro) de um movimento. Frustração, decepção, esgotamento individual, ciúmes, inveja, desprezo e ódio podem alterar a composição ou as táticas de um grupo, ou mesmo levá-lo à dissolução ou à saída de um membro.

As emoções exibidas em um protesto também podem modificar culturas emocionais mais amplas e os repertórios emocionais disponíveis a movimentos subsequentes – por exemplo, nos Estados Unidos o movimento nacionalista negro dos anos 60 tornou atraente aos movimentos feminista e gay uma “política da raiva”, criando assim uma nova linguagem emocional, mais apta a expressar a relação daqueles grupos com a sociedade.

Por fim, ao apresentar a distribuição temática da organização da coletânea, os autores chamam atenção para a possibilidade de analisar o crescimento de interesses políticos e repertórios de disputa como consequência de uma sensibilidade distintamente ‘moderna’ que incluem não apenas significados e classificações cognitivas, mas estruturas de sentimentos. Esta abordagem permite examinar mudanças amplas nas estruturas de sentimentos que animam os protestos – séculos atrás não seriam concebíveis movimentos pelo meio-ambiente ou de proteção aos animais, pois as simpatias necessárias a estas causas não estavam ainda disponíveis⁴.

1.6 “Choque Moral” e a Análise Interacionista

Katz, no artigo “Righteous Slaughter” (1988) tem como objeto de análise os homicídios passionais, especificamente aqueles cujo elemento causador é idiossincrático, que têm um alto grau de violência e geralmente têm como vítima uma pessoa conhecida e íntima do algoz. São os casos em que um pai mata seu bebê por que ele não parava de chorar, uma esposa mata o marido porque ele a destratou com uma resposta deseducada, um amigo mata o outro por que ele roubou comida de seu prato ou um vizinho mata o outro por ter deixado o carro parado na saída da garagem. A análise interacionista do autor parte do questionamento sobre o significado do crime para o criminoso, uma vez que o senso comum geralmente atribui uma falta de sentido a estes fenômenos. Para tal, o estímulo que leva aos homicídios analisados pelo autor é entendido a partir da interpretação que os homicidas fazem dele, e não do próprio estímulo – que é externo e pré-existente.

Assim, entende-se que estas situações são caracterizadas por uma forma que leva ao desfecho homicida. Katz identifica três características que compõem este ato. O primeiro é que ele é motivado pela defesa ‘do bem’, em que o comportamento da vítima é percebido como um risco a um valor supremo que o algoz defende com seu ato homicida. Assim, o sentimento de raiva expresso pela violência não é idiossincrático, mas gramatical. Da mesma forma, há um percurso da humilhação à raiva que leva, por fim e terceira característica, ao sacrifício da vítima. Num sentido interacionista, a humilhação é, nessas cenas, uma perda da

⁴ Essa indicação se aproxima da teoria da figuração de Norbert Elias, e uma ponte teórica com este autor para analisar o papel da vitimização no campo dos direitos sexuais será explorada no capítulo 5.

face do algoz causada pela vítima (por vezes recorrentemente). A raiva é, nesse sentido, o espelho da humilhação, que representa a incapacidade do algoz de salvar sua face diante da vítima. A raiva livra o algoz da eterna humilhação de ter perdido a face, prometendo um retorno ao controle. A violência, assim, não é produto da humilhação, mas faz a passagem da humilhação à raiva. Katz inclusive indica que a morte da vítima não é causa nem necessária nem suficiente para a expressão da raiva – há situações em que a agressão não é fatal, permitindo que o algoz retome seu controle, e casos em que o corpo da vítima é agredido além de sua morte, pois esta não basta para expressar a raiva do algoz. A violência, nestas cenas, é um modelo de defesa de um valor moral, e um escape à ameaça à identidade do algoz. Assim, a ira é gerada na dinâmica da interação entre algoz e vítima, não é condição dela.

Além de explicitar a relação entre emoção e temporalidade (a humilhação se perpetua no tempo, refletindo-se em todas as futuras interações entre algoz e vítima destas cenas, enquanto a raiva marca um momento singular no tempo presente de completo descaso pelo futuro), a análise de Katz é um exemplo interessante que pode ser aproximado da noção de choque moral. Embora restrito à esfera íntima, sem repercussões políticas ou para um grupo, a violação da face experimentada pelo algoz e sua reação violenta é um evento que vai de encontro à indicação presente em *Passionate Politics* sobre a importância de conjugar emoções e cognição. A constatação da humilhação e sua única chance de salvação através da ira é um momento emocional, mas que a maioria dos algozes é capaz de explicar de forma cognitiva posteriormente – ainda que a profunda idiosincrasia desses eventos os mantenha até certo ponto incompreensíveis (ou talvez inaceitáveis) para o senso comum. Podemos comparar a construção da humilhação causada pela vítima ao algoz como uma forma de choque moral. A análise interacionista é uma perspectiva teórico-metodológica importante na sociologia das emoções. O trabalho de Katz também demonstra como é importante articular emoção e cognição para compreender a motivação para a ação social. A despeito do descontrole emocional inerente aos homicídios analisados, o algoz é capaz de elaborar cognitivamente o ocorrido (posteriormente), associando os fatos aos processos internos subjetivos que o levaram a agir.

A relação entre choque moral como algo que afeta a linha adotada por um ator social e a necessidade de entrar em ação (nos casos analisados por Katz, através da violência) para

salvar a própria face quando esta é perdida por causa do choque moral (para Katz, o choque ocorre na humilhação que o algoz sente como contestação de seus valores morais maiores pela vítima) também se caracteriza pela mediação emocional. As emoções integram as estratégias de salvamento de face, articulando-se ao processo cognitivo representado pelo choque moral. Expressar ou conter determinadas emoções pode servir como estratégia de salvamento da face. Nos casos de Katz, é a explosão da ira através da violência que salva a face.

Coelho (2010b), ao analisar narrativas de vítimas de violência urbana, elabora uma análise sobre a qual se pode estabelecer um paralelo com o texto de Katz e a possibilidade de pensar o choque moral sob uma perspectiva interacionista. Ao entrevistar pessoas que passaram por situações de assaltos às suas residências em que estiveram face a face com os assaltantes Coelho chama a atenção nas narrativas de seus entrevistados para a recorrência da expressão de sentimentos associados ao desprezo e à compaixão. Ambos os sentimentos aparecem como estratégias implícitas de re colocação das fronteiras de poder e status entre as vítimas e os assaltantes, que são rompidas pelo assalto. Para Coelho, estes sentimentos realizam no plano emocional o mesmo papel de restaurar hierarquias que a agressão física contra o assaltante realizaria – mas esta é uma alternativa que é avaliada por seus entrevistados como impossível ou inadequada naquele momento. Diante do choque moral representado pela vivência direta da violência, resta às vítimas dos assaltos restaurarem sua face através da expressão de sentimentos que ajudem a recolocar a ordem.

1.7 Novos Movimentos Culturais: transformações recentes nas formas de mobilização política

Na Introdução do dossiê *Políticas e Subjetividades nos 'Novos Movimentos Culturais'*, Goldman (2009) tece considerações sobre as características de um novo fenômeno no campo das reivindicações políticas, que nas décadas de 1960 e 1970 se afasta do movimento operário. Este fenômeno está baseado na identificação e resistência às formas de opressão que “operam fora da esfera estritamente econômica e literalmente política” (GOLDMAN, 2009, p. 9), dando um novo caráter à relação entre o fazer político e a sociedade civil. Estes movimentos, que o autor denomina de “novos movimentos culturais”, representam minorias

sociais e reivindicam em nome delas direitos específicos, que por definição diferem das tradicionais exigências pela extensão de direitos universais aos membros dos movimentos sindicais e de associações trabalhistas. Essas reivindicações de reconhecimento às especificidades compartilham a referência a um “direito de ordem superior”, o direito à diferença, reintroduzindo a noção de diversidade nas formas jurídicas e políticas clássicas de um direito universal através das mais diversas reivindicações de especificidades.

O autor identifica também, de forma concomitante a este processo, o reconhecimento que a academia dá ao caráter relacional e político destes fenômenos da identidade, através de inúmeras pesquisas. Remetendo-se à obra de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), Goldman ressalta que os movimentos culturais atuam na interface entre cultura e política, colocando em questão interpretações do que é o político através da cultura. Assim, estes novos movimentos inauguram formas novas tanto de política quanto de sociabilidade, tendo a identidade e a cultura no cerne das suas reivindicações, bem como nas suas iniciativas de mobilização e engajamento. Surge desse processo uma nova concepção de cidadania que encara as “‘lutas democráticas’ como lutas pela redefinição global da sociedade em todas as suas esferas e para todos os seus segmentos.” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 16 apud GOLDMAN, 2009, p. 10).

O que a abordagem de Goldman traz de novo em relação aos autores com que dialoga é a proposta de incluir mais assertivamente nas pesquisas a perspectiva das pessoas diretamente envolvidas nas experiências internas aos movimentos sociais. Assim, para o autor, essas experiências não se reduzem à construção de cidadanias e de alternativas de fazer político, mas também de alternativas de vida; nem se esgotam na busca pela simples aquisição de direitos, mas representam sim a busca de uma nova sociabilidade; e não somente demandam inclusão, mas também se recusam a permanecer em lugares (marginalizados) social e culturalmente pré-definidos. Incorporar a perspectiva destas pessoas significa ocupar-se das formulações nativas e locais ao estender aos movimentos sociais o entendimento do que é política, indo assim além das fronteiras do Estado: “conduzindo toda a reflexão do ponto de vista de um observador situado, por assim dizer, no centro de nossa própria sociedade, cultura ou sistema político.” (GOLDMAN, 2009, p. 11).

Para Goldman essas são as novas configurações do movimento social, marcado pela ambiguidade entre a linguagem de seus membros e a teoria social. Na década de 1990 os

movimentos sociais se recolocaram na estrutura do Estado e da política partidária – em especial no Brasil, como reflexo do processo de democratização. Neste processo, a transformação dos movimentos sociais em organizações autônomas, ONGs, dá a eles um potencial de articulação e centralização. Nesse período a noção de cultura passa a ocupar “o centro de discursos e práticas de um sem número de grupos”, por isso Goldman sugere “a designação de ‘novos movimentos culturais’ para essa modulação sofrida pelos novos movimentos sociais”. (GOLDMAN, 2009, p. 13). O que Goldman indica como importante é que os trabalhos antropológicos não tomem anacronicamente os movimentos culturais pelos movimentos sociais, mas também não encarem as mudanças como processos evolutivos; eles são na verdade concomitantes e compostos. O que é importante salientar nestes fenômenos de mobilização político-social-cultural é a questão que eles colocam para a antropologia:

Hesitamos, igualmente, sobre o que fazer com noções como as de identidade ou cultura quando brandidas pelos movimentos que estudamos: devemos levá-las ao pé da letra com uma ingenuidade quase insustentável e na contramão de boa parte da teoria antropológica? Ou devemos demonstrar que estamos sempre às voltas com ‘invenções de tradições’, correndo assim o risco de tratar as pessoas com quem trabalhamos como frios calculistas ou crédulos inocentes? (GOLDMAN, 2009, p. 13).

Para Goldman, as categorias analíticas para este tipo de trabalho ainda estão em processo de formação, acenando para a possibilidade de se reconhecer a singularidade e a dimensão micropolítica e subjetiva nos conceitos de identidade, políticas e cultura, bem como suas concepções nativas.

1.8 Moralidade, Emoção e Política: movimentos sociais e antropologia

Durão & Coelho (no prelo) exploram a interseção entre movimentos sociais, moral e emoção. Em seu texto, as autoras utilizam o Grupo Cultural AfroReggae (GCAR) como um estudo de caso do fenômeno de valorização da cultura como bem imaterial e seu consumo midiático e político em dimensões locais e transnacionais, ligadas à crescente visibilidade de grupos e territórios marginalizados. Elas identificam um conjunto de narrativas recorrentes no GCAR, que analisam servirem ao propósito de fábulas morais, em que casos singulares amplificam a ordem moral de uma narrativa que serve de base à legitimação social. Estas narrativas e os valores nelas incutidos são encaradas pelos próprios membros do GCAR como

‘tecnologias sociais’, que para as autoras configuram um projeto moral (utilizando os temas de Cole, 2003). O diálogo dessas narrativas é com as situações de marginalidade, violência e pobreza vivenciadas por muitos de seus membros. A moral central é a de uma responsabilidade para com o outro, uma responsabilidade que na análise das autoras opõe a figura do mártir, inculcada de um desejo por um futuro utópico, à figura do sobrevivente, inculcada da esperança por um futuro melhor que *ainda* não se concretizou.

O artigo aborda a questão da natureza do ator social dos movimentos sociais. Sua principal questão teórica parte do ponto abordado por Goldman (2009), sobre a percepção dos participantes de movimentos sociais como atores que utilizam conceitos compartilhados pela teoria social – como cultura e identidade – o que suscita um importante questionamento sobre a relação sujeito e objeto na antropologia:

[...] o ator social típico dos ‘movimentos culturais’ (de que o GCAR é um caso exemplar) teria, entre as características de sua ação social, o recurso ao mesmo instrumental teórico utilizado pelos cientistas sociais para ‘analisá-lo’, colocando assim um desafio para a teoria antropológica. (DURÃO ; COELHO, no prelo, p. 4).

A questão mais pertinente deste processo é a capacidade de reflexão do próprio ‘observado’ sobre o ato de observação do ‘observador’, operando uma inversão em que o próprio pesquisador se torna um objeto de reflexão do pesquisado. Para as autoras:

[...] o problema do tipo de agência que caracteriza este ‘ator social’, racional, interessado e/ou apaixonado, aparentemente crítico das categorias analíticas que procuram explicar sua forma de ação, sugerindo que as noções de ‘subjetividade etnográfica’ (CLIFFORD, 1988) e de ‘horizontes imaginativos’ (CRAPANZANO, 2004) podem oferecer um caminho para refletirmos sobre esta temática tão candente hoje nas ciências sociais. (DURÃO ; COELHO, no prelo, p. 6).

Durão & Coelho dialogam diretamente com Goldman, sublinhando a indicação que este faz sobre como os movimentos sociais mais recentes (os “novos movimentos culturais”) são calcados na defesa de um direito à diferença, salientando também a centralidade das noções de “identidade” e “cultura” para a mobilização e as reivindicações dos mesmos. Além disto, o diagnóstico de Goldman sobre a superposição entre categorias nativas aos movimentos culturais e o instrumental analítico da teoria social ganha especial atenção no texto de Durão & Coelho, pois conduz a:

[...] um problema fundamental de teoria social, que guarda relação com o lugar atribuído ao discurso do ‘observado’ sobre si e sobre sua forma de atuar no mundo na descrição antropológica. (...). O ponto fundamental que nos interessa aqui é: que ator social é este que recusa o lugar da ‘ingenuidade’ em relação aos conceitos que deveriam ‘constituí-lo’ ou ‘conformá-lo’ à sua revelia, de acordo com tantos projetos de teoria social consagrados, para apropriar-se deste discurso sobre o social e fazer dele instrumento de intervenção no social? Qual é a concepção de ação social de que a antropologia deve lançar mão para dar conta deste tipo de ator social? (DURÃO ; COELHO, no prelo, p. 12).

1.9 O Movimento Gay e “Choque Moral” na Epidemia de AIDS nos Estados Unidos

Gould (2001), em seu artigo na coletânea *Passionate Politics*, escreve sobre um período de transformação do movimento homossexual norte-americano na sua forma de se posicionar na esfera pública e de reivindicar seus direitos. O período que ela descreve diz respeito aos anos 1986-1987, onde segundo a autora grupos militantes da AIDS emergiram em diversas comunidades de gays e lésbicas americanas. Estes grupos argumentavam que era o momento de tomar uma iniciativa mais direta diante da epidemia. Assim, é no contexto de milhares de mortes relacionadas à AIDS que, segundo Gould, ativistas gays e lésbicas da AIDS se estabeleceram em novos grupos ou guiaram grupos pré-estabelecidos a novas orientações, fenômenos para os quais Gould oferece diversos exemplos ocorridos em Chicago, Nova York e São Francisco. Esse novo direcionamento na forma de se colocar politicamente incluía demonstrações em vias públicas, exemplificado pelas ações da entidade ACT UP (AIDS Coalition to Unleash Power⁵), que começa com uma sede em Nova York em 1987 e logo se espalha pelos Estados Unidos com estratégias de desobediência civil, piquetes e manifestações que levaram inclusive a prisões de alguns de seus membros. Estas iniciativas, segundo Gould, trouxeram um novo estilo de militância ao ativismo gay e lésbico, desestruturando a “normalidade” do estabelecimento político vigente até então tanto para homossexuais quanto para heterossexuais.

Embora Gould considere que gays e lésbicas se tornarem politicamente ativos diante da AIDS fosse um desenvolvimento inevitável, ela se pergunta por que e como isto aconteceu. Em especial, ela se pergunta por que foi abraçado um ativismo de rua militante e que expressava raiva, após um precedente de toda uma geração que manifestava interesses mais rotineiros à política de grupo. Para a autora, as emoções e a sua expressão – especialmente

⁵ Coalizão da AIDS para dar vazão ao poder, em uma tradução livre.

vergonha, medo, orgulho, pesar/luto, indignação e raiva – moldaram as respostas de gays e lésbicas à epidemia de AIDS, encorajando-os ora à aquiescência e à autoajuda comunitária, ora animando um ativismo politicamente militante na forma do ACT UP. Sua análise oferece, segundo ela, um contraponto especial à teoria mais tradicional dos movimentos sociais, que ela considera não poder dar conta da emergência do ACT UP.

Gould indica que o ACT UP surge precisamente devido a, e não a despeito das, oportunidades políticas restritas daquele contexto – o conservadorismo crescente da era Reagan/Bush em que gays, lésbicas e ativistas da AIDS não tinham nenhum acesso significativo ao poder ou alianças políticas, permanecendo à margem das disputas entre alinhamentos partidários ou ideológicos e às questões da elite. Segundo Gould, nos primeiros anos da epidemia de AIDS o silêncio em todas as instâncias governamentais era significativo, apenas para ser substituído em meados dos anos 80 por uma política de financiamentos inadequados e uma legislação crescentemente repressora. Gould, assim, inverte o modelo explicativo baseado na ideia de “oportunidade política”, que consideraria que o movimento ACT UP emergiu num momento inoportuno, explorando a interação entre o contexto externo e fatores internos às comunidades em que o ACT UP emergiu. Assim, ela inclui na sua análise as subjetividades, sexuais e políticas, de gays e lésbicas; as vicissitudes de suas interpretações e de seus sentimentos sobre si mesmos e sobre a epidemia de AIDS; e suas aspirações diante da sociedade heterossexual dominante.

Uma das questões centrais trabalhadas por Gould diz respeito à ambivalência, que para ela é intrínseca à experiência de ser gay ou lésbica. Esta característica está presente, segundo a autora, no movimento contemporâneo por direitos e de liberação de gays e lésbicas, desde sua emergência na Rebelião de Stonewall, bem como na subsequente circulação da noção de “orgulho gay”. A ambivalência diz respeito à relação da própria homossexualidade com a heterossexualidade, sendo experimentada tanto conscientemente quanto sob um registro menos consciente. Gould afirma que a ambivalência e os esforços de circunscrevê-la afetaram significativamente as respostas políticas organizadas de gays e lésbicas à epidemia de AIDS, sendo então fundamental para sua análise. Esta ambivalência é marcada pela simultânea aceitação e rejeição dos desejos sexuais, ao lado de um jogo de atração e repulsa em relação à sociedade dominante. Gould ressalta que este sentimento é socialmente estruturado – ou seja, não deriva das idiossincrasias individuais, mas surge e é reforçado por relações sociais de

marginalização. Ainda que acomode variações de acordo com o tempo e as posições individuais em hierarquias de gênero, classe, raça, bem como com outras experiências individuais, o status marginalizado de todas as lésbicas e gays numa sociedade heterossexista, afirma Gould, estrutura um conjunto de emoções contraditórias difíceis de serem evitadas. As instituições dominantes, ao caracterizarem a homossexualidade como anormal, desviante e pervertida, dão a estes sujeitos um status apartado do todo da sociedade. As experiências homossexuais são, portanto, associadas à vergonha e à culpa.

Gould indica que a instituição da família nuclear é especialmente relevante para o desenvolvimento da ambivalência homossexual, pois a norma heterossexual cria uma tensão a partir da diferença que uma criança com desejos por pessoas do mesmo sexo percebe sobre si mesma ao comparar-se com seus pais e àqueles à sua volta, dando à criança a sensação de que algo está errado com ela. Assim, homens e mulheres homossexuais sentem-se pressionados a evitar sentimentos, conscientes ou inconscientes, de vergonha, culpa e autodepreciação por conta de seus desejos, práticas sexuais e/ou expressões de gênero, ao mesmo tempo em que encontram completude, prazer e alegria neles. Gould considera que o senso de si é parcialmente determinado pela autopercepção do papel que um indivíduo ocupa na sociedade; assim, além de uma ambivalência sobre si mesmos, os sujeitos homossexuais também experimentam uma ambivalência em relação à sociedade heterossexual dominante. De fato, para Gould há uma conexão entre ambivalência consigo e ambivalência com a sociedade: “O outro lado do ódio de si mesmo é tanto atração por, e ódio de, uma sociedade que faz com que um indivíduo odeie a si mesmo.”⁶ (GOULD, 2001, p. 138, tradução minha).

Gould se apoia em depoimentos e escritos de pessoas homossexuais para elaborar mais profundamente a sua noção de ambivalência, que descreve o jogo de atração e repulsa inerente à socialização de um indivíduo com uma identidade marginalizada⁷. O indivíduo é parte da sociedade e deseja ser parte dela, mas ao mesmo tempo reconhece nela a origem de seus sentimentos de autodesprezo, e por sua vez despreza a sociedade ao mesmo tempo em que deseja ser parte dela. Gould fala da sensação inerente de ser parte da sociedade presente na socialização da criança homossexual, quando ela tem um relacionamento importante com pessoas heterossexuais (pais e parentes), compartilhando desejos e expectativas com estas

⁶ “The other side of self-hatred is both attraction toward, and hatred of, a society that makes one hate oneself.”

⁷ A análise sobre o estigma de Goffman (1990) é complementar às considerações de Gould.

peças. Ou seja, por um lado, o homossexual não é diferente do heterossexual. Mas a socialização é responsável pela ambivalência do indivíduo em relação a seus próprios desejos homossexuais, pois a sociedade os considera errados. Ao mesmo tempo, a relação com a sociedade também se torna ambivalente, pois os indivíduos homossexuais historicamente expressaram desilusão, raiva e antipatia pelo ódio da sociedade a homossexuais.

No contexto da epidemia de AIDS analisada por Gould, a atração de gays e lésbicas pela sociedade diminuía diante da sanção implícita às mortes em decorrência da AIDS e da aprovação diante da criminalização da homossexualidade, da proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo, e outras formas de perseguição:

Ao mesmo tempo em que receiam que os discursos dominantes sobre a homossexualidade possam estar certos, lésbicas e homens gays misturam ideias de direitos e justiça que prevalecem nos Estados Unidos com suas experiências de prazer sexual e vínculo emocional com pessoas do mesmo sexo, acalentando uma crença de que na verdade eles são os normais e corretos e que a sociedade homofóbica é que é o problema.⁸ (GOULD, 2001, p. 138, tradução minha)

Continuando a investigar a temática da ambivalência, Gould explora a relação entre a chave orgulho/vergonha entre homossexuais, pois desde Stonewall o orgulho (“pride”) fora a emoção normativa evocada em gays e lésbicas que vivenciam sua sexualidade abertamente. Segundo a autora, os líderes e as instituições de gays e lésbicas promovem, produzem e até mesmo demandam uma narrativa dominante de orgulho. Contudo, nesse caso o orgulho é o par oposto da vergonha, sentimento que ele nunca apaga, apenas contrapõe-se – instaurando uma outra relação de ambivalência no que Gould chama de “cultura emocional” entre lésbicas e gays, que inclui vergonha da homossexualidade e medo da rejeição social concomitantes ao orgulho gay e raiva diante da opressão heterossexista. Gould reconhece que é controverso questionar a narrativa de orgulho ao reconhecer a persistência da ambivalência, dando munção ao argumento antigay de que ‘mesmo gays odeiam a si mesmos’. Contudo, para Gould a dinâmica da política de gays e lésbicas será melhor compreendida pela abordagem da “repercussão psicológica” sobre o indivíduo que a experiência de viver numa sociedade heterossexista acarreta, e de se explorar os efeitos disciplinares sutis do poder que daí decorrem.

⁸ “Even while fearing that dominant discourses about homosexuality might be right, lesbian and gay men mix ideas of rights and justice that prevail in the U.S. with their same-sex experiences of sexual pleasure and emotional connection, nourishing a belief that in fact they are normal and right and that a homophobic society is the problem.”

Para Gould a ambivalência, seja experimentada consciente ou inconscientemente, provoca desconforto e ansiedade, sendo a vontade de resolvê-la e os esforços para fazê-lo intensos. No modelo freudiano a ambivalência está associada à repressão de sentimentos, em que um polo das emoções contraditórias é reprimido enquanto o outro é abraçado com zelo. Seguindo Reddy (1997), Gould concorda que as convenções sociais de um grupo acerca de sentimentos e de expressões emocionais ajudam seus membros a vivenciar ambivalências intensas. Em sua leitura deste autor Gould analisa a associação entre emoções e linguagem, concluindo que as expressões emocionais de fato alteram os sentimentos às quais se referem. Segundo sua descrição, a linguagem é inadequada para expressar perfeitamente um estado sentimental ‘interior’, portanto quando um sentimento é expresso sua articulação linguística nomeia e categoriza a experiência emocional tornando discernível e verbal o que era não-verbal. Mas ao fazê-lo oculta a diferença entre a linguagem e o sentimento subjetivamente experimentado, deixando de verbalizar certos aspectos dos sentimentos ‘internos’, que podem ser reprimidos, deslocados ou apenas não ganharem sentido através da linguagem. O que não é nomeado é incognoscível, já que o sentimento torna-se legível e compreensível ao ser nomeado.

Por exemplo, a expressão emotiva “Eu tenho raiva” pode ganhar definição pelo sistema de significação socialmente construído que lhe dá contexto, ou pode ser inadequada para expressar o estado sentimental de um indivíduo, levando-o então a buscar uma expressão emotiva mais apropriada. Em ambos os casos, a expressão emotiva “Eu tenho raiva” altera o(s) sentimento(s) a que se refere ao escapar através de um processo de nomeação e categorização sempre imperfeitas que produz dois resíduos, um inominado e um inominável⁹.

Quanto à ambivalência, segundo Gould, para Reddy as regras e convenções emocionais de uma comunidade produzem expressões emocionais normativas que ao se repetirem podem afetar, em longo prazo, ambivalências intensas e difundidas na sociedade ao extrapolar um lado dos sentimentos contraditórios e submergir o outro. Desta forma, as expressões emocionais normativas de certo modo resolvem a ambivalência ao forçar a balança da contradição emocional numa direção, moldando assim os sentimentos dos indivíduos. Gould acrescenta que este processo é interativo e contínuo, e que resoluções

⁹ Podemos talvez interpretar o resíduo inominado como a experiência subjetiva individual que acaba não sendo assimilada na classificação emocional, e o inominável como a parte dessa experiência que não corresponde a qualquer classificação.

temporárias para ambivalências intensas afetam os sentimentos predominantes e as convenções sociais de um grupo acerca das emoções e sua expressão.

Assim, o objetivo de Gould é demonstrar como a cultura emocional da comunidade gay e lésbica deriva da ambivalência ao mesmo tempo em que, até certo ponto, ajuda a gerenciá-la ao estabelecer regras e normas para sentimentos e expressões emocionais e ao afetar como lésbicas e gays se sentem. Para Gould a ambivalência de gays e lésbicas para consigo mesmos e para com a sociedade é instável. Os pares de autodesprezo e autoestima e atração e repulsa pela sociedade estão em jogos de forças que podem variar bastante sem que nenhum polo domine, já que cada lado das equações está sempre presente (mesmo que sublimado). Assim, a instabilidade e incerteza de qualquer resolução possível da ambivalência homossexual requer constante gerenciamento através da repetição de expressões emocionais que infleem um lado do polo de ambivalência ao reprimir os sentimentos do outro.

Para Gould, como a ambivalência homossexual diz respeito ao *self* e à sociedade, o processo de gerenciamento emocional ocorre em todas as arenas em que haja um *self* gay ou lésbico. E o que é ainda mais importante, o gerenciamento emocional está sempre presente quando um *self* gay ou lésbico interage com a sociedade – como na política. Assim, a epidemia de AIDS trouxe nova visibilidade e escrutínio público a gays e lésbicas, fazendo com que a ambivalência homossexual e os esforços de gerenciá-la se tornassem centrais às suas respostas à AIDS. Mas a ambivalência homossexual influencia o discurso político de gays e lésbicas não apenas no caso da epidemia de AIDS, já que para Gould a linguagem da política de gays e lésbicas é saturada de emoções sobre o *self* e a sociedade. Para a autora: “Resumindo, as emoções inundam o discurso político de lésbicas e gays, proclamando como, à luz de ações políticas específicas, lésbicas e homens gays supostamente se sentem, devem se sentir, não devem se sentir, ou irão sentir, acerca de si mesmos e da sociedade.”¹⁰ (GOULD, 2001, p. 142, tradução minha).

Mas o argumento central de Gould é que durante a epidemia de AIDS a ambivalência de gays e lésbicas foi temporariamente resolvida através da evocação de certas expressões emocionais que levou à produção de sentimentos, regras e normas emocionais que ajudaram a

¹⁰ “In short, emotions suffuse lesbian and gay political discourse, proclaiming how, in light of specific political actions, lesbians and gay men supposedly feel, should feel, should not feel, will feel, about themselves and about society.”

dar forma à resposta desses sujeitos à epidemia. Nos primeiros anos, marcados por sentimentos de vergonha e medo, inflam-se sentimentos negativos ligados à homossexualidade, criando um intenso desejo por aceitação social, processo que aumentou a preocupação de gays e lésbicas com a respeitabilidade e assimilação na sociedade – uma resolução da ambivalência que encorajava uma resposta política à AIDS não confrontadora que articulava lobby político e prestação de serviço à comunidade. Esta cultura emocional modifica-se em meados dos anos 80, com um aumento nas expressões de raiva em relação às respostas inadequadas do governo à AIDS. Mas Gould argumenta que a ambivalência homossexual funcionou para dissociar esta raiva de um ativismo político militante e direcionou-a a um orgulho internamente orientado à comunidade que encorajava a “nobre” e “aceitável” manutenção do cuidado entre pares em vista da ausência de ajuda externa, fazendo do voluntariado, serviço comunitário e lobby político as ações organizadas que resultavam das expressões emocionais daquele contexto. Gould dá o exemplo do orador principal de uma procissão memorial em Chicago que após incitar a multidão a expressar sua raiva concluiu seu discurso pedindo que o grupo transformasse sua raiva em amor direcionado à comunidade: “Peguem sua raiva e transformem-na em amor por seus irmãos.”¹¹ (GOULD, 2001, p. 143, tradução minha).

A incitação ao orgulho funcionou, nesse sentido, como uma forma de submergir a crescente raiva, clamando por voluntariado e autoajuda comunitária no lugar de uma resposta ativista externamente orientada. A ideia de orgulho gay toma nesse período, portanto, um sentido bem diferente daquele que tinha quando foi cunhada em 1969, em que era ligada ao ativismo militante, enquanto na década de 80 encoraja o estoicismo. Contudo, o ato de privilegiar certas expressões emocionais sobre outras não eliminou a raiva de gays e lésbicas, apenas reduziu suas expressões e a aparência do próprio sentimento.

Contudo, ainda seguindo Reddy, Gould indica que as convenções de expressão emocional são sujeitas a serem contestadas, particularmente em momentos de crise:

[...] os indivíduos variam em suas respostas à convenção emotiva. Esta variação ‘provê uma reserva inicial de possibilidades de mudança... que podem ser acionadas quando fatores ideológicos, econômicos ou políticos põem pressão no

¹¹ “Take your anger and turn it into love for your brothers.”

sistema’[...] ¹² (REDDY, 1997, pp. 333-35 apud GOULD, 2001, p. 144, tradução minha).

A partir desta ideia, Gould descreve como os eventos subsequentes aos meados da década de 1980 deram lugar à gerência de uma raiva crescente, através de protestos mais confrontadores e da formação de grupos preocupados com a imagem de gays e lésbicas na sociedade. Para Gould, ainda que em pequenos números, estas políticas mais opositoras indicaram uma mudança no clima emocional e uma crescente instabilidade da ‘política acomodada’. Gould menciona como neste período alguns líderes de gays e lésbicas demonstraram-se ansiosos diante das expressões crescentes de raiva, indicando inclusive que enquanto alguns preferiam que seus companheiros “não virassem o barco”, outros preferiam que as medidas mais opositoras continuassem “a virar o barco”. Neste momento, a reação cautelosa era predominante. Contudo, segundo Gould essa cautela e a vontade de “não virar o barco” mudam em 1986, quando há uma transformação ampla e significativa na retórica de gays e lésbicas acerca da crise da AIDS.

Gould analisa o que ela considera ter sido o pivô desta mudança, o veredicto do caso *Bowers v. Hardwick*, julgado nas instâncias da Suprema Corte dos Estados Unidos. Este veredicto comparava o sexo gay a adultério, incesto e outros crimes sexuais, mantendo um estatuto do Estado da Georgia que negava a homossexuais direitos constitucionais, como o de ter relações sexuais em um lugar privado. Para Gould, a comunidade de lésbicas e gays tomou o veredicto como uma declaração de guerra. Segundo relatos, protestos emergiram em diversas cidades dos Estados Unidos quando a notícia chegava às comunidades em que a frustração e a raiva haviam se acumulado diante das mortes e da violência ligada ao ódio. Para Gould estes relatos podem ser analisados à luz da noção de efervescência coletiva de Durkheim, transbordando com a energia emocional gerada pela congregação de um grande número de pessoas que veem a si mesmas como conectadas de alguma forma. A comunidade de gays e lésbicas passou a incitar seus membros a mostrarem sua raiva através de iniciativas de ida às ruas em mobilizações de ocupação do espaço público e demonstrações de desobediência civil. Para Gould: “A mudança no discurso emocional e político de lésbicas e homens gays é notável; uma linguagem militante deste tipo quase nunca apareceu na mídia

¹² “...individuals vary in their responses to emotive convention. That variation ‘provides an initial reservoir of possibilities for change... that can be drawn upon when ideological, economic, or political factors put pressure on the system’...”

lésbica e gay durante os cinco primeiros anos da epidemia de AIDS.”¹³ (GOULD, 2001, p. 147), tradução minha.

Esta nova militância cresce rapidamente, associando os sentimentos de raiva, indignação, autorrespeito e luto a uma política de ativismo da AIDS militante e confrontadora. Estas expressões emotivas prevaleceram diante das evocações anteriores de orgulho acerca da autoajuda comunitária, fé na boa vontade do governo e estoicismo diante da morte. A mídia gay e lésbica passa a ter artigos que expressam insatisfação com respostas moderadas à AIDS, e grupos militantes de ativismo da AIDS começam a emergir, organizando todo tipo de manifestação – levando eventualmente à criação do grupo ACT UP em 1987.

Gould se pergunta por que especificamente o veredicto de *Bowers v. Hardwick* acarretou tais repercussões. Ela utiliza a análise de Jasper (1997) sobre ‘choque moral’, indicando que o veredicto atentou em especial contra a crença de lésbicas e gays na democracia americana, confrontando-os com seu status marginalizado. Em conjunto com a resposta inadequada do governo à epidemia de AIDS, a sentença diminuiu a sensação de pertencimento à sociedade dominante e de beneficiamento de direitos civis e privilégios em muitos membros da comunidade de lésbicas e gays, em especial, nota Gould, para aqueles que eram homens brancos de classe média. Isto levou a uma indignação inédita diante do tolhimento de seus direitos. De acordo com Jasper, o choque moral ajuda uma pessoa a repensar seus valores básicos e como o mundo diverge deles (JASPER, 1997, p. 106 apud GOULD, 2001, p. 149), criando uma diversidade de respostas, e podendo inclusive levar a pessoa ao ativismo político.

Gould, contudo, completa esta análise considerando porque, entre tantas ações anteriores capazes de suscitar indignação, o veredicto de *Bowers v. Hardwick* foi experimentado como choque moral e porque a resposta foi o ativismo militante – já que para Jasper muitas pessoas se resignam a aceitar mudanças desconfortáveis. Para Gould, é o contexto em que o veredicto de *Bowers v. Hardwick* ocorre e o processo de mudança na cultura emocional de gays e lésbicas que já estava em curso, e que tanto deriva da compreensão desta comunidade sobre o contexto que vivenciava quanto a reforça. Gould

¹³ “The shift in lesbian’s and gay men’s emotional and political discourse is remarkable; militant language like this almost never appeared in the lesbian and gay media during the first five years of the Aids epidemics.”

lembra que *Bowers v. Hardwick* fora anunciado cinco anos após a eclosão da epidemia de AIDS, quando o número de casos de infecção reportados ao CDC (Centro de Controle de Doenças¹⁴) foi superior aos 30.000, mais da metade dos quais já haviam resultado em óbito. Enquanto isto, o Presidente americano, Reagan, ainda não havia pronunciado a palavra AIDS em público. Assim para Gould:

Emanando dos mais altos escalões do estado e em meio a uma legislação crescentemente repressiva, a negligência do governo, e as sempre crescentes mortes por AIDS, a decisão de *Hardwick* chocou lésbicas e homens gays na direção de um maior reconhecimento da natureza ameaçadora à vida de uma homofobia patrocinada pelo estado e socialmente sancionada.¹⁵ (GOULD, 2001, p. 149, tradução minha).

Se antes de *Bowers v. Hardwick* as expressões de raiva estavam aumentando gradualmente, modificando a cultura emocional de gays e lésbicas, o veredicto acelerou a mudança, quebrando a “resolução” anterior para a ambivalência e a “constelação” de emoções por ela incitadas. Assim, os sentimentos da comunidade de gays e lésbicas acerca de si e da sociedade se transformaram, acelerando a mudança nas normas e regras emocionais e provocando uma nova “resolução” da ambivalência – o que estimulou novas compreensões da epidemia de AIDS e encorajou o ativismo militante, abalando a ortodoxia de moderação e acomodação política que dominava a política de gays e lésbicas desde meados dos anos 70. Segundo Gould:

Embora em si mesma não fosse sobre a AIDS, [a decisão de] *Hardwick* pontuou e deu novo significado à contínua epidemia; ela cristalizou e aumentou sentimentos interpretações sobre a epidemia que previamente haviam permanecido mais ou menos inefáveis.¹⁶ (GOULD, 2001, p. 150, tradução minha).

Para Gould, ao expor a disposição do Estado de excluir uma classe inteira de pessoas das proteções institucionais, o veredicto encorajou uma análise mais cuidadosamente política da epidemia de AIDS, dificultando a percepção desta como uma série de casos de morte ou

¹⁴ Center for Disease Control.

¹⁵ “Emanating from the highest echelons of the state and amidst increasingly repressive legislation, government negligence, and the ever-increasing Aids deaths, the *Hardwick* ruling shocked lesbians and gay men into a greater recognition of the life-threatening nature of state-sponsored and socially sanctioned homophobia.”

¹⁶ “Although itself not about Aids, *Hardwick* punctuated and gave new meaning to the ongoing epidemic; it crystallized and heightened feelings about and interpretations of the epidemic that had previously been more or less inchoate.”

sentimentos isolados de luto. Se antes do veredicto alguns indivíduos já denunciavam o descaso público como prova de que gays e lésbicas eram vistos como dispensáveis, o caso demonstrou que a homofobia poderia chegar a limites mais agressivos na privação de direitos. Se o governo e a sociedade viam o ato sexual e o amor entre pessoas do mesmo sexo como algo criminoso, não haveria uma resposta digna à epidemia em nenhum momento próximo. Após *Bowers v. Hardwick*, enquadramentos da epidemia invocando imagens do nazismo e acusações de genocídio se tornaram mais ressoantes aos sentimentos de medo, luto e raiva que sustentavam uma visão apocalíptica da AIDS.

Lésbicas e homens gays experimentaram *Hardwick* como um choque moral porque o próprio conteúdo da decisão, em conjunto com as justificativas flagrantemente homofóbicas da opinião da maioria, ocorrendo durante uma já horrível crise, evidenciou de forma clara e inconfundível os contornos e a profundidade da exclusão e opressão homossexual.¹⁷ (GOULD, 2001, p. 150-1, tradução minha).

Assim, o veredicto encorajou um ativismo mais militante, pois afetou como gays e lésbicas se sentiam acerca de si mesmos, da sociedade e da crise da AIDS, mudando a cultura emocional deste grupo e a sua ambivalência, modificando a percepção sobre qual política era aceitável, possível, ou necessária. Desta forma, diferentemente do que sugere o modelo de oportunidade política que Gould critica, sua análise indica que o endurecimento de oportunidades políticas foi exatamente o que levou ao ativismo mais militante.

Gould conclui que as emoções tiveram um papel determinante na emergência do ativismo militante de AIDS, num contexto em que oportunidades políticas opressoras ajudaram a cristalizar emoções mais opostas e a reconfigurar a cultura emocional prevalente entre gays e lésbicas, projetando uma nova resolução para sua ambivalência. Menos restringidos pelo medo da rejeição social ou pela vergonha acerca da homossexualidade, gays e lésbicas não reprimiram mais sua indignação e raiva, mas a direcionaram ao governo, ao estabelecimento médico-científico, à mídia e à sociedade de maneira geral. Se antes a cultura emocional e os esforços de administrar a ambivalência reforçavam a acomodação na sociedade dominante, o jogo de força entre ambos passou a encorajar o ativismo de AIDS. Para Gould, dado o contexto de aviltamento que culmina com

¹⁷ “Lesbians and gay men experienced *Hardwick* as a moral shock because the content of the decision itself along with the majority opinion’s blatantly homophobic justifications, occurring amidst an already horrific crisis, brought into stark and unmistakable relief the contours and depth of homosexual exclusion and oppression.”

Hardwick, nos termos de Rosaldo (1984) que considera emoções como “pensamentos corporificados”, gays e lésbicas passaram a *sentir* agudamente a crise pela qual passavam, reconhecendo que a AIDS afetava a cada um deles como indivíduo, levando à transformação do orgulho comunitário interno em uma desilusão dolorosa com os mecanismos democráticos, um senso de merecimento traído, e raiva.

2 DIREITOS HUMANOS, DIREITOS SEXUAIS

2.1 Apresentação

Partindo da obra de Foucault, este capítulo busca estabelecer a relação entre as figuras políticas da mulher e das sexualidades que escapam à norma heteronormativa e o tipo de discurso vitimizador que se estabeleceu sobre estes personagens no campo dos direitos sexuais e reprodutivos no contexto da trajetória dos direitos humanos. Historicamente, estes personagens foram tratados como vítimas, ao invés de responsáveis, pelo infortúnio de sua natureza e de seu status inferior na hierarquia social pelos campos da medicina e do direito. Ambos os campos foram os principais articuladores do atual discurso sobre questões ligadas ao gênero e à sexualidade no campo dos direitos humanos.

Assim, este capítulo oferece um panorama da trajetória dos “direitos humanos”, onde se localiza o campo dos direitos sexuais que é objeto do engajamento das narrativas analisadas neste trabalho. O objetivo deste capítulo é contextualizar este objeto, mas deixando claro que não se busca aqui comentar ou analisar o campo dos direitos sexuais – como apontado na introdução, o objeto de análise desta tese são as narrativas de engajamento neste campo, e não o campo propriamente dito. Contudo, ao entender os direitos sexuais como um objeto constituído pelas práticas discursivas da modernidade, este capítulo associa o discurso sobre a sexualidade, e complementarmente, um discurso sobre o gênero, ao estabelecimento dos sujeitos que estes discursos representam como sujeitos políticos. Para tal é revisada, tanto no movimento homossexual quanto na teoria feminista, a questão da violência, como articuladora central da noção de vitimização para os sujeitos associados a estes movimentos de minorias políticas.

2.2 Discursos sobre Gênero e Sexualidade

O ponto central das teses de Foucault sobre a sexualidade é sua natureza discursiva. Através dos estudos antropológicos posteriores a este autor, em especial da antropologia médica e do corpo, colocou-se em evidência a natureza histórica e culturalmente variante das normas sobre a sexualidade humana e, por extensão, do que significa ser homem ou mulher em cada sociedade. Estudos pós-estruturalistas inspirados por Foucault se debruçaram em definir quais são as características específicas que determinam o sistema sexo-gênero em nossa sociedade. Graças à obra deste autor reconhece-se que o sexo e todo o conjunto de

conhecimentos que ao redor dele se constituíram são uma ferramenta importante da organização do poder político, do controle das pessoas – do plano macro representado pelas populações ao plano micro representado pelo indivíduo. São parte destes mecanismos de poder os saberes técnicos, como o médico e o jurídico. Mas também aquilo que destes saberes toca os sujeitos singulares – os processos de individualização.

Por outro lado, esta perspectiva discursiva permanece também na base da antropologia das emoções, com o reconhecimento que as emoções são elas também uma ferramenta de poder na sociedade, um foco rico de individualização ao mesmo tempo em que mecanismo de estabelecimento de normas e de sanções ao seu desvio. A importância da comparação entre discurso emotivo e discurso sobre o gênero e a sexualidade surge do fato de que neste trabalho os discursos narrativos biográficos são analisados com foco nas emoções como ferramentas explicativas para o engajamento nos discursos sobre o sexo e o gênero. A natureza destes discursos como técnicas da política é, então, evidenciada nesta seção.

Foi a partir da análise inaugurada na obra de Foucault que as concepções sobre a sexualidade deixaram de entendê-la como mera fruição dos corpos para se voltarem para sua análise como um mecanismo produtor de poder e verdade. Foucault se debruça principalmente sobre a questão das sexualidades periféricas à heterossexualidade, mas o personagem da mulher aparece em sua obra como um importante difusor de discursos, e também como alvo deles. Assim, a partir da obra de Foucault outros autores refletiram sobre a questão da produção de verdades sobre a sexualidade e o gênero. Como aponta Rohden (1998), a obra de Laqueur (2001), publicada originalmente em 1990, representou um marco importante ao abordar o “percurso de elaboração da distinção entre os sexos tal como a concebemos contemporaneamente” (ROHDEN, 1998, p. 127). O autor evidenciou a necessidade de compreender a situacionalidade dos sexos através da análise do campo das relações entre gênero e poder. Rohden retoma o argumento de Laqueur e o compara a outro estudo que teve um impacto significativo nas discussões acerca das temáticas do corpo, gênero e sexualidade, o de Martin (1992) sobre a medicina da mulher, que repercutiu de forma importante nos campos feminista e acadêmico. Rohden enfatiza o enriquecimento teórico da abordagem discursiva sugerida por Foucault, para a autora alcançada em especial na obra de Laqueur:

As formulações de Foucault parecem extremamente frutíferas quando refletidas sobre as questões do corpo e da sexualidade. Permitem, em primeiro lugar, que

se avance para além dos velhos esquemas dicotômicos em torno do par natureza/cultura. O corpo, se visto de uma perspectiva multicausal, já não é mais o mesmo do que em análises que privilegiam o biológico como um substrato irreduzível. E também a sexualidade não é simplesmente construída por um único processo, como a medicalização, por exemplo. Esses dois lugares de tematizações sociais passam a exigir um esforço maior, o que é, sem dúvida, empreendido por Laqueur [...]. (ROHDEN, 1998, p. 136)

É em especial na consideração de tematizações de processos que vão além da medicalização que o comentário de Rohden ajuda a localizar a discussão da obra de Foucault a seguir. Interessa em especial, à luz da análise das entrevistas que é objeto deste trabalho, formas discursivas centradas no direito e a associação com a questão da violência, que é também uma preocupação importante para Foucault em sua análise do poder na sociedade moderna.

2.2.1 A abordagem foucaultiana sobre a sexualidade

Em “A Vontade de Saber”, o primeiro volume da “História da Sexualidade”, Michel Foucault aborda as relações entre vida, saber e a organização do poder na modernidade. A temática do poder é o eixo que conduz o argumento de Foucault, segundo o qual a emergência da modernidade se fez acompanhar de uma transformação nas formas de exercício do poder. Neste processo criou-se uma configuração hegemônica engendrando dispositivos e tecnologias de poder centrados em torno da vida, tendo o sexo como ponto de fixação. O poder sobre o sexo é exercido por uma incitação discursiva, intensificada pela ideia da repressão ao sexo. O exame da “hipótese repressiva” revela que a “colocação do sexo em discurso” não silencia ou censura, mas provoca e dissemina sexualidades polimorfos através da constituição de uma ciência da sexualidade. Foucault propõe refutar a ideia de que o sexo seja reprimido a partir da análise de uma corrente geral de discursos sobre a sexualidade a partir do século XVII, e determinar os mecanismos de “poder-saber-prazer” que sustentam estes discursos. O autor aborda como o poder atinge as condutas individuais e o desejo, penetrando e controlando o prazer e engendrando tanto efeitos negativos (recusa, bloqueio, desqualificação) quanto positivos (incitação, intensificação). O autor identifica uma “explosão discursiva”, que é uma multiplicação de discursos sobre o sexo no campo do poder e de uma economia restritiva dos enunciados (quem, onde, quando e como se pode falar sobre sexo). Assim, há uma proliferação dos discursos principalmente através de uma incitação institucional que opera a transposição da importância do ato para o desejo através da

exposição de todos os elementos (da alma e do corpo) que tenham afinidade com o sexo. Desta forma o poder produz efeitos sobre o desejo ao colocá-lo em discurso.

A partir do século XVIII nasce uma incitação política, econômica e técnica a falar do sexo, movida por um “interesse público” que contabiliza, classifica e especifica a sexualidade num contexto de racionalidade. O discurso sobre o sexo torna-se disperso em diversas disciplinas¹⁸ que buscam falar sobre a sexualidade e fazer falar sobre ela, dando ao sexo uma existência discursiva. O discurso racional sobre o sexo suplanta o discurso moral; não o elimina, mas cobre-o com uma verdade mais profunda. Consequentemente, a verdade sobre o sexo passa a ser aquela proferida pelo discurso cujo objetivo é regulá-lo, administrá-lo. Para Foucault, calar o discurso leigo de caráter tradicional e ‘moral’, policiar a linguagem, é uma condição para que as instituições de saber e de poder legitimassem seu próprio discurso. É uma ‘repressão’ em se falar do sexo de maneira desordenada e ‘imoral’, para incitar um discurso sobre o sexo que possui uma ordem e uma finalidade reguladora, e que se julga independente da moral. Na verdade, Foucault afirma que este discurso sobre o sexo era o discurso de “uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas.” (FOUCAULT, 2001, p. 54).

A produção de enunciados sobre o sexo, nos séculos XVIII e XIX, foi realizada por disciplinas que modificaram o foco dos discursos sobre a sexualidade conjugal para as sexualidades periféricas a ela. Essa produção discursiva tem menos a dizer sobre o sexo fértil que sobre o sexo infértil. A fertilidade e a reprodução passam a ser as normas rigorosas e silenciosas de que se prescinde falar e das quais não é mais exigido serem formuladas a cada instante. Há, para o autor, “um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual.” (Foucault, 2001, p. 39). São os desvios, os grandes crimes “contra-a-natureza” que passam para o centro da produção discursiva, principalmente ao serem classificados e denominados pela medicina. Enquadram-se desta maneira as sexualidades periféricas nos discursos e mecanismos de poder:

[...] o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas estas figuras, outrora apenas entrevistas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são

¹⁸ Foucault cita como exemplo a demografia, a biologia, a medicina, a psiquiatria, a psicologia, a moral e a crítica política. (Foucault, 2001:35).

escutadas; e se novamente for interrogada, a sexualidade regular o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo. (FOUCAULT, 2001, p. 39).

O elemento do contra-a-natureza é enfatizado neste domínio discursivo sobre a sexualidade. Desta maneira esses objetos conquistam autonomia em relação às violações das relações de aliança (crimes contra a lei ou a moral, como o incesto e o adultério), e diferenciam-se da categoria tradicional de libertinagem. Transformam-se da infração às regras da lei da aliança em infração da ordem natural dos desejos. Essa incitação e difusão discursiva de heterogeneidades sexuais é uma forma de exercer controle direto sobre a sexualidade e produzi-la no real. Por exemplo, a luta contra a sexualidade da criança difunde sobre a família uma preocupação e vigilância constante sobre o sexo, chamando repetidamente a atenção para a existência daquilo que busca combater.

Para Foucault a “caça às sexualidades periféricas provoca a *incorporação das perversões* e nova *especificação dos indivíduos*.” (FOUCAULT, 2001, p. 43). É a transformação da preocupação com o comportamento para a atenção a um atributo que é fundamental e singularizante do sujeito, que o marca como uma *espécie* de pessoa. Por exemplo, tradicionalmente a sodomia era um ato interdito que possuía um sujeito tratado como um reincidente. Já o homossexual do século XIX é um personagem dotado de uma “certa qualidade da sensibilidade sexual” (FOUCAULT, 2001, p. 43), e que possui “um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida. (...) Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo, subjacente às suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas.” (FOUCAULT, 2001, p. 43). Com a transferência da atenção à prática (pecado ou crime) para um “atributo da alma” (uma natureza), a homossexualidade surge como uma figura da sexualidade, bem como todas as outras perversões descritas pelos psiquiatras do século XIX. Para Foucault, a perseguição mesma dessas figuras lhes atribui uma realidade analítica, torna-as princípios de classificação e de inteligibilidade. O processo de confrontação e reforço entre o poder e o prazer satura os indivíduos com sexualidades múltiplas.

Esta é a “implantação perversa”, em que se define, nomeia e interroga as sexualidades marginais sob o domínio dos discursos, em especial dos discursos médicos. Para Foucault a sociedade moderna é perversa, real e diretamente. É através desses mecanismos de poder que se exerce um controle mais direto sobre os prazeres. Ao investir sobre os crimes contra a

procriação, ao proceder “a medicalização do insólito sexual” (FOUCAULT, 2001, p. 44), a medicina inscreve profundamente na verdade dos sujeitos uma nova espécie ou personagem, caracterizada pelo desvio sexual e produzida discursivamente. A implantação das perversões é um efeito-instrumento em que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam através das sexualidades periféricas. O poder exercido sobre o sexo provoca as diversas formas de sexualidade, as inclui nos corpos ao especificar os indivíduos, atraindo suas variedades e reforçando o poder e o prazer. O poder rotula e fixa, penetrando nas condutas e operando assim a incorporação das perversões.

No século XIX a biologia da reprodução e uma medicina do sexo são os registros em que se inscrevem os saberes sobre a sexualidade. Produziu-se nesses registros, especialmente na medicina, um jogo entre verdades e falsidades, conhecimento e desconhecimento sobre o sexo. Desse jogo emerge um caráter essencial dessas relações entre poder e sexo que é o ímpeto de conhecer a verdade sobre o sexo. Essa relação incide sobre o indivíduo na incorporação do “exame de si mesmo”. Então é o indivíduo que passa “a ser autenticado pelo discurso de verdade que [é] capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de *individualização* pelo poder.” (FOUCAULT, 2001:58, grifo meu). E o sexo é a principal matéria de confissão, aquilo que se confessa de uma forma muito particular. É pela confissão que a verdade e o sexo se ligam, por dispositivos que obrigam a confessar a “enunciação verídica da singularidade sexual.” (FOUCAULT, 2001, p. 61). E que, principalmente, produzem efeitos em quem confessa. É na dimensão do discurso sobre o sexo que se constitui a verdade sobre os sujeitos, onde se realizam as noções de individualidade e subjetividade. Para Foucault a verdade do sexo se torna a própria verdade do indivíduo, ele inteiro (corpo, alma, individualidade, história) “sob o signo de uma lógica de concupiscência e do desejo”. (FOUCAULT, 2001, p. 76). Essa lógica torna-se, portanto, “chave universal” (idem) para saber o que e quem somos nós.

Quanto à relação entre sexo e poder, o autor aponta que o desejo não é exterior ao poder e que este não é essencialmente repressivo, pois o poder no Ocidente assumiu nos últimos séculos uma forma *disciplinar*. Este procedimento de poder opõe o uso da técnica ao uso do direito, a normatização à lei, o controle ao castigo, e extravasa o Estado e seus aparelhos. O ponto crítico central deste argumento é que o poder é um dispositivo. A história da sexualidade é, segundo o autor, o estudo a respeito das relações históricas entre o poder e o discurso sobre o sexo. Foucault delimita três importantes campos de saber (e poder) sobre o

sexo que nascem no fim do século XVIII: a pedagogia, a medicina e a demografia, que agem através de quatro grandes conjuntos estratégicos. Estes conjuntos e os personagens centrais que emergem em seu discurso como pontos de fixação do saber são: 1) a histerização do corpo da mulher e a mulher histérica; 2) a pedagogização do sexo da criança e a criança masturbadora; 3) a socialização das condutas de procriação e o casal malthusiano; e 4) a psiquiatrização do prazer perverso e o adulto perverso. Estes conjuntos assumiram coerência e atingiram eficácia na ordem do poder e produtividade na ordem do saber, e são expressões da própria produção da sexualidade.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2001, p. 100).

Segundo Foucault, o dispositivo de sexualidade não tem a reprodução como princípio ordenador; e sim o corpo e os efeitos sobre ele, o saber e o poder nele investidos. O dispositivo de sexualidade fixa-se na família, que é difusora da sexualidade e é seu ponto privilegiado de eclosão. Assim, a família se torna o lugar dos afetos, dos sentimentos, do amor, do incesto, e também o palco da sexualidade, ou seja, das personagens dos perversos, da criança, da mulher e do casal. Sobre estas características produzidas na família o poder produz saber através da medicina, da pedagogia, da psicologia, etc. Esse saber encobre com a sexualidade as antigas obrigações da família com as relações de aliança. Assim, a família difunde a sexualidade como principal elemento tático do dispositivo. E as instituições produtoras do saber sobre o sexo extraem a sexualidade da família, exigindo-a, tornando-a real. E, na passagem do século XVIII para o XIX, sob essas instituições, “a tecnologia do sexo, basicamente, vai-se ordenar a partir deste momento, em torno da instituição médica, da exigência de normalidade e, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença. A ‘carne’ é transferida para o organismo.” (FOUCAULT, 2001, p. 111).

2.3 Trajetória dos Direitos Humanos

Esta seção aborda o campo dos direitos sexuais para melhor contextualizar o campo de atuação e referência dos atores das entrevistas analisadas. Localizado dentro da tradição dos direitos humanos, o campo dos direitos sexuais representa uma importante interface entre

academia e política e do processo de internacionalização de diversas áreas da vida pública que se aprofundaram na década de 1990. Durante este mesmo período, a Organização das Nações Unidas realizou uma série de conferências internacionais com pautas consideradas importantes para o mundo pós-Muro de Berlim que emergia.

Vianna & Lacerda (2004) oferecem um mapeamento no sentido de fornecer um panorama de direitos e políticas que podem ser compreendidas como parte do escopo dos “direitos sexuais” no Brasil. Neste sentido, perceberam que é um campo heterogêneo, em termos das áreas temáticas que são inseridas em sua rubrica, mas atravessado por algumas questões. Primeiramente, indicam as autoras, está o dilema traduzido pela oposição entre constituir uma “política de princípios” ou uma “política de sujeitos”. Pensando na trajetória dos direitos humanos, há de se pensar nas consequências possíveis do processo de “especificação” dos sujeitos de direitos minoritários:

Um dos efeitos desse processo tende a ser o atrelamento de discussões mais amplas ao interesse de grupos específicos, como no caso dos debates em torno da parceria civil, associada explicitamente à homossexualidade e não às possibilidades de composição de novos arranjos conjugais. Desse modo, a dinâmica das políticas de reconhecimento, embora fundamental para garantir novos direitos ou estender direitos já existentes a indivíduos e grupos que deles não podiam desfrutar, carrega o perigo de substancializar “problemas” em “personagens”. (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 115).

Vianna & Lacerda pensam que uma alternativa de reflexão e talvez atuação poderia ser de “buscar correlações entre temas aparentemente isolados, como a parceria civil, a união estável e o reconhecimento de paternidade através do DNA, uma vez que em todos os casos está presente a relação entre Estado/famílias/relações conjugais”. (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 116).

Outro efeito diz respeito à relativa invisibilidade dos homens (por exemplo, nas discussões sobre prostituição ou direitos reprodutivos), especialmente se não enquadrado pelas minorias. O interesse por masculinidade(s), ainda que apareça em pesquisas, não encontrou eco nas políticas¹⁹. Para Vianna & Lacerda, este tradicional silêncio acerca do masculino aponta ainda para a força da linguagem da “vitimização” na trajetória dos direitos humanos, associada à suposição de antagonismos lógicos (maiorias X minorias, homens X

¹⁹ Embora esse quadro comece a mudar com iniciativas incipientes, como o programa de Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, de 2008. O texto completo do programa pode ser encontrado em <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2008/PT-09-CONS.pdf>>

mulheres, heterossexuais X homossexuais)²⁰. Para Vianna & Lacerda, “a linguagem da vitimização tem efeitos ambíguos, na medida em que denuncia a opressão sofrida pelas minorias, mas obscurece possibilidade de atuação” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 116).

O entrecruzamento das escalas entre os planos locais e globais é outro ponto importante que atravessa as diferentes áreas temáticas e de atuação política, que pode ser percebido na “morfologia da política global composta por estratégias de financiamento e pelo próprio conjunto normativo dos direitos humanos e de seus instrumentos de imposição” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 116). Essa morfologia fica nítida no modelo aplicado à epidemia de AIDS. Por outro lado, para as autoras, o entrecruzamento de escalas pode ser visto como parte da tensão “constituente dos direitos humanos, formada pela contraposição entre sujeitos universais/universalizantes e realidades sociais e políticas heterogêneas.” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 116). Estas tensões podem ser insolúveis, mas podem ser produtivas em atuação política ou construção de pautas, e, assim, é válido pensar criticamente o jogo de escalas dos direitos humanos bem como os enunciados, formatos e contradições inerentes neste processo.

Além disto, Vianna & Lacerda indicam ainda a necessidade de refletir sobre os direitos sexuais como narrativas moralizantes:

Se qualquer ‘direito’ supõe a produção de idealizações e, desse modo, fabrica uma norma moralizante à qual se combinam e se contrapõem moralidades variadas, caberia pensar para o caso dos ‘direitos sexuais’ que possibilidades morais estão sendo postas em curso. Para além de indicar o quanto a oposição a certos direitos em construção esbarra em constructos morais, de viés religioso ou não, como no caso da contracepção e do aborto ou da parceria civil, para ficar apenas com os casos mais polêmicos, é importante refletir também sobre os sujeitos morais que vão sendo positivados nessa trajetória, ou seja, evidenciar e desnaturalizar não apenas os discursos produzidos em oposição ao escopo dos ‘direitos sexuais’, mas também os que são criados em sua defesa. Em que medida os sujeitos de direitos construídos através de embates políticos são convertidos também em sujeitos ‘morais’, que precisam demonstrar sua adequação a determinados modelos normativos? Assim, dando continuidade à clássica relação entre norma e desvio, cabe pensar sobre que novos ‘normais’ ou ‘perigosos’ são produzidos a cada momento, e que dispositivos de regulação se fazem presentes nesse processo. (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 116-117).

Segundo Vianna & Lacerda, que dialogam com Bobbio (1992), a premissa dos direitos humanos diz respeito a uma concepção individualista de sociedade em que cabe a cada

²⁰ Lembrando que uma lógica dos dualismos instauradores de um sentimento de ambiguidade entre o inferior hierárquico que aspira à normalidade do superior hierárquico está na base do sistema emocional que Gould (ver capítulo anterior) utiliza para explicar o engajamento de minorias (ela estuda especificamente o caso LGBT, mas indica que seu modelo pode ser aplicado às minorias em geral), e que em especial ajuda a explicar reações extremas a choque morais específicos.

indivíduo um conjunto de direitos inalienáveis, centrados especialmente na liberdade individual. Ainda seguindo Bobbio, para as autoras o marco inicial dos direitos humanos é a oposição entre as noções de indivíduo-cidadão e súdito, que se desdobra em premissas legislativas no final do século XVIII, com as proclamações de direito norte-americana e francesa, “preocupadas em definir o escopo de direitos individuais que não poderiam ser invadidos ou desrespeitados pelo Estado. O indivíduo portador de direitos que aí se apresenta é, portanto, um cidadão nacional, cuja liberdade deve ser definida – e protegida – no âmbito dos Estados nacionais modernos.” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 15).

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorre a criação da Organização das Nações Unidas e da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, que é tributária da concepção de indivíduo legalmente definida no século XVIII: “ela faz avançar o plano de ação desses mesmos direitos, ou seja, busca transformar a universalidade filosoficamente suposta dos direitos humanos em universalidade de fato, constrói um sujeito de direitos que não é mais restritamente um cidadão nacional...” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 16). Os objetivos subjacentes a estas novas afirmações visam não apenas consolidar princípios que se pretendem universalmente válidos, mas mecanismos universais que permitissem que eles fossem politicamente impostos. Esses objetivos estão relacionados às crises políticas, diplomáticas e éticas do contexto do pós-guerra.

A Declaração de 1948 explicita o direito à privacidade, à honra e à reputação, e enuncia a dimensão de segurança social, que tomará vulto importante a partir de então como algo a ser garantido. Segundo Vianna & Lacerda, este ponto indica uma segunda geração de direitos humanos que não apenas defende a liberdade individual, mas também a proteção social. Nessa concepção “cabe ao Estado a promoção de direitos fundamentais para a própria construção da individualidade.” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 17). Em 1966, com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais essa geração dos direitos humanos se solidifica, colocando nas mãos do Estado obrigações para com o indivíduo, em que “certas responsabilidades individuais e/ou coletivas passam a ser representadas como direitos, recaindo sobre os Estados o peso de sua provisão.” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 17).

É o que Vianna & Lacerda chamam de “a defesa do indivíduo frente ao Estado e a defesa do indivíduo pelo Estado” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 17), e as autoras concordam com Raupp Rios (2003) ao considerar essa relação entre direitos e deveres, e

indivíduo e Estado, como uma forma da relação entre liberdade e igualdade: “[os] princípios básicos das declarações de direitos humanos e do constitucionalismo clássico’ podem ser combinados na construção dos direitos sexuais (ou da sexualidade enquanto direito humano)...” (RAUPP RIOS, 2003 apud VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 17).

Em 1993, a II Conferência Internacional de Direitos Humanos, em Viena, já num contexto pós-guerra fria, inclui no seu destaque acerca da complementaridade entre direitos civis/políticos e direitos econômicos/sociais/culturais as Organizações Não Governamentais (ONGs) como atores importantes de articulação dos direitos humanos. Segundo Vianna & Lacerda, este é um passo importante, pois reconhece a “capacidade de articulação de movimentos sociais na implementação de políticas tanto no plano nacional, quanto no internacional e (...) [o] processo de reformatação dos Estados nacionais” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 18-9). Além disto, questões ligadas às mulheres, crianças e minorias foram incluídas na pauta dos direitos humanos, marcando um destaque “não aos indivíduos portadores de direito em geral, mas a sujeitos específicos – compreendidos como minoritários, seja pelo sexo ou pela idade, raça ou religião...” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 19). Este destaque evidencia, para as autoras, uma nova tendência na trajetória dos direitos humanos em que o “processo de desdobramento e diferenciação sofrido pela concepção inicial de indivíduo, (...) deu lugar a uma multiplicação dos direitos humanos em corpos de regulação destinados a sujeitos específicos.” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 19). As autoras citam Bobbio:

Ocorreu, com relação aos sujeitos, o que desde o início ocorrera com relação à ideia abstrata de liberdade, que se foi progressivamente determinando em liberdades singulares e concretas (de consciência, de opinião, de imprensa, de reunião, de associação), numa progressão ininterrupta que prossegue até hoje (...). Assim, com relação ao abstrato sujeito ‘homem’, que já encontrara uma primeira *especificação* no ‘cidadão’ (no sentido de que podiam ser atribuídos ao cidadão novos direitos com relação ao homem em geral), fez-se valer a exigência de responder com nova especificação à seguinte questão: que homem, que cidadão? (BOBBIO, 1992, p. 62 apud VIANA ; LACERDA, 2004, p. 21-2).

Assim, a partir do marco de Viena se estabelecem uma série de novos personagens dos direitos humanos que se colocam como sujeitos de direitos que devem ser especificamente protegidos. A universalidade da noção destes direitos contrasta inclusive diante de especificidades culturais, que a partir de então passam a ser vistas como barreiras a serem vencidas para garanti-los. Nesse contexto, para Viana & Lacerda, emergem dois importantes

marcos para a consolidação de uma terminologia ligada aos direitos sexuais, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim em 1995. As autoras chamam atenção para o fato de que os direitos sexuais se constituem como campos específicos de regulação junto a áreas já legitimadas.

A trajetória das regulações internacionais centradas nos direitos das mulheres revela preocupações iniciais focadas nos “direitos reprodutivos relativos à maternidade, direitos políticos e direito ao casamento não coagido” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 30), passando para um plano mais abrangente que inclui a sexualidade (a partir da reprodução), por um lado, e mais capilar, por outro, que se preocupa com constrangimentos nas relações privadas. As autoras pensam assim sobre este processo: “Compreender melhor essa trajetória supõe passar também pelas diversas fases e ‘bandeiras’ dos movimentos feministas, destacando discussões sobre a relação público-privado, sobre sexualidade e prazer, bem como sobre os questionamentos mais amplos em relação ao gênero.” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 30). Essa trajetória, que abarca as percepções do que é a violência contra as mulheres e quais devem ser os ‘direitos humanos’ delas, envolve ainda transformações nas concepções sobre a família.

Nesta trajetória surge também uma multiplicidade de níveis de intervenção, que vão de níveis internacionais e macropolíticos, em termos de propostas de transformações legais, a ações micropolíticas que dizem respeito a reformulações éticas, contidas em propostas pedagógicas. Neste paradigma dos direitos humanos, para Vianna & Lacerda, o ideário da responsabilidade se torna premente nas recomendações sobre a reprodução e a sexualidade. Por um lado, incorporando discussões do movimento feminista sobre a desigualdade de gênero, à mulher cabe o direito de decidir livremente sobre a reprodução.

Por outro lado, a responsabilidade se torna importante também nos empenhos do combate à AIDS nos contextos de informação e orientação sobre a prevenção. A educação se torna assim um espaço importante na luta pela realização de direitos, manifestando-se ainda na preocupação em formar crianças e jovens em adultos responsáveis. Assim, Vianna & Lacerda ajudam a precisar a importância da responsabilidade no quadro mais geral da trajetória dos direitos humanos. Para as autoras a responsabilidade é uma noção que passa a ser entendida como “fiel da balança entre a liberdade individual e os direitos e deveres coletivos, [e] a responsabilidade aparece como o único critério capaz de preservar o valor da

livre escolha individual em meio às preocupações com a gestão das populações.” (VIANNA ; LACERDA, 2004, p. 33).

A conexão entre responsabilidade e vitimização será explorada, no capítulo 5, como um importante elemento que ajuda a entender a gramática de engajamento nas entrevistas analisadas neste trabalho. É justamente através do exame do papel da vítima e sua relação com o sentimento da compaixão que a questão da responsabilidade se torna crucial, pois são as vítimas que não podem ser responsabilizadas por seus infortúnios que se tornam os mais legítimos alvos de compaixão. No contexto dos direitos humanos e com o peso dado à responsabilidade, são os sujeitos ligados à requisição de direitos determinados por questões associadas ao gênero e à sexualidade que assumem um importante papel discursivo ligado à vitimização, através de sua capacidade de agenciar compaixão por sua condição marginalizada.

2.4 O movimento homossexual brasileiro

Facchini (2005) estuda o movimento homossexual brasileiro (MHB), na segunda metade dos anos 90 na cidade de São Paulo, e trava um diálogo com os estudos dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo de forma mais geral. Facchini entende o movimento homossexual no Brasil:

como o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente, políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de quaisquer identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento. (FACCHINI, 2005, p. 20).

A autora levanta uma série de questões que devem ser pensadas acerca da produção do conhecimento sobre este movimento social, pois para ela na própria constituição do objeto estão questões que precisam ser metodologicamente detalhadas, ainda que nem sempre respondidas. Uma destas questões diz respeito à forma de nomear o movimento social estudado. Segundo Facchini, a sigla MHB tem sido utilizada para autorreferência, principalmente em abordagens generalizantes e históricas. Em outras instâncias este movimento se autodenomina como MGL (movimento de gays e lésbicas) em 1993; como GLT (gays, lésbicas e travestis) em 1995, e como GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) em 1999. Facchini opta por utilizar a sigla MHB, mas chama atenção para o

fato de que, além das diversas autoneomeações que o movimento gay tentou adotar no decorrer de sua história, há ainda as siglas que vêm de “fora” do movimento: como “gls” (gays, lésbicas e simpatizantes), de origem mercadológica; e como “HSH” (homens que fazem sexo com homens), das políticas de saúde. É a percepção destas polarizações e lutas por uma nomeação que reflita as ideias políticas expostas pelo movimento que ajudam a nomear o próprio livro de Facchini, como uma espécie de comentário social crítico – seriam estas siglas apenas uma “sopa de letrinhas”? Segundo Facchini, “a proliferação de siglas e a segmentação de categorias com a finalidade de nomear o sujeito político do movimento foram, no ano de 1999, alvos de tratamento irônico na mídia, que acusava as entidades que então passavam a utilizar a sigla GLBT de criar uma ‘sopa de letrinhas’.” (FACCHINI, 2005, p. 21).

Outra importante questão diz respeito aos termos com que denominar os diversos formatos organizacionais que se constituíram durante o período de desenvolvimento do MHB. Estes formatos gravitam principalmente entre “grupos” e “ONGs”. Há, quanto a este tema, uma direção específica, onde os coletivos partem de uma organização informal, quando são conhecidos em geral como “grupos” (como na expressão “um grupo gay”), e num determinado momento passam a chamar-se “ONG” quando adotam este formato institucional e de atividades. “Grupo” e “ONG” são, segundo Facchini, categorias êmicas. Assim, determinar a nomeação de uma organização como sendo “grupo” ou “ONG”, ou ainda como outra denominação, não diz respeito apenas à maneira como esta organização se percebe, mas também ao papel que ocupa no movimento social, à qualidade de seu trabalho e ao tipo de reconhecimento externo que recebe. Nesse contexto de organizações sociais, a autora chama a atenção para a conferência ECO-92 como um marco em que cresce a visibilidade do fenômeno ONG como uma forma de organização institucional. Segundo a autora, na época, enfatizou-se que as ONGs seriam uma forma de ativismo mais institucionalizado, no sentido de que conformavam entidades com direções formais, que deveriam ter personalidade jurídica e registros de estatutos. Facchini diz que seus entrevistados declaravam haver uma “tendência a que entidades menos institucionalizadas ‘virassem ONG’ ou procurassem ‘obter registro como ONG’, a fim de acessar financiamentos para a realização de suas atividades” (FACCHINI, 2005, p. 22).

A polarização entre “ser grupo” e “virar ONG” se destaca no MHB, onde surgem questões como o uso inadequado dos recursos ou mesmo desvio de verbas, e num nível mais ideológico, o atrelamento a interesses externos representados pelos financiadores. Este tipo de

oposição veio substituir uma mais comum no final dos anos 70 e início dos 80, em que disputas eram marcadas por oposições como “revolucionário” X “reformista”, e “produzir um trabalho relevante e de qualidade” X “receio pela perda da autonomia”. Assim, para além dos polos “ONG” e “grupo”, o MHB constitui um “campo misto” formado por atores com diversos formatos institucionais. Diante da diversidade de identidades institucionais a autora se propõe a rejeitar a possibilidade de reificação ou substantivação dessas identidades como um ou outro desses dois polos. Assim, Facchini aprofunda a compreensão da dinâmica interna deste campo, e de como se maneja e redefine as identidades institucionais nele. Para tal, a autora faz referência à bibliografia que resiste à ideia de desarticulação/cooptação dos movimentos sociais, mas apontando ao invés para uma maior institucionalização e a prevalência do formato “ONG” como forma de associativismo:

[...] procuro situar o surgimento e a crescente importância das ONGs – organizações formais baseadas em projetos delimitados de atuação – no cenário nacional, bem como o deslocamento da categoria “povo” para a categoria ‘cidadão’ no imaginário político nacional e da ênfase na ‘igualdade’ para a ênfase no ‘direito à diferença’ nas lutas e reivindicações dos atores da chamada ‘sociedade civil’. (FACCHINI, 2005, p. 25).

Facchini entende que o “movimento homossexual” é parte de uma rede de relações sociais que compreendem diversos indivíduos da “sociedade civil”, mas que se destacam dela por reivindicarem direitos específicos. Para a autora a ideia de rede de relações permite entender o fenômeno em toda a sua amplitude, que inclui “relações primárias” com outros atores da sociedade, do Estado e mercado, incluindo organizações de âmbito internacional. Sob esse conceito, a autora acredita que é possível selecionar um ponto na rede para ser o *locus* da pesquisa de campo e fonte de dados analíticos, no seu caso, o grupo Corsa.

O fio condutor para esta pesquisa surgiu da busca de uma questão que dissesse respeito tanto a grupos quanto a ONGs e a partir das mudanças que pude perceber na trajetória do Corsa e do próprio MHB. Esta questão supõe: 1) que tanto grupos quanto ONGs constroem categorias – identitárias ou de definição de público-alvo, respectivamente – que servem como referência para sua atuação; 2) que essas categorias não são “naturais”, mas são elaboradas no mesmo processo de disputa que define, no interior do movimento, questões como: ‘o que pode ser considerado trabalho?’ ou ‘qual a estrutura necessária para que um grupo/organização trabalhe e possa falar em nome daqueles que considera sujeitos?’ (FACCHINI, 2005, p. 26/27)

A autora narra como percebeu a diferença entre ser “um grupo organizado” e “uma ONG”, ou, no limite, entre “ser” uma ONG desde sempre e “se tornar” uma ONG por exigências organizacionais e orçamentárias. Os públicos-alvo das organizações não-governamentais são diversos e as categorias que os definem precisaram adequar-se às temáticas de cada período. Facchini aponta, por exemplo, para o deslocamento da noção de “povo” para a de “cidadão”, no princípio dos anos 80, quando as ideias de esquerda influenciavam os movimentos sociais, ideias que por sua vez deram lugar a ideais libertadores. Contudo, apesar de os grupos se classificarem como “alternativos” e se proporem idealmente antiautoritários e com vistas à igualdade entre os membros, uma análise mais profunda revela divisões internas (os “rachas”), problemas burocráticos e cobranças ideológicas.

Para Facchini é preciso olhar o cenário sociopolítico brasileiro para contextualizar os movimentos sociais organizados no país, desde a época do governo militar e à reabertura democrática que se seguiu, dando sentido às articulações de grupos organizados de minorias – mulheres, negros, homossexuais. O estudo do MHB amplia as possibilidades teóricas, uma vez que este objeto permite pensar as relações entre identidades e movimentos sociais. A exemplo dos estudos de MacRae (1990), Facchini trabalha com as noções acerca das identidades construídas de modo relacional, ou seja, que é através da relação com um outro grupo que um determinado coletivo pode estabelecer alguma noção identitária, uma vez que esta não pode ser construída apenas por autoatribuição.

2.5 A questão da violência no movimento homossexual brasileiro

Ramos & Carrara (2006) analisam a agenda do movimento homossexual pensando especificamente o papel da violência contra LGBTs como eixo organizador dos discursos e práticas direcionados às políticas públicas que vêm sendo produzidos neste contexto, caracterizados por uma articulação entre ativismo e academia. A questão da violência foi, segundo os autores, também estruturante para as demandas e reivindicações de outras expressões identitárias, particularmente o movimento de mulheres e o movimento negro. O primeiro organizou-se ao redor da campanha ‘quem ama não mata’ e da criação das ‘delegacias de mulheres’ na década de 1970, enquanto o segundo dedicou-se à questão do racismo e da sua criminalização nas décadas de 1980 e 1990. Para pensar a questão da violência no movimento homossexual, os autores analisam uma série de dados sobre casos de

violência, bem como os resultados de *surveys* realizados em Paradas de Orgulho LGBT em três anos consecutivos, a partir de 2003.

Para contextualizar sua análise, Ramos & Carrara traçam um panorama do que chamam a “cena homossexual na segunda metade dos anos 1990”, dando atenção às características que o ativismo toma nesse cenário, como a capacidade de mobilizar massas através das Paradas de Orgulho. Seguindo a periodização de Facchini (2005, ver acima), reconhecem também que após a rearticulação do ativismo depois dos anos de 1990, com a epidemia de AIDS, há uma “diversificação e especificação crescentes das categorias identitárias abarcadas pelo movimento, em um modelo que, inspirado na experiência internacional, especialmente na norte-americana, é definido por Facchini como ‘segregacionista’.” (RAMOS ; CARRARA, 2006, p. 187). Neste contexto, surgem as diversas siglas registradas por Facchini, novas categorias como transgênero, bem como a reorganização das siglas LGBT neste formato, em busca de evidenciar cada uma das categorias de sujeitos abarcadas pelo movimento e dar maior visibilidade às lésbicas. Esse processo é acompanhado pela proliferação das organizações institucionalizadas no formato ONG, indicado por Facchini, e que Ramos & Carrara chamam atenção ser também uma característica acentuada no movimento feminista na América Latina.

Os autores identificam ainda diversos processos de diversas ordens e pouco articulados entre si que influenciaram este contexto. Primeiramente, na área jurídica através de ações no Legislativo e Judiciário, diversas iniciativas problematizando a discriminação e requisitando direitos, tendo como marco inicial a Constituição de 1988 que não incluiu a categoria “orientação sexual” na proibição à discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade”. Contudo, isso não impediu que leis locais (municipais e estaduais) sancionassem medidas de coibição à discriminação por orientação sexual, bem como esforços para alterar a Constituição. Destaca-se o quanto este debate pela via do campo jurídico tomou a esfera pública, bem como se tornou carro-chefe do movimento homossexual através das demandas pela lei de criminalização da homofobia e pela legalização da ‘união civil/parceria entre pessoas do mesmo sexo’. Para Ramos & Carrara, “além dos diferentes corpos legislativos, o Judiciário tem-se mostrado outra arena fundamental para a construção de novos direitos.” (RAMOS ; CARRARA, 2006, p. 189).

Por segundo, os autores identificam ainda como característica emergente do cenário em que se localiza o movimento homossexual um mercado comercial voltado para o público

LGBT, em especial gays e lésbicas, que representa “uma combinação entre militância e mercado, [que] (...) passaram a constituir novos espaços de sociabilidade, inscrevendo-se, com alguma frequência, nos marcos de um compromisso com a formação de uma ‘identidade positiva’ e a melhoria da ‘autoestima’.” (RAMOS ; CARRARA, 2006, p. 189). De certa forma articulada a essa característica emerge uma terceira, relacionada à preocupação com uma política de visibilidade maciça, na qual se inserem as paradas de orgulho. Estas representam um encontro entre a militância organizada em ONGs, o ativismo individual, e (ocasionalmente) o mercado de bens e serviços voltados ao público homossexual, e até mesmo de apoios vindo do governo.

Finalmente, Ramos & Carrara também registram uma quarta característica, ligada a diversas preocupações advindas do ambiente acadêmico e universitário, que incorporaram temáticas ligadas à homossexualidade e ao “homoerotismo” em suas pautas de pesquisa na área das Ciências Humanas e Sociais. É no contexto destas quatro características emergentes a partir da segunda metade da década de 1990 que os autores localizam sua análise sobre o papel da violência nas demandas políticas do movimento homossexual. Sua primeira fonte de dados são dossiês e relatórios do Grupo Gay da Bahia (GGB) sobre assassinatos de homossexuais. Fundado em 1980, o grupo iniciou um arquivo de informações sobre crimes de homicídio em que a causa estaria ligada à homossexualidade das vítimas, retiradas em sua grande maioria da mídia ou de depoimentos de militantes, sobretudo a partir de 1990.

Ramos & Carrara indicam que “as denúncias sistemáticas de assassinatos de homossexuais estimuladas pelo GGB ajudaram a romper o silêncio sobre o assunto” (RAMOS ; CARRARA, 2006, p. 191), trazendo inclusive para a mídia a atenção à categoria ‘assassinatos de homossexuais’ como forma de tipificar e explicar crimes (Lacerda, 2006), e denunciando ainda a indiferença das autoridades em tentar solucioná-los. Assim, os dossiês e a mentalidade de denúncia por trás deles ajudam a incluir na agenda política do movimento homossexual a questão da violência e da homofobia. Contudo, para Ramos & Carrara até o fim dos anos 90 o movimento homossexual permanece na perspectiva da denúncia, afastado de uma postura mais propositiva acerca da questão da violência – no que difere do movimento de mulheres, que nas décadas de 70 e 80 tinha uma agenda que demandava uma ação imediata para dar conta da violência contra mulheres, levando à criação das delegacias especializadas neste tipo de ocorrência.

Assim, manteve-se uma afirmação, advinda principalmente do tipo de cobertura midiática sensacionalista, sobre os homossexuais como vítimas e a violência contra eles como algo inevitável diante do que se via, sem ser problematizado mesmo pelo movimento, como decorrência das “fraquezas morais” e de “escolhas das próprias vítimas”. Essa visão era particularmente presente no caso de assassinatos de travestis, e de vítimas de classe média em que os algozes eram garotos de programa. Para os autores a característica denunciante, no que diz respeito à questão da violência, contrasta fortemente com a produção vivaz e propositiva do movimento homossexual na área da saúde, voltada para a epidemia de AIDS, que foi o principal foco da militância e de importante contribuição para as respostas à epidemia no Brasil.

A segunda fonte de dados de Ramos & Carrara sobre a violência é o Disque Defesa Homossexual (DDH), criado em 1999 na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, portanto, “já no contexto de multiplicação de ONGs e redes, na presença das paradas de orgulho, da internet e de um mercado que crescia” (RAMOS ; CARRARA, 2006, p. 192). O projeto, um programa de defesa e não só de denúncia, estabelece uma parceria inédita entre polícia e ativistas para acionar com maior eficiência a prevenção de crimes e o atendimento de vítimas no contexto de diversos programas de democratização e modernização do aparelho policial contando com a participação da sociedade civil. O DDH também surge como um centro de produção de dados sobre violência, contando em suas parcerias com a participação de uma universidade, possibilitando uma coleta de dados baseada em relatos das próprias vítimas (ao invés de na cobertura da imprensa). Assim, a análise dos dados estudada por Ramos (2001) revelou “dinâmicas cotidianas e silenciosas da homofobia” que inclui casos de “natureza interativa entre parceiros”. Estes dados ajudam a problematizar a essencialização da relação de homossexuais com o papel de vítimas:

Nada menos que um terço dos casos relatados ao DDH se dava no âmbito da casa ou da vizinhança, indicando a intensidade de crimes não-espetaculares e não-letais, gerados e vividos em escala micro-societária, na esfera da família e de conhecidos. Uma criminalidade, em geral, sem fins lucrativos, em que vítimas e agressores partilham as mesmas redes sociais. (RAMOS ; CARRARA, 2006, p. 193).

A terceira fonte de dados analisada por Ramos & Carrara são as conclusões da análise de Carrara & Vianna (2001) sobre registros de ocorrência policial de homicídios de homossexuais, examinando em especial a noção de uma “lógica de impunidade” no sistema

de justiça criminal nesses tipos de crimes. Suas conclusões indicam que a homofobia se articula principalmente no uso de estereótipos sobre os homossexuais e as suas dinâmicas de sociabilidade. Estes “clichês”, como colocam Carrara & Vianna, “reiteram a ideia de que as vítimas [de crimes contra homossexuais, e em especial nos casos que envolvem também latrocínio cometido por garotos de programa contra gays de classe média] contribuíram para sua morte, com uma ‘vida de risco’ ou como reféns de uma ‘patologia’...” (RAMOS ; CARRARA, 2006, p. 195). Este trabalho também apontou para uma maior heterogeneidade e complexidade da violência que atinge homossexuais, que vai além do modelo do crime de ódio tradicionalmente abordado pelo ativismo.

Finalmente, a quarta fonte de dados analisada por Ramos & Carrara são os resultados de pesquisas realizadas a partir de 2003 em Paradas de Orgulho LGBT em algumas cidades brasileiras – cuja principal característica foi a colaboração entre grupos ativistas e centros de pesquisa na sua execução. Essas pesquisas contam com a capacidade de atingir um grande e diverso público alvo reunido pela ideia da luta contra a discriminação e o preconceito sexual, que dificilmente seria reunido de outra forma dadas as diversas segmentações geracionais, identitárias e de classe desta população. Sobre a temática da violência, estas pesquisas abordaram questões ligadas a vitimização, discriminação e agressões em diversos contextos da vida social, do trabalho à vida afetiva, confirmando as impressões iniciais obtidas nos dados do DDH, “de que violência e homossexualidade mantêm relações mais complexas e contraditórias do que as imagens veiculadas pela mídia e pelo ativismo dos anos 80 faziam supor.” (RAMOS ; CARRARA, 2006, p. 196). Estes dados revelam um índice alto de experiências homofóbicas generalizadas para a maior parte da população pesquisada, agravada por “tímidas demandas por políticas de segurança e justiça voltadas para coibi-las.” (RAMOS ; CARRARA, 2006, p. 196).

Ramos & Carrara dialogam ainda com o diagnóstico de direitos sexuais realizado por Vianna & Lacerda (2004) para pensar, no contexto da relação do movimento homossexual com a questão da violência, a implantação pelo Governo Federal do programa “Brasil sem Homofobia” (2004). O programa, elaborado em conjunto por ativistas e o governo, propõe ações de combate à discriminação cuja execução tem estreitado, para Ramos & Carrara, a articulação entre Estado e sociedade civil, privilegiando iniciativas propostas por grupos militantes e ONGs, bem como – em menor número – centros universitários.

É neste amplo cenário de muitas variáveis, nem sempre articuláveis, que os autores delineiam algumas perspectivas sobre homofobia e políticas públicas para o movimento homossexual. Primeiramente, que a representação coletiva da relação entre homossexualidade e vitimização homofóbica se sustenta diante dos dados, mas precisa ser matizada por outros indicadores sociais como sexo, identidade sexual, idade, classe e cor para poder dar conta das diversas variáveis que a homofobia apresenta. Segundo, o movimento fixou-se em estereótipos da violência contra homossexuais (como no caso dos assassinatos), o que não abarca toda a amplitude das dinâmicas de violência e resultou num impacto reduzido do discurso ativista sobre homofobia, tanto na comunidade LGBT quanto na mídia. Soma-se a isso uma elaboração e requisição do movimento homossexual por políticas públicas para dar resposta à violência que foram mais lentas, se comparadas às dos movimentos de mulheres e negro.

Ramos & Carrara identificam ainda certos desafios: na representação da homofobia como inerente à homossexualidade, que concorre com os ideais de afirmação e orgulho; a necessidade de um maior esforço de incorporação de organizações de travestis e transexuais ao movimento homossexual, no sentido de que são os grupos com experiências de violência mais acentuadas e que por isso precisam ter papel decisivo na elaboração de demandas e na prevenção; e por fim, equilibrar as demandas de criminalização da homofobia com o cuidado de não regular a diversidade sexual. Neste último caso, para os autores servem de exemplo experiências de segurança pública em que “a afirmação da sexualidade foi combinada com a demanda por segurança e respeito das autoridades policiais (...), [que] podem ser indicadores de que é possível ‘ser vítima’ e ‘ter orgulho’, numa relação criativa e pró-ativa com as políticas de segurança pública.” (RAMOS ; CARRARA, 2006, p. 199-200).

O panorama que Ramos & Carrara traçam refina a percepção do papel da violência no campo dos direitos sexuais, e sua relação com a trajetória dos direitos humanos descrita por Vianna & Lacerda. No campo dos direitos sexuais, no que diz respeito ao movimento homossexual brasileiro, destacam-se a cronologia e análise de Facchini que evidenciam a importância do aparecimento do formato institucional representado pelas ONGs. A questão da violência e da vitimização mostram-se vitais, desta forma, para pensar o campo dos direitos sexuais em que se localizam as trajetórias cujas narrativas serão analisadas nos próximos capítulos, tendo como referencial a obra de Foucault. A seguir, a critério de comparação, veremos como as questões da violência e da sexualidade têm sido tratadas na teoria feminista.

2.6 A perspectiva da teoria feminista sobre a sexualidade e a violência

Gregori (2004) examina a questão da pornografia em algumas das suas interfaces com o feminismo para pensar a criação de um “erotismo politicamente correto” protagonizado por atores ligados à defesa de minorias sexuais, e aborda por isso a questão da violência. A análise de Gregori situa no debate do campo feminista a discussão sobre o exercício da sexualidade como uma técnica de bem-estar, que envolve uma recolocação do lugar ocupado pela transgressão e pela violência através do que a autora chama de “neutralização” ou “domesticação” dos traços e conteúdos violentos. A autora reflete sobre por que na erotização é ao feminino que cabe o papel do violado, e remete à tradição feminista americana para pensar esta questão, descrevendo dois posicionamentos feministas opostos entre si em relação à pornografia (e, concomitantemente, à ideia de transgressão). Um deles é o de feministas que organizaram o movimento antipornografia, e o outro daquelas que se identificaram como antipuritanas. Gregori analisa então a literatura sobre a qual este debate se desenvolveu e a interlocução entre violência e erotismo que cada lado articulou.

É no final dos anos 70 que Gregori localiza um momento importante na história do ativismo feminista americano que teve um efeito de reconfiguração do seu campo teórico. Este momento foi acompanhado pelo aparecimento de antagonismos políticos entre grupos feministas, no contexto do *New Right*, descrito como um movimento de retomada da moralidade tradicional organizado por políticos republicanos e lideranças religiosas que privilegiava uma agenda que incluía questões ligadas à sexualidade, como a criminalização do aborto, negação de direitos a pessoas homossexuais, e do questionamento da presença da mulher na esfera pública, resgatando valores ligados a uma concepção tradicional e heteronormativa de família. Gregori indica que em relação a este moralismo de direita emergiu um moralismo feminista antissexo, representado por um movimento contra a pornografia e com uma retórica de denúncia da violência contra a mulher que equiparava o erotismo à submissão feminina.

Gregori explica que estes grupos antipornografia são denominados pelos estudiosos do campo feminista como ‘feminismo radical’, e se identificava com uma parcela da comunidade feminista lésbica que rejeitava o sexo heterossexual não apenas por uma questão ligada à sexualidade, mas também como “consequência de uma leitura particularmente determinística sobre a dinâmica de poder das relações heterossexuais.” (GREGORI, 2004, p. 238). Para a

autora esse determinismo entende atos de dominação sexual como característicos do significado social de ser ‘homem’, e a condição de submissão característica da condição social da ‘mulher’ (especialmente a partir do pensamento de Catharine Mackinnon, que Gregori diz ser considerada um dos ‘avatars do feminismo radical’).

A partir da análise de Butler (1997), Gregori aponta duas consequências deste pensamento: primeira, que as relações de gênero passam a ser interpretadas sob a percepção de que toda relação de poder é uma relação de dominação, justapondo a sexualidade ao gênero a partir de uma compreensão rígida e simplificada de posições de poder alocadas ao ‘homem’ (dominador) e à ‘mulher’ (submissa). É nesse contexto que o feminismo radical, alcançando grande visibilidade pública, se colocou contra ‘instituições’ heterossexuais entendidas como exemplares da violência e do perigo contra a mulher, como a pornografia²¹, a prostituição, a promiscuidade sexual, o sadomasoquismo e a pedofilia. Gregori acrescenta que é “importante assinalar a aliança desse movimento aos grupos feministas que atuavam contra a violência, causando impacto considerável na arena política e teórica do feminismo.” (GREGORI, 2004, p. 238).

Por outro lado, neste contexto de recrudescimento da moralidade, tanto no campo feminista quanto no campo político americano mais amplo, surge uma oposição à *New Right* – criada junto à comunidade lésbica e sadomasoquista – apostando na legitimação de alternativas sexuais que desafiassem a lógica erótica de dominação/submissão heterossexual. Gregori relata que no início da década de 1980 vozes feministas ensaiam um contra-ataque ao feminismo radical em que é possível perceber “toda a discussão travada pelas vertentes críticas ao essencialismo que caracterizava o discurso sobre a opressão desde a década de 1970” (GREGORI, 2004, p. 238), tendo como marco uma conferência realizada em 1982 no Bernard College em Nova York, reunindo feministas heterossexuais e lésbicas que apoiavam e tinham como objeto de reflexão práticas sexuais alternativas (inclusive aquelas que haviam se tornado alvo do feminismo radical).

Esta conferência deu origem ao livro de Carol Vance, *Pleasure and Danger*, que como indica Gregori se tornou um importante marco ao problematizar “a associação da sexualidade aos modelos coercitivos de dominação, assim como a articulação desses modelos a posições estáticas de gênero em um mapa totalizante da subordinação patriarcal.” (GREGORI, 2004, p.

²¹ Vem à mente a citação de Robin Morgan, em "Theory and Practice: Pornography and Rape", 1974; de que ‘a pornografia é a teoria e o estupro é a prática’.

239). Este novo marco criou uma ‘convenção’ sobre erotismo que deslocou o debate da tradição feminista para a questão da liberdade sexual, reunindo ativismo e estudos de diversas disciplinas, e responsável por organizar parcela significativa das atuações e reflexões feministas ao reconhecer que a liberdade sexual da mulher implica tanto prazer quanto perigo. Para Gregori amplia-se assim a discussão sobre o prazer, mas tende-se a dissociá-lo do perigo, tomando ambos como se fossem resultados em separado quando na verdade são ligados por nexos que articulam ambos os termos.

Assim, para Gregori a oposição ao determinismo rígido e simplificador do feminismo radical acaba criando uma concepção de prazer cujo significado precisa ser mais profundamente problematizado. A autora também considera que a aposta na força libertadora do prazer pode esconder uma armadilha. Através principalmente da articulação do consentimento como elemento apaziguador da violência, o perigo foi tratado de um modo simples, com uma passagem direta dele ao prazer operado pela categoria consentimento. Este “apagamento” da violência do campo do erótico serve ao esforço de garantir seu exercício politicamente correto, realizado pela noção de consentimento que é articulada principalmente pelas fantasias ligadas ao sadomasoquismo. Exemplar da aplicação de um “pragmatismo” ao campo do erótico, o que para Gregori é ponto de seu esforço de legitimação, essas práticas mobilizam ‘o consentimento’ como um “ato imediato da vontade”, aumentando o escopo de possibilidades de escolhas e práticas sexuais legítimas.

Mas para Gregori a questão da violência ainda precisa ser abordada de maneira decisiva na teoria feminista. Um passo nessa direção foi dado por Gayle Rubin, em artigo na coletânea de Carol Vance, em que afirma a complexidade da relação entre feminismo e sexo, justamente pela sexualidade se encontrar no nexo das relações de gênero. É o grau de complexidade desta relação que leva a antipornografia do feminismo radical a ver a liberação sexual como mera extensão dos privilégios masculinos. Por outro lado, Gregori considera que estudos e práticas inovadores surgiram a partir da exploração da questão do sexo para a teoria feminista, baseada na crítica às restrições do comportamento sexual das mulheres ligado ao movimento pela emancipação feminina a partir dos anos 60.

Por exemplo, para Gregori a relevância do artigo de Judith Butler, *Thinking Sex*, está na indicação de que o feminismo não é necessariamente o discurso mais apropriado para pensar relações de poder ligadas à sexualidade, ou que as relações sexuais sejam reduzidas às posições de gênero. A partir desta constatação outras formulações feministas indicam que

determinantes como raça ou classe podem ser tão ou mais importantes que o gênero para pensar práticas sexuais, especialmente em contextos pós-coloniais ou de Terceiro Mundo. A partir de Rubin alianças feministas com minorias sexuais são estabelecidas, deslocando a discussão e a associação com o ativismo feminista radical a partir de elementos descritivos e teóricos para pensar a sexualidade. Gregori explica que a proposta de Rubin é reconhecer uma hierarquia de valorização sexual nas sociedades ocidentais modernas como algo que dá sentido aos atos, práticas e escolhas sexuais:

a sexualidade considerada normal é a que se exercita em meio às relações heterossexuais firmadas em matrimônio, visando a reprodução. A esse padrão, seguem outras situações escalonadas na hierarquia valorativa, em posição decrescente: casais heterossexuais monogâmicos não casados; solteiros com vida sexual ativa; casais estáveis de gays e lésbicas; gays solteiros sem vida promíscua; gays solteiros com vida promíscua; fetichistas; S/M (sado-masoquistas); posições não masculinas ou femininas (travestis, drag queens etc); sexo pago; sexo inter-geracional (em particular, o que se dá entre adultos e menores de idade). Estes últimos comportamentos estão na base do sistema, condenados a uma desvalorização sistemática, quando não são – como no caso da pedofilia - objeto de punição judiciária. (GREGORI, 2004, p. 241)

Gregori chama atenção para como Rubin, em seu artigo, associou as diferentes práticas de seu sistema a minorias sexuais, analiticamente associando-as a identidades coletivas. Concomitantemente, no contexto americano, é possível perceber uma grande onda de estudos sobre homossexualidade(s) e práticas sexuais não valorizadas que para Gregori surgem em decorrência da abertura deste novo campo de teorias a partir dos anos 90. Gregori também indica que, mesmo considerando o esforço de Rubin de deslocar o feminismo como discursividade exclusiva para tratar da sexualidade, é significativo o desenvolvimento de uma bibliografia de estudos gays e lésbicos que sistematiza e visibiliza práticas e experiências empíricas homossexuais, bem como contribuem teoricamente para a reflexão acerca do modelo heterossexual. No campo feminista, especialmente, chama atenção a ênfase no lesbianismo.

Gregori considera que os estudos críticos e o debate teórico então se dividem em duas vertentes. Uma que pensa o prazer a partir da noção de objetificação do corpo feminino; e a outra critica a “demonização” da sexualidade que esta noção acarreta, situando e circunscrevendo a discussão pelo referencial do desejo feminino das relações lésbicas. Assim, a reflexão acerca de alternativas e perversões sexuais é delimitada pela presunção de equidade, intuída nas relações entre pessoas do mesmo sexo e por isso mesmo naturalizando

questões ligadas ao apaziguamento da violência e da experiência do prazer. Gregori considera que esta bibliografia não problematiza a questão da violência, cuja discussão permanece restrita na abordagem determinística e rígida do feminismo radical.

Assim, podemos considerar, a partir do panorama traçado por Gregori, que a questão da violência para a teoria feminista permanece como um tema cuja análise está em processo de desenvolvimento. Por outro lado, como pode ser percebido na contextualização da questão da violência no movimento homossexual delineado por Ramos & Carrara, em que no Brasil o movimento das mulheres aparece com reações muito mais antigas e enfáticas em relação à questão da violência se comparado com o movimento homossexual, a temática da violência contra a mulher é bem estabelecida no âmbito das reivindicações políticas.

A questão da violência será explorada mais detidamente no capítulo 5, em que sua interface com o sentimento de compaixão será analisado à luz da identificação de um sentimento de inquietude diante de injustiças sociais identificado na leitura das entrevistas.

3 METODOLOGIA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE ANÁLISE

3.1 Apresentação

Este capítulo apresenta o recorte de entrevistas brasileiras que é objeto desta tese, realizado no banco do projeto “Sexualidad, salud y política en América Latina: reconstrucción y análisis de una tradición intelectual de investigación”. Neste capítulo são apresentados os fundamentos teóricos e a abordagem metodológica que guiaram a leitura e análise destas narrativas. Em seguida, exponho as principais características deste banco de entrevistas. Trago ainda considerações sobre questões éticas e metodológicas e as escolhas tomadas para lidar com elas.

3.2 Trabalho, Vocações e Biografias

Esta seção apresenta os pressupostos teóricos que guiaram a leitura das entrevistas, a obra de Weber, que é utilizada para guiar o entendimento sobre a relação entre a racionalidade ocidental e o entendimento da atividade profissional dentro da lógica da sociedade capitalista, a partir das elaborações deste autor sobre a ascense protestante e os significados morais associados ao trabalho. A análise de Weber articula o estudo da organização das atividades e do trabalho na sociedade aos processos de individualização. Assim, Weber é explorado como um analista do processo de racionalização, entendido como um processo de controle de afetos através do veículo representado pelo protestantismo. A obra de Weber oferece ainda algumas chaves de leitura para a noção das práticas política e científica como uma manifestação da ‘vocação’, conceito introduzido na análise sobre o protestantismo.

Após a exposição sobre Weber, esta seção apresenta as propostas analíticas de Bourdieu e Pollak para o estudo de narrativas de trajetórias de vida. Se a abordagem Weberiana coloca em questão e problematiza as relações macropolíticas que estão contidas nas experiências profissionais entendidas como vocacionais, Bourdieu e Pollak evidenciam as conexões micropolíticas que os sujeitos realizam acerca de suas biografias e exercícios de memória. Além disto, estes autores preservam a perspectiva da relação entre subjetividade e configurações sociopolíticas. Finalmente, a análise de Peirano sobre o papel da teoria na prática antropológica, que nunca perde de vista a empiria, é apresentada com atenção especial

às considerações da autora sobre a relação da orientação – que ajuda a iluminar a iniciação intelectual presente nas narrativas analisadas no próximo capítulo.

3.2.1 O racionalismo moderno e a profissão como vocação

Para Weber (2004) o fundamento da sociologia da religião está no peso que esta tem na sua capacidade de dar sentido ao mundo. Weber define o peso da esfera religiosa no Ocidente através da demonstração da determinação ético-religiosa nos comportamentos seculares. As ramificações centrais da sociologia da religião para Weber estão presentes em seu investimento analítico sobre a relação entre a racionalidade capitalista e a religião protestante. Para Weber o capitalismo moderno desenvolveu-se primariamente naquelas áreas da Europa em que o protestantismo se firmou inicialmente. Seu argumento é que há uma conexão causal existente entre a ética protestante e a ascensão do capitalismo. Assim, Weber realizou uma passagem de uma sociologia da religião para uma sociologia da racionalidade ocidental, através da influência da religião na vida econômica, que se dá principalmente através da doutrina da predestinação e do estado da graça protestantes.

Estes princípios acarretam um sistemático compromisso com a ideia de vocação, trabalho duro, poupança e autodisciplina, onde os retornos materiais não devem ser consumidos pessoalmente, mas destinados à poupança e ao investimento. O sucesso no mundo material passa a ser visto como indicador de que o indivíduo estava de fato em estado de graça porque havia sido divinamente favorecido. Por estas qualidades serem também aquelas requeridas para o sucesso na economia capitalista, então emergente, aqueles que praticavam o protestantismo acabaram por formar o núcleo da nova classe capitalista. Com o declínio de uma mentalidade religiosa mundial a ética protestante permaneceu como o “espírito do capitalismo”.

Weber recorre a estudos teológicos para relacionar os fundamentos do ascetismo protestante às práticas capitalistas, que para ele tiveram grande influência das forças religiosas. A questão principal que Weber procura explicar é de que maneira o espírito da ascese protestante contribuiu para a formação de uma cultura moderna fundamentada numa conduta de vida racional e, sobretudo, na ideia da profissão como vocação. A vocação profissional surge da ascese religiosa, mas posteriormente passa a permear a racionalidade da

vida econômica. Weber direciona a análise para as formas de ascetismo que estão para além dos muros da instituição religiosa. Assim, têm um importante papel em sua análise processos de secularização; a reificação da atitude instrumental que o protestante adota que está relacionada com a subordinação de todos os valores ao serviço da providência divina; a demonstração do estado da graça e a atitude diante do trabalho como uma moral/dever, em que o impulso para acumular torna-se um método de conduta.

Em seu estudo Weber pensa o protestantismo como um tipo ideal – uma abstração metodológica que visa criar categorias “puras” para análise. A conduta racional baseada na ideia de vocação – componente fundamental do moderno capitalismo – nasceu do espírito da ascese protestante, tendo sido filtrada apenas a sua fundamentação religiosa. O puritano almejava o profissionalismo, formando a moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série. Os bens materiais passaram a exercer força sobre os homens, enquanto o fundamento ético religioso perdeu-se. Weber discute a aquisição da riqueza e suas questões em relação à ética e moral. A concepção de trabalho nos escritos puritanos, em oposição à literatura medieval, é valorizada como instrumento de combate ao ócio e a outros pecados da carne, e a demonstração de subserviência divina. Mas deve-se ter o devido cuidado com o enriquecimento que pode levar ao relaxamento e aos mesmos perigos do ócio. Deve-se sempre procurar por uma vida santificada. O trabalho é uma designo divino, e a perda de tempo de trabalho é considerada um pecado – expressa pela máxima de que o trabalho dignifica o homem. O protestantismo prega o trabalho constante como instrumento ascético e como objetivo final de vida. A falta de vocação ou vontade para o trabalho significa estar longe do estado de graça divino. Aí se configura o desvio em relação ao pensamento medieval, onde se trabalha só o que é necessário, num modo de subsistência. Quanto à questão da divisão do trabalho, ela é encarada como decorrência dos planos divinos, assim como a divisão em camadas e a vocação dos homens. A permanência dentro do que foi designado a cada um é vista como um dever religioso, de forma que há certo grau de complacência no sentido de que as condições de vida devem ser aceitas, pois estas são parte do mandato divino. A vocação é regida por critérios morais, direcionada pelo bem da coletividade e do lucro individual. Por fidelidade divina, o puritano deve aceitar toda e qualquer oportunidade de lucro. Assim, a riqueza só é pecado se levar ao ócio. Cria-se o compromisso da responsabilidade, de conservar ou aumentar as posses dadas pela graça divina.

O espírito capitalista resultante da ética protestante é a alta valorização que se dá ao trabalho, para os protestantes um instrumento ascético maior que tem o objetivo de demonstrar a graça divina, e que acaba resultando na acumulação ou investimento de capital. O modo de vida puritano favoreceu o desenvolvimento da vida econômica racional burguesa. Weber demonstra os plenos resultados econômicos dos movimentos religiosos que valorizaram a educação. O desenvolvimento do “espírito capitalista” transforma a significação religiosa em “sóbria virtude econômica”, permitindo uma boa consciência (noção moral) da aquisição do capital. Além do mais, a ascese religiosa cria trabalhadores ferrenhos comprometidos com o estado de graça, o que explica ainda a distribuição desigual de riqueza – o protestantismo introduz uma ética profissional perfeitamente de acordo com os interesses burgueses ao criar a noção de dever para com um trabalho eficiente.

3.2.2 Ciência e Política: duas vocações

Em “A ciência como vocação” (1993) Weber elege uma perspectiva comparativa, entre Alemanha e Estados Unidos, para analisar a escolha profissional pela ciência a partir da situação de ingressar na carreira acadêmica, examinada em ambos os países. Weber identifica a vocação científica como sendo determinada pelo estágio de especialização que atingiu a ciência. Para o autor, a moderna ciência chegou ao ponto de permanente especialização do conhecimento para obter algo de valor perene que seja inerente à sua produção. Assim, a singularidade é pré-requisito para a paixão científica, como motor da inspiração, mas não fórmula decisiva para o sucesso. E a inspiração é a mais importante ferramenta científica, pois é a ideia que dá sentido ao trabalho científico realizado:

Se a inspiração não substitui o trabalho, este, por seu lado, não pode substituir, nem forçar o surgimento da intuição, o que a paixão também não pode fazer. Mas o trabalho e a paixão fazem com que surja a intuição, especialmente quando ambos atuam ao mesmo tempo. Apesar disso, a intuição não se manifesta quando nós o queremos, mas quando ela o quer. (WEBER, 1993, p. 26)

Assim, o processo científico, como descrito por Weber, ocorre através de fatores que são desconhecidos pelos seus sujeitos. Weber o compara ao processo de criação artística, que se distingue do fazer científico pela marca do progresso que caracteriza este último. Ou seja, o fazer científico se presta não a uma forma acabada e atemporal, como a obra de arte, mas a

uma indagação coletiva, num movimento de perguntas e respostas. Para Weber, a ciência deve ser colocada dentro de um processo de intelectualização e racionalização, que não são responsáveis por um conhecimento geral crescente acerca das condições de vida, mas do afastamento de explicações mágicas para estas condições – dando ao homem a sensação de que pode dominar, através da previsão, estes elementos. A esse processo ele dá o nome de desencantamento, operado pelo ocidente e do qual participa a ciência. Assim, remetida a processos mais amplos de significação, a vocação científica deve ser explicada não a partir do ponto de vista daquele que se dedica a ela, mas no contexto mais amplo da vida humana, e questionada ainda, sobre qual o seu valor.

A esse propósito, Weber se põe a recapitular concepções sobre o conhecimento e a dedicação à sua produção: a conceituação de formas perfeitas de ideias dos gregos e a experimentação racional no Renascimento, ou ainda na ciência puritana que esperava encontrar provas da providência divina na verdade científica; e a seguir, na crença na irreligiosidade da ciência ou no seu entendimento como fonte de felicidade para os homens. Destituídas estas crenças, pergunta-se Weber, qual o sentido da ciência? Ela não tem sentido, significando que não pode dar respostas, pode apenas suscitar perguntas.

Weber analisou também a vocação política, definindo dois tipos ideais de político: aquele que vive da política e aquele que vive para a política. O primeiro é o que vive a política como profissão e busca retornos financeiros de suas atividades. O segundo é o que se envolve mais diretamente com a ideia de vocação, pois o comprometimento com seu trabalho é integral.

3.2.3 Pierre Bourdieu e a “ilusão biográfica”

As narrativas sobre trajetórias de engajamento são analisadas neste trabalho com atenção aos mecanismos discursivos acionados para explicar a escolha pela atividade intelectual e política ligada às temáticas enquadradas pelo campo dos direitos sexuais e reprodutivos e por objetos relacionados à sexualidade e ao gênero. O objetivo não é tratar estas trajetórias como representativas de uma “trajetória típica”, mas como exemplos de possibilidades de respostas aos problemas específicos dos campos referidos.

Em *A Ilusão Biográfica*, Bourdieu (2001) constrói uma crítica às biografias tradicionais que privilegiavam um sentido de existência em que biógrafo e biografado, sujeito e objeto da biografia, buscam estabelecer uma sequência lógica e cronológica de acontecimentos, levando à construção de uma “história de vida”. Este tipo de narrativa implica a construção de um relato coerente em que a vida formaria um todo, um conjunto orientado e apreendido como expressão de um projeto de vida organizado por eventos de sucessão cronológica que, em alguma escala, idealizam a vida transcorrida sob a forma de uma identidade que o narrador pretende ressaltar para seu interlocutor como uma apresentação oficial de si.

O autor indicou o caráter teleológico deste tipo de narrativa biográfica, que seria elaborada no intuito de estabelecer uma sequência lógica visando retratar o biografado da sua origem até seu fim - em um duplo sentido de finitude biológica e de finalidade. Este tipo de narrativa constrói uma trajetória que raramente encontra “falhas” e descontinuidades de atuação ou mentalidade. Segundo o autor:

Falar de história de vida é pelo menos pressupor - e isso não é pouco - que a vida é uma história e que (...) uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. É exatamente o que diz o senso comum, (...) que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas (...), seus ardis, até mesmo suas emboscadas (...), ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (...), que tem um começo (“uma estreia na vida”), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (“ele fará seu caminho” significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história. Isto é aceitar tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimentos históricos, *Geschichte*, que está implícita numa filosofia da história no sentido de relato histórico, *Historie*, em suma, numa teoria do relato, relato de historiador ou romancista, indiscerníveis sob esse aspecto, notadamente biografia ou autobiografia. (BOURDIEU, 2001, p. 183-4, grifos do autor).

Esta é a contínua fabricação de ilusão biográfica, que busca desenvolver um substrato de coerência, ao mesmo tempo em que elege neste plano de fabricação de si momentos de ruptura que são chave para a própria coerência. Estes momentos são cruciais para os sujeitos navegarem no cotidiano, junto com um cálculo entre coerência e transformação que é ligado a marcos de coletividade. A construção de si dialoga com esses marcos, onde a possibilidade de arquitetura de uma memória coletiva é chave para demarcação das possibilidades de pertencimento e dos filtros identitários. Bourdieu propõe uma nova forma de biografia,

questionando a teleologia contida no discurso biográfico tradicional, que constrói a trajetória do biografado a partir das concepções históricas do biógrafo:

Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implicam a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido. (BOURDIEU, 2001, p. 184-5, grifo do autor).

A construção do conceito de “ilusão biográfica” foi de grande importância para a crítica da forma como se escreviam biografias. Bourdieu também recusou uma compreensão causal da realidade ao afirmar que uma biografia deve apresentar as marcas da descontinuidade do real, do amontoado aleatório e incoerente de eventos. Além da crítica à história de vida, o autor indicou as possibilidades e as formas de se realizar um estudo sobre os agentes que conduz à:

construção da noção de *trajetória* como série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. (...) Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações e deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc.) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 2001, p. 189-190, grifo do autor).

Portanto, ao tratarmos de trajetórias precisamos ponderar no discurso o peso dos pontos nodais de determinação da direção desta trajetória – os seus pontos de conversão. Estes pontos são elaborados através do tempo, explicados por uma perspectiva adotada no presente para o entendimento de fatos passados. Bourdieu apresenta como solução ao problema metodológico da ilusão biográfica um olhar sobre os estados sucessivos dos campos nos quais as narrativas se desenrolam no conjunto de relações com outros agentes envolvidos no mesmo espaço social.

Para Bourdieu²² há um trabalho árduo de enquadramento sociológico para que as trajetórias saiam do específico, pessoal, que é o indizível da própria escuta do que é narrado. Assim, construir um relato sobre uma história de vida é dar ordem ao que não tem ordem. A própria dificuldade de lidar com o que há de arbitrário na vida aparece em algumas falas típicas de narrativas biográficas. Bourdieu dá como exemplo o fato de que não se costuma falar em termos de datas, mas de manchas de memórias relativas a certos períodos de tempo. Quem faz um recorte através de datas é, geralmente, o pesquisador.

Esse processo de mediação tem um papel político fundamental, ao produzir relatos e mediá-los, transformando-os em categorias políticas. E todo trabalho de categorização é também um trabalho de ocultação de outras formas de significação, de selecionar formas que importam mais. A partir desta perspectiva, o objetivo da análise das narrativas neste trabalho é explorar a explicação que os sujeitos criam para suas trajetórias profissionais, com atenção especial aos engajamentos temáticos e aos marcos da memória coletiva.

O texto “Esboço de Auto-Análise” (2005) foi concebido por Bourdieu a partir de seu último curso no *Collège de France*, e representa um exercício em que o autor se submete a uma autoanálise de reflexividade, através da metodologia de investigação que ele próprio estabeleceu para os modelos narrativos autobiográficos. O livro é um resultado de longos anos de reflexão, e é uma versão do último capítulo, de mesmo nome, que aparece em “Para uma sociologia da ciência”. Tendo sido escrito em 2001, pouco tempo antes da morte do autor, o livro traz um registro bem pessoal de passagens destacáveis da vida de Bourdieu, e uma avaliação do seu papel e repercussão no meio intelectual, dando destaque às escolas e linhagens intelectuais francesas – como as representadas pelo pensamento de Foucault e Sartre.

Assim, surge a questão da relação sujeito-objeto, em que Bourdieu relaciona em suas notas biográficas suas disposições de origem. Embora tenha caráter autobiográfico, o autor toma como ponto de partida uma crítica a esta forma de literatura, da reconstrução de fatos biográficos numa ilusão que é compartilhada pelo biografado com o público através de uma coerência que seria apenas arbitrária. A chave de compreensão que Bourdieu utiliza é a de compreender o campo pelo qual (ou em oposição ao qual) o indivíduo se constitui.

²² Cf. Bourdieu, 1997.

Desta análise surge a percepção de que a atividade profissional do intelectual coloca os sujeitos que a exercem numa experiência distinta das demais profissões, devido à impossibilidade de separação entre vida e obra. O intelectual está a todo o momento refletindo sobre a sociedade, por isto as biografias de intelectuais refletem mais do que suas trajetórias: elas também revelam sobre seus projetos teóricos.

3.2.4 Memória

Para Pollak (1989), a memória é um objeto de luta de poder, pois a decisão acerca do que deve ser lembrado (ou esquecido) é resultado do jogo de forças dos mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. Para o autor, as disputas estão no centro do processo de elaboração da memória, como por exemplo, a disputa entre a memória oficial de uma nação e as “memórias subterrâneas” dos excluídos, das minorias (aquelas recordações esquecidas ou silenciadas pela memória oficial). Pollak chama atenção para as zonas de sombra das memórias, oferecendo uma nova abordagem para as formas de organização das memórias sociais. Em diálogo com a obra de Rousso (1987), Pollak defende que as memórias são trabalhadas e retrabalhadas no sentido de criar um quadro de referências para o grupo – o “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989, p. 9-12).

A partir da utilização deste conceito, o autor traça uma relação entre memória e identidade. A construção da identidade seria produzida utilizando como referência os outros, através de uma negociação de critérios de credibilidade e aceitabilidade. Pollak destaca duas funções essenciais da memória: manter a coesão interna e defender as fronteiras do que um grupo tem em comum. A memória de um grupo deve ser pensada dentro de limites e nunca como sendo constituída arbitrariamente. Para Pollak deve haver uma apreciação crítica, através do cruzamento de informações, até sobre a mais subjetiva das fontes, a história de vida individual.

Quando se refere diretamente à história oral, Pollak enfatiza que o procedimento de análise que se utiliza desse instrumento, partindo das memórias individuais, evidencia o processo de enquadramento, pois, segundo ele, “ao mesmo tempo revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e as contradições entre imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.” (POLLAK, 1989, p. 12). O autor ressalta, ainda, que o estudo de histórias de vida que se realiza a partir da utilização de entrevistas orais, assim como a memória enquadrada, fornece um resumo condensado de uma

história tanto social quanto individual, que poderá ser colocada de diversas formas dependendo do contexto em que se encontra e em que é relatada. No entanto, as variações de uma história de vida, assim como de uma história coletiva, são limitadas, tendendo a seguir um fio condutor. Nas palavras do autor:

A despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de *leit-motiv* em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução *a posteriori*, a história de vida ordena acontecimentos que balizam uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. (POLLAK, 1989, p. 13, grifos do autor)

A ideia da narrativa de história de vida como uma ilusão biográfica, um esforço de colocação de ordem nas vicissitudes da existência e disputas pela memória oficial, com repercussões na identidade individual, ecoa não apenas no formato encontrado nas entrevistas analisadas neste trabalho, mas em seu conteúdo. Estas narrativas contêm um fio condutor comum que diz respeito ao encontro de determinadas formas de dar conta de inquietações pessoais sobre desigualdades sociais, geralmente através de teorias e de uma experiência profissional que dialoga com esforços para dirimir estas desigualdades. Assim, estes atores não estão apenas colocando sua vida retroativamente em perspectiva nas narrativas que tecem nas entrevistas, mas estão falando mesmo da ordem instaurada pelos momentos de ruptura e conversão representados pelo contato com estas formas de entender e lidar com as desigualdades que os inquietam. É esta a coerência que buscam apresentar nas narrativas de suas biografias, conforme veremos nos capítulos seguintes.

3.2.5 A Teoria Vivida

As considerações de Peirano (2006) sobre o papel da teoria social e das relações de orientação ajudarão a pensar os processos de iniciação e conversão intelectual que serão apresentados no próximo capítulo. Na introdução de seu livro, Peirano apresenta a noção da “teoria vivida”, defendendo uma compreensão da teoria social que a aproxima da experiência concreta dos sujeitos que com ela se envolvem, reconhecendo que ela não é nem eterna nem imutável. Além disso, para a autora o método etnográfico traz em si uma mediação entre

teoria e prática que mantém sempre viva a disciplina através da renovação e sofisticação – especialmente diante do “emaranhado” entre análise e evidências empíricas em ação no trabalho intelectual. Mas Peirano defende que a aproximação entre a prática e a teoria social ocorre em diversas outras instâncias cotidianas do trabalho acadêmico, da sala de aula à orientação monográfica. Para a autora ao “reconhecer a ubiquidade da teoria, podemos chegar a uma visão mais consequente, na qual se observam tanto a constante transformação a que ela está sujeita como um fenômeno vivo, quanto, de maneira só aparentemente paradoxal, sua permanência e solidez inspiradoras.” (PEIRANO, 2006, p. 7) Para a autora essa abordagem que valoriza o papel da teoria visa evidenciar a existência de dimensões políticas em sua prática que se manifestam, por exemplo, nas formas de conceber a história da disciplina e suas metodologias.

Na mesma obra, em outro capítulo, a autora reflete sobre a relação entre orientando e orientador no campo antropológico, caracterizando-o como uma prática inserida no processo de reprodução que continua e expande a disciplina e que diz respeito à formação e identidade do antropólogo. Para a autora, o contexto em que a orientação em antropologia se dá é caracterizado pela ininterrupta reflexão sobre a história e teoria, que nesta disciplina são inseparáveis (ainda que não se confundam). Essa história teórica não é estática e está sempre em reformulação, em especial a partir do confronto da teoria com a prática etnográfica, que toma lugar privilegiado na relação de orientação. Assim, o orientador é:

intermediário da teoria acumulada com o pesquisador iniciante. (...) Nesse sentido, a orientação faz par com a pesquisa de campo, a qual Evans-Pritchard nos alertou não ser possível ensinar. Sabemos que na pesquisa entram em ação a personalidade e a biografia do investigador, os diálogos teóricos em vigência no momento, o contexto social mais amplo e, não menos, as situações imprevisíveis que farão ressoar, nessa experiência, as teorias aprendidas de outros povos e outros tempos. (PEIRANO, 2006, p. 73).

Para Peirano, a relação de orientação é marcada por estas mesmas características ambivalentes que confrontam empiria com teoria. Para a autora, a orientação é uma relação não igualitária, em que o orientador tem o papel de “Elder da tribo” – ele é tanto o “guardião do noviço” e da teoria quanto o responsável pela costura entre dado e teoria. Cabe a ele, por exemplo, hierarquizar questões formuladas na prática de campo do orientando dentro da teoria. Peirano fala literalmente de trabalhos de costura que orientando e orientado fazem de teorias e dados. Peirano descreve o papel do orientando como o de trazer como que um manancial de angústias que o orientador deve ajudar a pensar nos termos da disciplina: “o

inesperado, o imponderável, o caos inevitável da experiência de campo” (...), “os dados novos, as novas ‘agências’ a serem incluídas no vocabulário da antropologia.” (PEIRANO, 2006, p. 73-4).

Peirano entende que através desse trabalho de mediações entre teoria e dados ambos os envolvidos na orientação experimentam a vivência da teoria. E que na antropologia a relação de orientação é “para sempre”, ou seja, ela marca os antropólogos de forma significativa, pois uma vez finda a relação hierárquica oficial da orientação essa relação se refaz em diferentes bases, agora com a possibilidade de ser igualitária (o que nem sempre é realizado, podendo levar a disputas e competições). Neste sentido, é possível falar em linhagens intelectuais no que diz respeito à relação de orientação.

3.3 O Banco de Entrevistas

Conforme apresentado na Introdução, as entrevistas selecionadas para a análise fazem parte do projeto “Sexualidad, salud y política en América Latina: reconstrucción y análisis de una tradición intelectual de investigación”. Seu objetivo é sistematizar os marcos da emergência de uma tradição latino-americana de pensamento sobre direitos sexuais, com atenção às “tensões entre processos de politização e despolitização de questões relativas à sexualidade, à saúde e ao corpo, em particular às tensões derivadas da linguagem de direitos humanos” (PECHENY, 2010).

De acordo com o que foi estabelecido no projeto, a amostra se focaliza em intelectuais/investigadores(as)/ativistas da Argentina, Brasil, Chile, México, Colômbia, Peru e Uruguai, e as entrevistas foram realizadas entre 2009 e 2010. Esta amostra não se pretende nem exaustiva nem representativa, mas reconstitui uma rede intelectual (teórica, política, institucional) em funcionamento nas últimas duas décadas, em espaços de discussão, investigação e formação latino-americanos, e que é reconhecida ou autorreconhecida como tal. A coleta de dados procedeu através da reconstrução de trajetórias intelectuais a partir de entrevistas individuais em profundidade, com base no roteiro de perguntas abertas abaixo.

Roteiro de Entrevista

0. Perfil do entrevistado/a: resumido previamente.
1. Como foi que começou a trabalhar nos temas ligados à sexualidade e direitos?
 - a. Circunstâncias políticas,
 - b. Preocupações pessoais
2. Circunstâncias profissionais – acadêmicas
3. Que correntes, que disciplinas, que autores ou professores/as acredita terem influenciado em sua formação e em seu trabalho atual, e como?
4. Como foi que começou a se relacionar com colegas e companheiros/as de outros países da região?
5. Quais são os temas que está trabalhando atualmente?
6. Como vê a evolução destes temas a partir dos anos 80? E nos últimos cinco anos?
7. A partir de um ponto de vista teórico, quais são para você os aportes mais enriquecedores, mais críticos, mais inovadores, em matéria de sexualidade e direitos? E quais você pensa que já cumpriram seu ciclo?
8. Há certas questões que nos preocupam em torno da sexualidade e direitos, queríamos conhecer (melhor) suas perspectivas a respeito: [temas a definir segundo a entrevista (Sexualidade e políticas públicas; Criminalização / judicialização; Vitimização; Saúde e medicalização; Indivíduo-coletividade; Integração ou conflito de Agendas: saúde reprodutiva, direitos reprodutivos, direitos sexuais, HIV, gays, lésbicas, trans, intersex, queer; Relações academia-movimentos; interseções com raça, etnia, etc.)]
9. Aprofundar sobre temas específicos e especialidades do entrevistado.

As entrevistas foram realizadas por atores que se caracterizam como pares, na modalidade de diálogo. Assim, aos entrevistados foi aplicado o roteiro de entrevista aberta semiestruturada que procurava traçar os temas de interesse da pesquisa em linhas gerais para dar ao entrevistado o máximo possível de liberdade para elaborar sua própria interpretação sobre os assuntos. Depois de os áudios das gravações terem sido transcritos, as entrevistas foram editadas para a inserção de um aparato crítico bibliográfico, referências contextuais, e esclarecimentos conceituais. Aos entrevistados foi dado acesso a esta edição para que

realizassem qualquer correção²³. Na fase final, em execução durante a escrita deste trabalho, as entrevistas serão publicadas online no site do CLAM²⁴.

3.3.1 O Recorte no Banco

O objetivo deste trabalho é dialogar com o campo de direitos sexuais no Brasil, embora reconhecendo que este campo se constitui em contexto e articulações que escapam às fronteiras nacionais²⁵. Assim, foram selecionadas dezesseis entrevistas seguindo o critério de entrevistados cuja atuação se dá majoritariamente no Brasil. Dentre estas dezesseis entrevistas, há três com atores estrangeiros, dois homens e uma mulher. Eles foram incluídos por terem uma atuação importante e significativa no Brasil. Dos dezesseis atores, seis são homens. Os dezesseis entrevistados se dividem em focos nas questões dos direitos das mulheres, LGBT, e na epidemia HIV. Todos se localizam no campo das ciências humanas; dez nas ciências sociais, um no direito e uma entrevistada na psicologia social. Algumas trajetórias são de carreira acadêmica mais tradicional (graduação, pós-graduação, pesquisa e ensino). Outros entrevistados atuam profissionalmente em ONGs, e suas trajetórias captam a transformação dos ‘grupos’ nesta forma mais institucionalizada. Contudo, estas atuações profissionais não são excludentes. Em alguns casos os membros das ONGs têm passagem na academia buscando formação, enquanto alguns acadêmicos atuaram em ONGs. E de qualquer forma, a colaboração entre ambos é frequente, seja através de atuações conjuntas, seja através dos acadêmicos prestando serviço para as ONGs com seu conhecimento ou as ONGs se tornando objeto de estudo dos acadêmicos.

3.3.2 Desafios

Embora eu integrasse a equipe do CLAM e tenha participado de reuniões executivas deste projeto, conforme esclarecido na introdução, apenas em uma entrevista eu assumi o

²³ Como esclarecido na Introdução, algumas entrevistas utilizadas nesta tese ainda não foram revisadas por seus entrevistados. Assim, pode haver algumas modificações nos textos finais citados, embora elas possivelmente sejam mínimas.

²⁴ <http://www.clam.org.br/trajetorias-intelectuais/>

²⁵ Como foi explorado no capítulo 2, são inúmeros os debates internacionais que se conjugam com debates regionais e locais.

papel de entrevistador, e mesmo assim não sendo o único e nem o principal interlocutor do entrevistado. Portanto, meu contato com as entrevistas ocorreu de duas formas: através do acesso ao material bruto, diretamente transcrito dos áudios das entrevistas, e com o material processado, utilizado nas citações, equivalente às versões finais que vão ser disponibilizadas ao público.

Uma questão se revelou delicada no uso deste banco de entrevistas: a minha familiaridade com os atores que concederam entrevistas para o banco. Ela varia, sendo alguns entrevistados membros *sênior* do CLAM onde sou pesquisador, bem como professores com quem tive aulas. Alguns são autores da bibliografia que venho estudando nos últimos anos sobre gênero e sexualidade. Com outros tive contato em meus esforços de mapeamento das ONGs para meu projeto original (ver Introdução). De outros apenas ouvi falar. Por isso, cabe aqui discutir as escolhas que fiz em termos do uso e apresentação deste material.

Minha preocupação não é fazer uma história do campo de direitos sexuais no Brasil, mas abstrair uma análise dos processos individuais de engajamento em suas temáticas. Consequentemente, escolhi tratar cada entrevista não como história de vida, mas como narrativas estruturadas pelo contexto em que são geradas – seguindo a metodologia de análise inspirada em Bourdieu e Pollak. Neste sentido, elas tomam quase que a forma de um tipo ideal Weberiano. Assim, a despeito do caráter público do banco optei por ocultar as identidades, omitindo nomes de atores ou instituições citados e pontos específicos das narrativas que as identificassem. Por fim, cabe dizer que dentre os entrevistados estão também alguns membros de minha banca de qualificação e de defesa, incluídos na análise, mas não citados diretamente.

Assim, cabe uma reflexão sobre a dificuldade de trabalhar com um banco de dados constituído por atores de um campo do qual eu mesmo faço parte, ainda que em graus distintos das várias modalidades de hierarquia profissional. Por um lado, este elemento tem a ver com a escolha na forma de analisar as entrevistas como narrativas, desentrelaçadas dos atores que representam. Ao tomá-las como um tipo ideal, abro um espaço analítico mais confortável, escrevendo de um modo que não faça referência direta e engrossando o esforço analítico ao investir no distanciamento em relação aos atores entrevistados. Por isso a ocultação dos nomes, mesmo para um banco de entrevistas público cuja análise será inclusive lida pelos pares ou pelos próprios atores que constituem o banco. Assim, o quadro abaixo lista

um perfil mínimo das narrativas analisadas, visando apenas indicar o contexto em que estas trajetórias são narradas.

Entrevistado/a	Perfil Profissional
Narrativa 1	Brasileira, atua profissionalmente na área de Psicologia Social, possui pós-graduação e é professora universitária. Presta consultoria a ONGs.
Narrativa 2	Brasileira, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e é professora universitária. Teve vínculos com ONGs e fundou centros de referência.
Narrativa 3	Brasileira, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e é professora universitária. Tem vínculos com ONGs.
Narrativa 4	Brasileira, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e já foi professora universitária, é fundadora e diretora de uma ONG feminista, e membro de vários conselhos sobre direitos humanos.
Narrativa 5	Brasileiro, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e é professor universitário.
Narrativa 6	Brasileiro, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e é professor universitário.
Narrativa 7	Brasileiro, atua profissionalmente na área Jurídica, possui pós-graduação e é professor universitário e funcionário público do Judiciário. Tem vínculos com ONGs.
Narrativa 8	Brasileira, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e é professora universitária. É membro de diversos comitês e trabalhou para uma agência de financiamento de pesquisas.
Narrativa 9	Brasileira, atua profissionalmente em uma ONG de direitos humanos e já ocupou diversos cargos no governo ligados à educação e direitos humanos.
Narrativa 10	Estrangeiro residente no Brasil, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e foi professor universitário. Trabalhou para uma agência de financiamento de pesquisas.
Narrativa 11	Brasileira, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e é professora universitária. Integra redes feministas.

Narrativa 12	Brasileira, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais, possui pós-graduação e é professora universitária.
Narrativa 13	Estrangeiro residente no Brasil, atua profissionalmente na área de Ciências Sociais e de Saúde, possui pós-graduação e é professor universitário. Tem vínculo com uma ONG AIDS.
Narrativa 14	Brasileira, atua profissionalmente na área de direitos humanos, possui pós-graduação, participou da fundação de uma ONG AIDS, atuou como consultora de diversas ONGs e em cargos governamentais ligados à questão da violência e segurança pública.
Narrativa 15	Brasileiro, atua profissionalmente numa ONG AIDS, possui pós-graduação e foi professor universitário.
Narrativa 16	Brasileira, atua profissionalmente numa ONG feminista, é fundadora e membro de ONGs que trabalham com a questão de direitos humanos. Integra redes feministas.

4 ANÁLISE

4.1 Apresentação

Este capítulo apresenta a análise das entrevistas e a gramática de engajamento que é possível delinear a partir da sua leitura. O campo da antropologia das emoções apresentado no capítulo 1 indica o lugar central dos sentimentos para pensar o engajamento político, e o papel importante do choque moral como uma dramatização essencial para que a identificação cognitiva de problemas inquietantes se transforme em uma mobilização emocionalmente determinada. Além disto, no que diz respeito ao engajamento ligado a minorias, Gould indica a importante relação de ambivalência que sujeitos estigmatizados sentem em relação à sociedade. Diante de situações de clara discriminação o sentimento ambivalente pode pender de uma aquiescência política para um sentimento de inconformidade que leva a manifestações de mobilização, até mesmo militante. É assim que Gould pensa sobre as gramáticas emocionais que organizam o campo do ativismo LGBT nos Estados Unidos.

Neste capítulo apresento uma proposta de organização do cenário dos direitos sexuais no Brasil através da análise da gramática de engajamento nos depoimentos de atores-chave deste campo sobre suas trajetórias. A partir do problema da relação entre cognição e afeto, presente na coletânea *Passionate Politics*, a hipótese central de análise destas trajetórias supõe que é o conteúdo moral de suas interpretações que faz a ponte entre a identificação de problemas e o engajamento, permitindo passar da cognição para o afeto que mobiliza. Contudo, estas são narrativas de trajetórias de engajamento intelectual, em que a dimensão cognitiva permanece tendo um peso significativo pela via da satisfação pela nomeação. Assim, o elemento moral é articulado pela via da subscrição a correntes intelectuais.

Estas correntes são pensadas aqui como “teorias que libertam”, ou seja, estruturas que organizam o mundo de uma forma em que a diversidade sexual e a igualdade entre os gêneros são vistas como positivas e, sob a égide dos direitos humanos, se torna possível pensar em formas para se reduzir a discriminação e a desigualdade na sociedade. Estas teorias são apenas algumas das alternativas que estão disponíveis em nossa cultura para significar a sexualidade e o gênero. Por exemplo, explicações baseadas em perspectivas tradicionais, geralmente ligadas à religiosidade, oferecem também às mulheres e LGBTs um lugar no mundo, ainda

que este seja um lugar marginal. Contudo, estas visões de mundo – ou “teorias que angustiam” – estão em contraposição aos ideais libertários dos direitos humanos.

A partir da proposição de que as correntes intelectuais adotadas pelos atores destas narrativas são “teorias que libertam”, este capítulo discute a importância da identificação e da nomeação para a gramática emotiva de engajamento nestas entrevistas. A identificação é um elemento chave que diz respeito ao pertencimento a um grupo que detém as teorias sociais, e às formas de iniciação nele. Ela será pensada a partir da obra de Foucault, que pensa tanto o prazer da incitação discursiva quanto da delimitação de subjetividades. Argumenta-se assim que através da subscrição a certas correntes de pensamento e grupos intelectuais se desenvolve uma identidade social ligada à defesa dos ideais humanitários. Essa defesa é possível graças à nomeação que a teoria social permite realizar, dando peso simbólico positivo dentro de um universo cultural para as angústias e inquietações que surgem diante do incômodo fundante representado pela compaixão diante das figuras da mulher e de LGBTs. No próximo capítulo será discutido o caráter normativo do papel destas figuras como vítimas dignas de compaixão na nossa sociedade.

Cabe ainda retornar ao contexto das entrevistas analisadas, realizadas entre pares, e em que os atores refletem sobre seu papel na construção do campo dos direitos sexuais. Neste sentido, o projeto de realização das entrevistas pode ser pensado como um exercício metanarrativo sobre um campo que se consolida há cerca de uma década, mas que ao mesmo tempo parece estar sempre (ou ainda) em busca de uma base de legitimação política mais sólida, e o que seus atores-chave dizem e como se apresentam está perpassado por pontos ainda ligados à preocupação com esta legitimidade. Além disto, narrar a aproximação com a temática da sexualidade é a pergunta-chave do roteiro de entrevistas, provocando todo o encadeamento narrativo sobre a mobilização que está sendo mapeado neste trabalho.

4.2 Gramáticas de Engajamento

4.2.1 Inquietude

Existe uma estrutura narrativa nas trajetórias que descreve uma gramática de engajamento intelectual e político, que principia por uma inquietude diante de problemas sociais seguida por uma aproximação de formas possíveis de dar conta deles. Essa

aproximação pode se dar através de uma mobilização em direção a um registro intelectual, que pode se concretizar, por exemplo, numa trajetória acadêmica. A mobilização também é possível em direção a ações mais diretas relacionadas à política identitária, através, por exemplo, da participação em instituições financiadoras, ONGs, ou em grupos de apoio.

As narrativas se organizam em encadeamentos temáticos ao redor de explicações recorrentes para falar sobre motivação e ação. A explicação oferecida nas trajetórias para a aproximação de temas políticos se concentra no sentimento de inquietude, que aparece sob várias roupagens. A primeira delas é a da indignação pessoal com atitudes entendidas como ‘machistas’, como exemplificado no fragmento a seguir:

Acredito que o principal aspecto que me mobilizou nessa direção foi a minha vida de estudante universitária na luta contra a ditadura. A pegada principal foi a questão de gênero, eu como mulher, ativista, militante, com questões de mulher, eu fui uma liderança importante na luta contra a ditadura na universidade. Fundei DCE, União Nacional dos Estudantes, várias coisas assim. E sentia uma coisa de discriminação de gênero claríssima. Embora não afetasse radicalmente o que a gente fazia. Eu andava de minissaia, certo? Tem uma cena que eu lembrei recentemente relacionada a um colega trotskista na época (...). Eu estava numa assembleia, ele sentado no chão, eu falando e ele fazia assim: “Levanta a saia, para eu ver a calcinha! Levanta a saia, para eu ver a calcinha!”. Então é uma coisa de uma sensibilização pessoal para a questão de ser mulher importante. (Narrativa 1)

A inquietude aparece também como reação à maneira de certas teorias de lidar com os problemas sociais que angustiam. No exemplo a seguir, da mesma narrativa do trecho anterior, aparece o incômodo pessoal com as posições políticas do feminismo, e os campos psi e sexológico de um determinado contexto. Estes incômodos levam ao desenvolvimento de um ponto de vista pessoal sobre teoria, ideologia e prática que cria receptividade ao trabalho com AIDS na trajetória da entrevistada:

É uma visão muito vitimizadora da mulher e que me incomodava; muito sem olhar a dimensão da mulher como sujeito de direitos e sujeito da sexualidade, sujeito da escolha pela maternidade, olhando a mulher como oprimida pela obrigatoriedade do casamento. Eu tinha um incômodo ideológico com essa tomada e eu quis fazer alguma coisa diferente. (...) E quando eu comecei a trabalhar com AIDS é que foi a minha virada. Eu me interessava em trabalhar com a sexualidade, mas na sexologia não acreditava. Porque é normativa também. Você estabelece várias queixas sexuais, vários modos de trabalhar a sexualidade normal e faz terapia sexual. É isso a sexologia. (...) A minha questão aqui é outra. Não consigo pensar dessa maneira psicopatológica. Não é esse o meu problema. Quando eu começo a trabalhar com AIDS, comecei a trabalhar com muitos jovens homossexuais. Eu fui uma das primeiras psicólogas que aceitou no seu consultório pessoas com AIDS. (...) [Eu] acolhi as pessoas com AIDS em função da questão dos direitos. Eu ficava revoltada. (...)

Enquanto eu escrevia a tese de mestrado eu comecei a trabalhar com AIDS no consultório e de graça, como ativista no sistema de saúde, sem cobrar. Eu fazia supervisão, discutia, acolhia as pessoas que não podiam pagar, fazia grupo. Acompanhando as pessoas a morrer, literalmente, e achava aquilo tudo, a situação, o fim da picada. (Narrativa 1)

O próximo trecho selecionado também dá um exemplo de inquietudes diante das opções que o feminismo tem a oferecer, que parecem insatisfatórias para esta outra entrevistada:

E o feminismo, que na verdade começou antes, [quando]eu comecei a ter [um] grupo de reflexão, lendo as coisas mais importantes do feminismo, fez com que eu na verdade mudasse, inclusive, a minha perspectiva de carreira, no sentido de que eu não queria mais apenas estudar naquele momento a luta de classes – porque essa era a formação que se tinha no Brasil, com marxismo pesado – e eu passei a me interessar sobre a questão da secundariedade do papel da mulher na sociedade e fui muito atacada pelos meus colegas marxistas, de atividade política estudantil na universidade. Eu não era filiada a nenhum partido político, mas a minha preocupação era considerada “perfumaria”, uma coisa que não tem consistência. E aí eu me engajei dentro do movimento feminista. Eu via uma situação de desigualdade, de falta de direitos, naquele momento ainda estava se fazendo a luta pela mudança do Código Civil. Era uma coisa inacreditável as limitações, não tanto do ponto de vista das mulheres no mercado de trabalho, mas na participação política, com o machismo da sociedade brasileira. Isso reorientou a minha vida. O feminismo foi fundamental porque eu resolvi fazer Antropologia, porque a Ciência Política na época não me dava os instrumentos para responder a isso e eu me engajei nas primeiras organizações feministas. E isso fez, inclusive, que eu mudasse a minha profissão, (...) e fui fazer mestrado. (Narrativa 12)

Dentre as muitas tradições intelectuais, aquela do feminismo tem um importante destaque, que tem tanto a vertente internacional quanto sua expressão local como principal interlocutor de muitas narrativas, por evidenciar a discussão sobre a questão da mulher na sociedade. O feminismo possui diversas vertentes, e por isso há diferentes grupos que definem de formas diversas o que é o feminismo, quais suas metas, e quais os métodos para alcança-las, bem como quais são os sujeitos alvo destas metas. Historicamente, o feminismo veio assimilando questões ligadas à sexualidade e a questões raciais e econômicas, reconhecendo que não havia uma mulher da qual falar, mas sim muitas mulheres, uma pluralidade de vivências e experiências possíveis. Nas narrativas essa pluralidade de posições que é possível tomar diante do(s) feminismo(s) aparece tanto nas críticas quanto nas declarações de satisfação em encontrar pessoas e discussões como as que podem ser encontradas no feminismo.

O exemplo a seguir fala da satisfação com a forma de abordagem da questão feminina no contexto universitário, e depois com certas correntes do feminismo, e em especial do prazer de participar de grupos que pensam estas questões. Também exemplifica uma crítica que revela a insatisfação com um feminismo ainda muito centrado nas classes privilegiadas. Neste trecho é exatamente o binômio da satisfação e da inquietude que está articulando o engajamento. As expressões demonstrando uma relação muito positivada com as emoções associadas a esta lembrança estão sublinhadas:

Então a gente fazia parte desse grupo [na universidade], um grupo absolutamente genial (...) eram umas iniciativas bem bacanas (...) para discutir questões relevantes, para pensar a questão da mulher – e a gente falava a questão da mulher naquele momento. E tinha toda uma literatura estrangeira que eu estava conhecendo, eu estava entrando em contato. Eu fiquei fascinada. (...) E ao mesmo tempo ainda tinha uma militância – militância mesmo – com grupos organizados de mulheres (...) Então, tinha um lado de militância importante, tinha um lado de intelectualidade universitária interessante e isso tudo podia ser vivido meio de uma maneira misturada. Não era tão segmentada a coisa. Então foi uma super experiência. E, ao ter essa experiência, quando eu estava terminando a graduação, eu decidi que eu ia continuar. Se fosse para fazer algum mestrado, alguma pesquisa, eu queria trabalhar com isso. (...) Tinha sempre uma coisa que eu sentia que era uma barreira mesmo, sei lá, sociocultural, vamos dizer assim, entre as feministas, todas elas muito sofisticadas, vindas do exílio, classe média, com uma super formação e as mulheres dos movimentos de mulheres. (...) Depois do mestrado, eu lembro que foi uma experiência meio traumática, porque a maior parte das feministas que eram mais velhas que eu ficaram um pouco irritadas com as minhas conclusões e com as minhas reflexões. E eu fiquei com medo delas. Ah, mulherada braba, aquela, gente! Eu não tinha ideia que eu estava fazendo alguma coisa assim que elas não fossem concordar. (Narrativa 2)

Este trecho revela como a construção de uma identidade intelectual pode ocorrer tanto pela inserção num grupo quanto pela oposição a outro.

4.2.2 Satisfação

Associada à inquietude, por vezes implicitamente, aparece uma satisfação com teorias que deem conta destas questões. Satisfação e inquietude são reações absolutamente complementares nestas narrativas, pois é na forma como certas teorias colocam em perspectiva as questões que causam inquietação que os entrevistados narram encontrar satisfação. Esta é uma satisfação intelectual, mas também emotiva. Remete-se nesse sentido à discussão sobre “nomeação” apresentada por Lévi-Strauss. Esta satisfação pode ser explicada como uma forma de alívio para algo que angustia, e que fica mais fácil de lidar ao ser nomeado, exatamente como no caso da cura xamânica. Este ponto será explorado mais

adiante. A seguir, um trecho destaca uma declaração de satisfação, que aparece na forma da categoria nativa de ‘encantamento’, para descrever o encontro com uma teoria feminista mais em sintonia com as ideias da entrevistada:

E fazia tempo que eu não tinha contato com essa bibliografia (...). Eu tive que voltar a estudar as teorias feministas e eu fiquei absolutamente encantada, porque eu vi que tinha uma discussão muito viva, muito vigorosa. (...) e quando eu conheci, eu falei: gente, é aqui mesmo que eu quero ficar de novo. (Narrativa 2)

A satisfação da nomeação pode ser compreendida como uma reinterpretação de perspectivas de vida, que para muitos entrevistados aparece como um ‘ponto de virada’ em suas trajetórias. Isto acontece no exemplo abaixo, em que ter contato com a obra da feminista Gayle Rubin, de Simone de Beauvoir ou Foucault é narrado como pontos nodais da conversão intelectual da entrevistada. Neste caso, podemos voltar a Bourdieu e Pollak com a questão da coerência das histórias de vida, para pensar a reinterpretação da trajetória biográfica a partir de um momento crucial de “conversão”:

Quando eu fui ler Foucault direito, quando eu li Rubin, foi um ponto de virada. Eu, quando li Rubin (...) no clássico *Toward an Anthropology of Women*, o livro foi publicado em 1975, lembro exatamente de quando eu li, foi no ano em que a minha filha nasceu, foi uma virada. Uma virada definitiva. Essas coisas que tem antes e depois. Como a Simone de Beauvoir já tinha sido. Mas a Rubin é uma virada super importante. E Foucault também, com a História da sexualidade, que vem mais ou menos um pouquinho depois. (...) Eu acho que são dois marcos. Para o que eu desenvolveria depois no campo da sexualidade esse momento foi muito importante. (Narrativa 16)

A sensação de satisfação aparece naqueles representantes de gerações mais antigas que se envolveram com certas temáticas antes que elas estivessem totalmente estabelecidas ou legitimadas como temas políticos ou teóricos. Assim, pode haver uma expressão de satisfação em termos da percepção de envolvimento com um pioneirismo nestas temáticas. O pioneirismo é outra forma de expressão do prazer associado à satisfação com teorias. Esse prazer vem da capacidade de dar nome e possibilidade de resolução aos problemas que dizem respeito à inquietude fundante.

Assim, a aproximação com formas possíveis de dar conta dos problemas que causam inquietude é quase sempre marcada por uma satisfação, narrada como uma espécie de encantamento quando é direcionada a modelos teóricos que ajudam a enquadrar a percepção

e/ou a lidar com os problemas que causaram a inquietude original. A satisfação pode persistir como uma relação constante de maravilhamento, às vezes relatado como uma “revelação” que foi experimentada quando se entrou em contato com determinados modelos interpretativos. A satisfação pode também ser experimentada num registro bem mais racionalizado, onde a atuação profissional passa a ser vista como uma série de encadeamentos temáticos conectados por um ‘desenvolvimento lógico’, conforme veremos a seguir.

4.2.3 Desenvolvimento Lógico

A satisfação é mais clara em algumas entrevistas e subsumida em outras, onde por vezes aparece num registro mais racionalizado, como na noção de ‘desenvolvimento lógico’, que é acionada como explicação para o engajamento como se a dedicação ao temas políticos dos direitos sexuais fosse o desenvolvimento “natural” de determinada atividade. O desenvolvimento lógico aparece como uma forma narrativa que é uma mera enunciação curricular cronológica de todas as atividades que se sucederam, de forma a demonstrar as atividades ligadas a questões de gênero e sexualidade que fazem parte da trajetória narrada. Isso pode ser visto na narrativa abaixo:

A minha trajetória é bem acadêmica de início. Porque eu comecei a trabalhar com sexualidade pelo viés da AIDS. (...) Eu estava cumprindo o mestrado e propondo um doutorado e daí já entrou a questão da AIDS (...). Então, fui fazer o doutorado com o tema da AIDS e mulheres (...). A sexualidade entrou muito indiretamente. Primeiro porque a AIDS é uma doença sexualmente transmissível e a sexualidade é uma das áreas que impacta bastante. Então, eu comecei a investigar um pouco mais academicamente essas questões de sexualidade e do impacto da AIDS em função da especificidade do próprio tema que eu estava trabalhando... (Narrativa 3)

Essa narrativa indica o engajamento quase como algo óbvio, ou mais exatamente, como se fosse – literalmente – um desenvolvimento lógico no conjunto de atividades curriculares. Peirano (1989) também identificou uma categoria que ocupa função discursiva semelhante para o estabelecimento de relações de causalidade - o “acaso” -, ao refletir sobre uma série de entrevistas realizadas com o objetivo de esclarecer aspectos da trajetória de cientistas sociais brasileiros. A autora observa que os seus entrevistados preferem associar situações e momentos decisivos em suas trajetórias profissionais ao acaso. Furtam-se, deste modo, a explicar numa perspectiva mais ampla as redes de contatos e significados nas quais atuam. O acaso é uma forma de explicar suas trajetórias sem utilizar o recurso a uma

perspectiva holista globalizante, uma ideia de vocação ou destino, ou mesmo a uma vontade individual.

Diferentemente do acaso, o “desenvolvimento lógico” é uma versão mais racionalizada das noções de inevitabilidade ou destino, e semelhante à ideia de vocação em Weber, onde a vocação é um mecanismo importante do modelo explicativo representado pela ética protestante, que o introduziu no vocabulário religioso como um “chamado” que deve ser atendido para dar sentido à vida, uma obrigação e um fim em si mesmos. O “desenvolvimento lógico”, nas entrevistas analisadas, pode ser pensado também como parte dos elementos de especialização científica descritos por Weber em “A Ciência como Vocação”, no que diz respeito à dedicação a temas específicos, em que a inspiração e a paixão científica funcionam como molas propulsoras. As considerações de Bourdieu discutidas anteriormente também cabem como chave de entendimento para a categoria de “desenvolvimento lógico” acionada em algumas narrativas. Narrar uma trajetória que traga um desenvolvimento lógico embutido faz parte justamente da construção de “ilusões biográficas”, como proposto pelo autor.

4.2.4 Identificação

Outro tipo de expressão de satisfação aparece diante da identificação encontrada com grupos que se organizam ao redor dos problemas inquietantes e de propostas para sua solução. A identificação é categoria analítica utilizada aqui para descrever a busca por uma identidade intelectual, ou de perspectivas de vida, em comum com outras pessoas. Neste sentido, ela não difere de qualquer outra busca por se encaixar em um grupo de semelhantes, e pode ser pensada como parte integrante das estratégias de individualização apresentadas no pensamento de Foucault.

A identificação tem assim a ver com a questão da busca por grupos de pessoas que pensem de forma semelhante, podendo aparecer de duas formas: como uma satisfação em encontrar um grupo que pensa de forma similar, ou representada pelo envolvimento com a fundação de grupos que reúnem e acolhem pessoas que dividem inquietações semelhantes. Assim, a busca por identificação pode se concretizar através do encontro fortuito com atores que falem e deem conta de certos problemas sociais, ou quando os entrevistados buscam conscientemente introduzir reflexões sobre problemas que os inquietam nas suas disciplinas e

teorias, ou na própria sociedade. Além disto, o esforço em introduzir interesses temáticos, seja nos campos de estudos das Ciências Sociais ou no debate político *stricto sensu*, revela uma percepção preocupada com sua ausência e um compromisso com resolvê-la que pode ser comparado à inquietação mais claramente abordada em certas entrevistas.

No trecho abaixo aparecem a busca por convergência de atividades intelectuais e a procura por identificação com outros autores que compartilhem das inquietudes intelectuais. Este exemplo está relacionado também à percepção de pioneirismo:

Do ponto de vista mais próximo, eu entro nessa questão de gênero por uma pesquisa que eu estava fazendo... (...). É um trabalho interessante, talvez até um pouco pioneiro (...). Nesse trabalho, a sensação que eu tive é que eu descobri um continente submerso. Eu disse: “Aqui tem uma outra coisa acontecendo”, que é a questão da mulher, na qual você identifica, de fato, um outro continente. Foi a partir daí, tudo meio convergente: eu fazendo essa pesquisa (...), as palestras do Foucault e a necessidade de procurar um diálogo com algumas pessoas que estivessem com essas inquietudes, que fugiam, digamos, à margem – era uma “terceira margem”, digamos, da intelectualidade ou da esquerda naquela época. Eu me lembro que falei com uma moça que também era professora (...) e disse: “Meu Deus, estou precisando encontrar umas pessoas para conversar sobre o que eu estou encontrando nessa pesquisa.” “O que é, ‘negócio de mulher?’”, e eu falei “É, ‘negócio de mulher’.” Ela falou: “Tem um grupo aí que se reúne, elas conversam esses ‘negócios de mulher’.” Eu perguntei quem eram e ela me deu alguns nomes. Peguei o telefone de alguns e perguntei: “Vocês estão conversando esses ‘negócios de mulher?’” (Narrativa 4)

No próximo exemplo a identificação ocorre através de grupos de colegas trabalhando com temáticas afins:

Eu acho que [a confluência com uma versão mais política da sexualidade] sempre esteve paralela porque ao mesmo tempo em que eu trabalhava com isso eu trabalhava com saúde reprodutiva, com outra entrada. Assim que eu terminei o doutorado, comecei a trabalhar muito com questões de saúde reprodutiva e de militância sobre a questão dos direitos da sexualidade. Mas eu não as vejo como desligadas, era só uma questão de ter um grupo suficiente. Aí eu comecei muito mais pelo caminho latino-americano – (...) no Chile, (...) na Argentina (...), o pessoal da Colômbia. (Narrativa 8)

4.2.5 Formas de iniciação

Nas narrativas analisadas há uma busca por pares. Esta busca envolve formas de iniciação em determinados grupos ou correntes de pensamento. No exemplo a seguir é o contato com correntes intelectuais a partir de experiência de estudos no exterior que faz o papel de iniciação da entrevistada. Sublinho as passagens que narram esta iniciação como uma experiência de conversão:

[Fui para a] França, no auge do feminismo francês. Foi em 1972/1973, com as feministas na rua por causa do aborto. Eu saí quando a legislação do aborto foi aprovada. As feministas estavam em todos os lugares e protestavam contra tudo e qualquer coisa. Na sala de aula qualquer deslize era objeto de interrupção da aula e acusações de patriarcado. Foi muito estimulante. Foi quando descobri que havia um mal-estar, não me descobri feminista, mas foi quando eu descobri esse mal estar. Ser mulher não era tão simples quanto parecia, embora eu fosse muito autônoma e tal. Aí voltei a ler Simone de Beauvoir, fui ler outras feministas que eram referência na época. E voltei para o Brasil com essa agenda. Isso era o que eu queria fazer. E fui fazer. (Narrativa 16)

Nas narrativas, é possível estabelecer alguns marcos históricos e teóricos que ajudam a delimitar formas em que os atores tiveram a oportunidade de encontrar identificação na forma de pensar sobre os problemas que os inquietavam. Alguns destes marcos são da ordem da entrada de teorias do pensamento social no contexto da academia no Brasil. No caso da visita de Foucault ao Brasil, a corrente intelectual contou com a presença e atuação do próprio autor, possibilitando uma iniciação intelectual realizada diretamente na fonte, e que aparece em algumas narrativas.

Abaixo utilizo o exemplo de uma narrativa cuja entrevistada teve contato direto e pessoal com Foucault durante sua vinda ao Brasil. Na narrativa, esse elemento aparece na elaboração sobre a importância de ter contato com a teoria foucaultiana, que é descrito como uma ‘revelação divina’. No trecho citado abaixo, ressalta-se também a sensação de que é preciso fazer uma conversão acadêmica, e que o contato com as formulações de Foucault ecoam em questionamentos pessoais que a entrevistada identifica retroativamente em sua trajetória.

[No Rio de Janeiro] o Foucault ficava hospedado num hotel (...) simples, que ainda existe (...). Então, o pessoal da [universidade] que estava organizando as palestras – ninguém sabia muito bem quem era Foucault ainda – perguntou se eu não podia levá-lo e buscá-lo para essas palestras que ele iria dar. Lá fui eu então pegar o professor e levá-lo para a [universidade], e assisti à palestra dele. Foi assim, imagino, como os discípulos, que eu levei uma revelação, quando o Foucault, com aquela genialidade que lhe era própria, introduz a ideia do micro e da transcendência pela microfísica do poder. Para mim, aquilo foi fantástico, do ponto de vista intelectual. Muitas vezes, quando você está na academia – na realidade, eu estava começando a dar aula na [universidade] também –, é necessário um tipo de conversão que se faça pelo acadêmico. Quer dizer, eu acho que as formulações do Foucault certamente já vieram ao encontro de questões que eu vinha elaborando. Mas como revelação divina, foi esse contato com ele – que depois eu tive a oportunidade de manter... (Narrativa 4)

Outro exemplo de contato direto com a pessoa de Foucault aparece como um marco importante nesta narrativa, num sentido que vai além da admiração pela obra e se foca também na pessoa do pensador:

Eu fui aluna do Foucault. Essa história é maravilhosa. O Foucault esteve no Brasil nos anos 1970 na época quando a gente começava o movimento estudantil. (...) em 1975 Foucault estava lá quando [os agentes da ditadura] mataram um professor da [universidade]. (...) E o Foucault estava na [universidade] dando aula na faculdade de Filosofia. Aí, quando ele soube disso, ele ficou revoltado porque os professores não fizeram nada morrendo de medo. Só os estudantes se mobilizaram, fizeram uma greve, fizeram assembleia, muita gente foi presa (...). E o Foucault rompeu com a universidade e disse que não daria mais aula junto com uma universidade que não fazia nada quando um dos seus professores era preso dentro da universidade e assassinado. E quando vários alunos que protestavam estavam sendo presos. Ele não conseguia dar aula naquela universidade e se colocou à disposição do movimento dos estudantes. Essa história é maravilhosa. E ele vem, estavam três mil estudantes no pátio da faculdade de arquitetura, vem o Foucault, alguém tinha que traduzir, ele não fala português. Havia poucas pessoas que falavam francês. E eu traduzi o Foucault. Eu lia no megafone a carta dele dizendo que estava à disposição dos estudantes. Eu já tinha assistido às aulas dele em Paris dois anos antes (...). E ele não me conhecia, claro, eu [que] conhecia ele. E eu era assistente de um professor que dava história da loucura na psicologia - um foucaultiano. Então eu o conhecia bem. Eu fui formada pelo pensamento do Foucault. (Narrativa 1)

A obra de Foucault pode ter sido assimilada não apenas de maneira direta, mas também através de leitura guiada feita por instituições ou pessoas responsáveis por iniciar os entrevistados intelectualmente. No exemplo abaixo, o entrevistado fala de uma leitura orientada da obra na universidade, e no trecho está sublinhada a passagem que fala do impacto que esta leitura tem numa reflexão sinérgica sobre a sexualidade e demais questões sociais:

...na graduação em ciências sociais na [universidade] liamos Foucault com [a ajuda de um professor], era uma leitura dirigida, quase orientada, boa para quem estava começando e sofrendo com livros como Vigiar e Punir e o primeiro volume da História da Sexualidade. Nessa época foi também publicada a coletânea Microfísica do poder. Isso era muito interessante, primeiro por conta dessa ideia que a gente hoje chama de ‘desnaturalização da sexualidade’, que a sexualidade tinha uma história e que as próprias categorias de identidade sexual, que estavam brotando ali como focos de discussão política, elas eram produtos de uma história e de um conjunto de relações políticas que estavam disseminadas na vida social. (...) Tudo parecia conversável, Foucault, Antropologia, política, as discussões sobre minorias e direitos sociais, isso tudo dava um fermento muito ativo na pesquisa e na reflexão de modo geral. (Narrativa 5)

Outro exemplo do papel institucional na iniciação pode ser visto no trecho abaixo:

Inicialmente, naquele período quando eu estava na [universidade], a gente já lia muito Foucault. Eu lembro que Foucault já era um recorte. Eu li o História da Sexualidade, volume I – A vontade do saber, eu acho que no segundo ano da faculdade. Foi logo que foi publicado aqui. A gente já estava em sala de aula discutindo. Então, Foucault foi uma referência importantíssima, mas não só ele. Acho que tinha uma coisa da antropologia feminista também. (Narrativa 2)

Neste outro trecho selecionado, aparece a iniciação ao pensamento social a partir de uma pessoa que apresenta estas ideias, ao invés de através de uma instituição. Mais uma vez aparece, nesse exemplo, a noção de ‘conversão’ para uma nova perspectiva a partir do contato com a teoria social. O trecho abaixo também dá um exemplo de como o contato com a teoria social influenciou o entrevistado a se dedicar a uma abordagem intelectual da homossexualidade, e não política *stricto sensu*:

Mas aconteceu que tive um encontro com [colega acadêmico] que era uma pessoa muito inteligente e com uma percepção sociológica aguda. Ele estava muito bem versado no interacionismo simbólico americano e era seguidor de Howard Becker, então me botou para ler com cuidado essas coisas. Foi quando me dei conta de que este “homossexual” que achava que era universal, não era. Foi uma espécie de conversão. Eu me dei conta do que se chama de construtivismo, e isso ficou comigo. Assim sendo, impossibilitou a política, porque ela implica em essencialismos e em uma série de posturas que eu já não conseguia mais ter. (Narrativa 10)

A influência de pessoas importantes na formação intelectual exposta nas narrativas pode aparecer sob o registro mais institucionalizado da relação de orientação, que, como indicado por Peirano (2006), tem uma importante influência na forma como o intelectual do campo antropológico concebe a relação com a teoria. No exemplo abaixo, o contato com correntes de pensamento vem junto com a admiração por aqueles que foram responsáveis por apresentá-las:

A primeira fase é isso: Foucault, literalmente, a pessoa do Foucault, o trabalho do Foucault. E é engraçado porque [o professor que ensinou Foucault], hoje em dia um psicanalista, psicanalista mesmo - freudiano, kleiniano, ele estudava Jung também, era um foucaultiano junguiano, engraçado isso. Esse foi um professor importante. A segunda pessoa super importante, já falecida infelizmente, mas uma brilhante psicóloga social (..) [que] fez filosofia, depois fez psicanálise, era professora de psicologia do trabalho (...). E essa foi uma professora fundamental no meu mestrado e que me marcou bastante. (Narrativa 1)

A importância de uma instituição pode ser sob outro registro também, mais diretamente ligado à identidade sexual do que à academia e que leva à reflexão sobre a questão da sexualidade. No trecho abaixo aparece, através de um grupo homossexual, o encontro com pessoas que pensam e refletem sobre a questão da sexualidade. Na narrativa, esse encontro permite tomar consciência de uma nova dimensão de abrangência da teoria social, que inclusive permite colocar em perspectiva a possibilidade de uma interpretação teórica sobre a sexualidade.

Esse interesse por sexualidade tinha a ver com questões existenciais, pessoais e políticas. Eu era leitor do [de um jornal voltado para o público homossexual] e (...) eu tinha participado [de um considerado pioneiro na militância política homossexual no Brasil]. Uma participação discreta, mas que foi muito importante para minha trajetória. Ali eu conheci pessoas que ainda hoje são meus grandes amigos, uma espécie de segunda família [e alguns deles eram acadêmicos que faziam pesquisa sobre homossexualidade]. Aquilo foi uma descoberta para mim: puxa, é possível discutir sexualidade como tema nas ciências sociais! Porque não era uma coisa que tinha me ocorrido nos meus anos anteriores da graduação... Mas associando sexualidade com a questão dos movimentos sociais, aí sim. Paralelamente, isso também ajudou a despertar meu próprio interesse na Antropologia... (Narrativa 5)

Ainda acerca da penetração de ideias e de como sua assimilação aparece nas narrativas dos entrevistados, há outras circunstâncias em que isso pode ter ocorrido de forma mais dispersa, como no caso da entrada nas Ciências Sociais das questões da mulher, do feminismo e da homossexualidade como objetos legítimos de estudo, ou o estabelecimento dos estudos de gênero e sexualidade. Estes são os casos também da obra de Bourdieu, das obras de Butler e Rubin e da teoria *queer*. No trecho selecionado abaixo, a entrevistada fala de seu esforço em superar a noção de que a sexualidade não fosse um tema legítimo de estudo, o que envolveu um preconceito que precisou ser superado paulatinamente:

Eu acho que teve um pouco de preconceito. Tanto que, por exemplo, levou alguns anos para conseguirmos, por exemplo, pautar a sexualidade como tema [nos congressos acadêmicos]. Houve um processo em que a gente vai de uma coisa que se justificava mais socialmente que é a antropologia da saúde e da doença, do sofrimento, que é essa coisa assim que se envolve pelo sofrimento. É legítimo você trabalhar com isso. Hoje em dia não, vai ver qual é o programa [dos congressos,] tem várias coisas que pautam sexualidade. Mas isso foi um caminho longo, final da década de 80 e início da década de 90 até hoje. Acho que dá para mapear isso nas próprias organizações desses congressos. (Narrativa 3)

4.2.6 Pioneirismo e Prestígio

Outra forma de iniciação, relacionada à busca por um grupo de pares, aqui analisada como uma busca por identificação, está ligada à percepção de certos entrevistados de que demonstravam preocupação com algumas temáticas antes delas terem sido propriamente nomeadas ou estabelecidas legitimamente. Assim, certos atores que não puderam encontrar grupos já estabelecidos no qual pudessem perceber que suas ideias e perspectivas ecoavam descreveram em suas trajetórias esforços de criação de grupos que pudessem agregar pessoas com inquietações semelhantes.

Este elemento narrativo recorrente, de um pioneirismo, é analisado como um resultado das inquietudes. O pioneirismo é uma forma de falar da satisfação de estar associado a um tema, inclusive antes dele se disseminar, e pode ser rastreado ao sentimento de fascinação intelectual. A percepção de pioneirismo aparece ainda sob o registro de tratar de temas antes que eles estivessem legitimamente consolidados, em algumas circunstâncias antes até mesmo de serem nomeados. O trecho a seguir dá um exemplo deste elemento narrativo ligado ao pioneirismo na tese de doutorado da entrevistada, que avalia a situação do contexto acadêmico em relação ao tema da sexualidade naquele período:

A minha entrada na área do gênero foi muito mais acadêmica num primeiro momento do que política. Embora, eu sou dessa geração de ativistas políticos mais marxista e não feminista, onde a questão do gênero não era central. Eu entrei na Universidade no curso de Ciências Sociais... Durante a ditadura, tinha a militância política, o que significou que aos 18 anos eu tinha que decidir o que iria fazer da vida muito cedo. Nesse momento tem esse viés político e gênero era outra questão. Ao mesmo tempo eu acabei a graduação, acabei o mestrado e fui fazer doutorado [numa universidade no exterior]. E meu tema de tese era gênero, sexualidade - uma tese bastante tradicional de antropologia, uma tese etnográfica (...) [mas mesmo assim era um tema] muito novo naquela época. Estavam começando os primeiros casos e hiv e aids. Não se discutia sexualidade - não era ainda uma coisa legítima na Antropologia, nas Ciências Sociais. Havia Foucault nesta época. Ele dava aula neste período - não na Antropologia, mas na Literatura e na Filosofia. Havia essa discussão muito presente. Mas o campo da Antropologia é um campo muito tradicional. E para quem vai fazer uma formação de doutorado, o ritual todo de um campo tradicional é muito importante, a etnografia tradicional, o exótico, etc., é muito importante. Então, colocar sexualidade dentro dessa discussão era uma coisa bastante importante e nova. (Narrativa 8)

Este outro trecho também demonstra essa percepção de pioneirismo que aparece na narrativa da entrevistada:

E nós fizemos então um trabalho muito interessante... Foi riquíssimo, fizemos várias entrevistas em profundidade (...); ele é considerado um marco porque surge com um discurso sobre identidade social e sexual num momento de luta pela redemocratização do país, em que não cabia esse tipo de reflexão. (Narrativa 4)

Uma percepção complementar à de pioneirismo é a de prestígio. As pessoas envolvidas com estes temas poderiam identificar uma série de decorrências negativas de se dedicarem a eles, mas de forma geral veem a si mesmas como na vanguarda, como detentoras de certo prestígio. Elas identificam-se com uma moral representada pela coragem ou audácia, de abordar questões complicadas em um momento em que ainda são consideradas tabus. É preciso pensar estes elementos das narrativas com a perspectiva do contexto de elaboração das entrevistas, em que estes atores estão refletindo sobre a construção do campo dos direitos

sexuais, ainda marcado por esforços de legitimação. No trecho selecionado abaixo, o entrevistado fala sobre como seus interesses têm sido uma fonte de grande estímulo intelectual, por um lado, e também atraem certo prestígio por estarem associados a um tema que, por mais que seja tabu, está sendo desbravado.

[A dedicação aos direitos sexuais] foi e tem sido predominantemente favorável, porque do ponto de vista intelectual é um objeto muito instigante, muito rico, exigente na medida em que ainda pouca coisa está consolidada, escrita nessa área. Por outro lado, existiu e ainda existe uma certa tendência de ficar marcado por um só tema, especialmente por um tema desses, que é um tema que chama a atenção das pessoas, que mobiliza, que para alguns ainda é um certo tabu. Mas essa circunstância, de para alguns ser um tema que marque muito uma carreira pessoal, não chega a ser em nenhum momento negativa ou prejudicial. Serve também, do ponto de vista profissional (...), como um índice, uma manifestação, segundo a visão de muitas pessoas, de uma certa coragem, de um certo destemor de levantar esses temas em um ambiente predominantemente conservador e mais fechado a isso – e isso tem mudado também. (Narrativa 7)

4.3 Marcos das Narrativas

A partir da leitura destes relatos autobiográficos é possível delinear alguns marcos históricos, teóricos e pessoais que são comuns a todas ou à maioria das narrativas. Na sua análise sobre a fabricação da “ilusão biográfica” Bourdieu, discutido no capítulo 3, demonstra que os sujeitos buscam coerência ao desenvolverem narrativas de suas trajetórias biográficas, que são fabricações de identidade. Segundo o autor, o esforço de dar coerência a uma trajetória dialoga com marcos coletivos, em que a construção de uma memória coletiva demarca as possibilidades de identificação. A recorrência de certos marcos identificados na análise das entrevistas que são objeto desta tese é um exemplo daquilo que Bourdieu fala como sendo típico das “ilusões biográficas”. Estes marcos serão abordados a seguir.

4.3.1 A Ditadura

Um dos marcos que mais se destaca é a ditadura militar no Brasil e os esforços de crítica e resistência a ela, geralmente através do movimento estudantil. Este se associa ao marco teórico do marxismo e ao movimento da contracultura, bem como à esquerda política. Dada a geração a que pertencem os entrevistados, a ditadura figura num momento inicial de suas trajetórias em que ele são jovens, geralmente estudantes universitários (ou secundaristas no caso de alguns entrevistados mais jovens). Assim, a ditadura aparece num momento em que os narradores estão tomando decisões importantes sobre suas carreiras profissionais e

entrando em contato com teorias sociais, e figura como um agregador de mobilizações políticas, geralmente a primeira com as quais os entrevistados têm contato. As três passagens a seguir ilustram o papel preponderante que o contexto da ditadura militar toma nas narrativas.

Eu tenho certeza de que a minha derivação para o campo político-social é um efeito da ditadura militar. (Narrativa 16)

Acredito que o principal aspecto que me mobilizou nessa direção foi a minha vida de estudante universitária na luta contra a ditadura. (Narrativa 1)

...eu sou dessa geração de ativistas políticos mais marxista e não feminista, onde a questão do gênero não era central. Eu entrei na universidade no curso de Ciências Sociais (...). Durante a ditadura, tinha a militância política, o que significou que aos 18 anos eu tinha que decidir o que iria fazer da vida muito cedo. (Narrativa 8)

4.3.2 O apoio financeiro e a institucionalização

Outro marco importante citado nas narrativas é aquele que diz respeito aos financiamentos internacionais para pesquisa e intervenção, voltados para os temas da AIDS, da mulher e da sexualidade. Nestas narrativas a importância das instituições financiadora aparece tanto na oportunidade de captação de recursos quanto como um local onde agir e se integrar de forma institucional, política e profissional. Assim, há narrativas de trajetórias diretamente afetadas por instituições de financiamento, em que os atores em questão tornaram-se membros do corpo da instituição e através desta participação puderam influenciar a alocação de verbas ou mesmo na conscientização de certos temas ou abordagens. No trecho abaixo a entrevistada tece comentários sobre assumir este papel, bem como fala sobre a possibilidade de estabelecer parcerias a partir destas oportunidades:

Nos últimos anos [como empregada da instituição que financia pesquisas] aí o papel muda muito. Eu tenho uma posição muito ativa. É estar numa posição do outro lado do balcão, que tu pode realmente influenciar o campo. (...) Mas isso são acertos institucionais e questão de orçamento que não vêm ao caso, são questões de gestão, e não do conteúdo em si, mas onde uma coisa fica melhor dentro de uma instituição [especialmente se ela for] muito grande... A partir disso, os meus parceiros e as minhas discussões eram muito mais institucionais. (Narrativa 8)

Outro impacto direto aparece nas narrativas daqueles atores que puderam desenvolver instituições e projetos através dos financiamentos mencionados. E há ainda um efeito indireto deste contexto internacional de financiamento, que é o benefício acarretado pelo potencial que

as instituições e projetos financiados têm de congregar pessoas de pensamento similar para se dedicar a uma questão. Neste sentido, o marco institucional, que só é possível através do apoio financeiro, é um importante elemento de focalização da busca por identificação.

4.3.3 Os diálogos internacionais

O contexto internacional toma proeminência nas narrativas também no que diz respeito ao impacto que as discussões internacionais sobre direitos humanos e o seu estabelecimento como campo tem nas trajetórias. Neste caso, há uma série de elementos importante a serem ressaltados: primeiramente, há a questão da participação nesses debates, que envolve uma série de mobilizações no nível nacional para articular quem serão os representantes de grupos e instituições a serem enviados para falar e contribuir com estes eventos. Nas narrativas que identificam trajetórias de pioneirismo, esta participação evidencia não apenas a própria percepção dos atores como precursores, mas também o elemento do prestígio. Outro elemento evidenciado pelos debates internacionais é a busca por identificação, uma vez que o esforço por se inserir nestes debates indica a preocupação em dialogar com aqueles que têm ideias em comum, ou de difundir suas próprias percepções sobre estas questões importantes.

Para mim, pessoalmente, um momento crucial foi a Conferência de Nairóbi. E eu fui à Nairóbi, antes fiz uma viagem pela Europa, para fazer 'fundraising'. Nessa viagem à Europa eu encontrei várias pessoas [de destaque na área de direitos humanos]... Aproveitei e fiz uma coisa que era ao mesmo tempo 'fundraising' e conexões políticas. (Narrativa 16)

De certa forma em paralelo e como consequência dos debates internacionais estão as conquistas jurídicas no campo de direitos sexuais e reprodutivos. No contexto brasileiro, eles são representados pela Lei Maria da Penha, por decisões judiciais favoráveis à parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, homoparentalidade e adoção, e pelos esforços pela criminalização da homofobia e pela legalização do aborto. Estes marcos aparecem nas entrevistas como elementos que congregam mobilizações intelectuais e políticas, e que canalizam as inquietudes em ações visando dar-lhes soluções. Apesar de interpretações legislativas pessoais, e de uma mobilização concreta na efetivação de uma reforma legal (como, por exemplo, agindo para que um projeto de lei seja aprovado ou participando de uma

campanha de conscientização), as narrativas indicam que o paradigma legal é recorrente entre estes atores, dando legitimidade a seu papel no campo dos direitos sexuais.

4.4 O “choque moral”

Os organizadores da coletânea *Passionate Politics* afirmam, como vimos, que a convicção sobre problemas, sobre o que é certo ou errado, não é condição suficiente para explicar a ação social. Contudo, nas narrativas aqui analisadas a percepção do certo e errado é identificada como explicação que se basta. Por isso mesmo, é preciso identificar nas gramáticas narrativas os mecanismos que operam para que a percepção do certo e do errado mobilize para a ação. Ainda seguindo as elaborações presentes na coletânea *Passionate Politics*, sugiro que é uma experiência de “choque moral” que permite colocar as inquietudes, e a satisfação com suas propostas de solução, numa perspectiva de engajamento.

No trecho selecionado abaixo a entrevistada fala sobre casos de assassinatos de mulheres que se tornaram um importante marco na história dos direitos femininos no Brasil. Na sua narrativa, a entrevistada fala da repercussão na sociedade e da mobilização ao redor destes casos de assassinatos como um exemplo de choque moral que não apenas a influenciou, mas ajudou a estruturar o próprio movimento de mulheres. O impacto moral destes assassinatos foi experimentado de forma coletiva, de maneira que na narrativa da entrevistada aparece como um elemento que teria criado receptividade na sociedade para o apelo das causas femininas.

Neste sentido, pode ser diretamente comparado ao caso estudado por Gould, em que uma decisão por tornar qualquer atividade homossexual ilegal no contexto da epidemia de AIDS nos Estados Unidos funcionou como catalisador da indignação coletiva da comunidade LGBT americana. O esforço daqueles já comprometidos com uma causa em estruturar um evento como um choque moral, de forma que ele tenha impacto na sociedade e seja reconhecido como tal, é um elemento que foi apontado pelos autores de *Passionate Politics* como parte do trabalho cognitivo realizado por membros dos movimentos sociais.

Há vários estudos a respeito disso e várias teses no Brasil a respeito desse momento. É impressionante como, aliado a esses assassinatos, aliado aos julgamentos onde o assassino ficava impune, existia a defesa, era em cima da defesa da honra. Portanto, a mulher alguma coisa cometeu para que o homem

chegasse a esse extremo de cometer essa violência. E, rapidamente, quando o feminismo traz à tona, então, implementa-se um espaço de atendimento às mulheres. E isso começa a acontecer em vários estados, vários espaços semelhantes, tudo muito rapidamente. Logo teve no Rio e em outros estados. A imprensa abriu muito espaço para esse debate. Foi impressionante. Claro que a imprensa gosta de coisas muito sensacionalistas e que não era a nossa discussão, mas os fatos eram fatos de certa forma horríveis, lamentáveis e causavam de certa forma um interesse. Então, com isso, a própria televisão, a TV Globo, fez um programa, um especial de televisão, no seu horário nobre, chamado “Quem ama não mata”. Porque isso era a insígnia daquilo que nós pichávamos nos muros no Brasil: “quem ama não mata”. A televisão faz esse especial e esse especial fica famoso. Em 1989 a televisão faz outro programa, um especial chamado “Delegacia de mulheres”, tratando um pouco de algumas tipificações de crimes versus o atendimento em uma delegacia. O programa durou um ano mais ou menos. Esse foi um debate onde a reação dos conservadores ou dos machistas não encontrou eco. Eles não tiveram muito eco e foi quase como uma ola de discussão que foi encontrando muitos lugares férteis para o debate. (Narrativa 8)

Contudo, o choque moral pode ser experimentado de maneira individual. No trecho selecionado abaixo, pode-se ver um exemplo claro de choque moral, em que o testemunho da morte agonizante de um paciente, que na época a entrevistada atendia como psicóloga, faz com que ela coloque em perspectiva o que as teorias e métodos da psicologia social tinham a oferecer às vítimas (potenciais ou não) da epidemia de AIDS naquele momento. É a partir deste ponto que sua narrativa se estrutura para explicar em sua trajetória as opções pelo ativismo – e um tipo específico de ativismo – no campo do HIV/AIDS:

Então, a cena que eu sempre conto, a que mudou a minha vida e que me fez trabalhar com prevenção: eu chegando no hospital, grávida de oito meses, nove meses, estava com uma barriga gigantesca do primeiro filho, eu entro no hospital (...), no nono andar e, assim, [todos com] luvas, máscara e eu entro sem nada, sento do lado dele (...). E ele me chamou para se despedir, ele morreu naquela madrugada, eram cinco horas da tarde a hora que ele me chamou. E ele me falou, sem me dizer com quem, mas ele disse: “Essa é minha primeira cena sexual”. E eu sempre digo que foi aí que eu entendi a coisa da cena de um jeito completamente distinto. Ele falou: “Engraçado, né? No momento em que eu estava pegando AIDS, eu não estava pegando AIDS. Eu estava me entregando para um amor, para um prazer, imaginando que eu ia viver com aquela pessoa um tempão. Planejando que aquele ato de gozo infinito se transformasse numa história de amor”, isso foi um homem falando. “No momento em que eu peguei AIDS, eu não estava pegando AIDS”, ele me falou assim, seis horas antes de morrer. Foi muito forte. Ficamos em silêncio e eu ouvindo isso e eu olhava para a mulher dele e para os dois filhos. [E eu pensei:] Isso aqui não vai dar certo. O que está se fazendo com prevenção não vai dar certo. Ninguém está pensando desse jeito. Não se pensa no sentido e no significado, se pensa no comportamento. Não se pensa no contexto intersubjetivo, na intersubjetividade. Não se pensa. Para mim ficou muito claro que não ia dar certo. Foi aí que eu resolvi trabalhar com prevenção. (Narrativa 1)

O trecho abaixo, de um entrevistado que atua profissionalmente na área do direito, é outro exemplo de choque moral experimentado de forma individual. Na sua narrativa ele

identifica na necessidade de decidir, como juiz federal, sobre um caso que envolvia a concessão de direitos a parceiros do mesmo sexo, um desafio intelectual. Refletir sobre estas questões, nesta ocasião, leva o entrevistado a pensar conexões, e o estimula a buscar os estudos sobre sexualidade.

Essa relação entre sexualidade e direitos humanos só surgiu mais tarde, quando [participei da decisão sobre] um caso inédito até então, onde se discutia a discriminação por orientação sexual, a inclusão de um companheiro do mesmo sexo no plano de saúde. O caso foi bastante rumoroso na época, seja porque era inédito, seja porque era um tema que nunca tinha tido nenhum tipo de apreciação positiva por parte dos tribunais. E aí eu me senti no desafio intelectual - e pessoal -, político e como cidadão, de buscar essa aproximação – conceitual inclusive – entre direitos humanos e sexualidade a partir da discriminação por orientação sexual. Então ali começou. Começou como um compromisso profissional, que era decidir um caso e disso eu percebi que era um excelente tema de estudo acadêmico. Foi quando eu decidi que finalmente tinha encontrado um tema para me dedicar na academia, que até então era uma vontade um pouco difusa, mas não tinha nenhum tema que efetivamente me empolgasse. (Narrativa 7)

Abaixo há outro exemplo de choque moral experimentado individualmente, que diz respeito à percepção de desigualdades de classe. O impacto na trajetória da entrevistada é grande, pois sua narrativa demonstra como esta situação levou-a a buscar diálogos e experiências que a ajudassem a lidar com suas angústias pessoais, inclusive levando-a para fora do Brasil. Em última instância, esta busca leva-a a abandonar a sua área original de atuação, a arquitetura, para se dedicar a uma atividade intelectual num registro político *stricto sensu*.

Eu tenho certeza de que a minha derivação para o campo político-social é um efeito da ditadura militar. Eu me encaminhei para esse campo por uma inquietação com os temas da liberdade e da justiça, foi uma contingência histórica. (...) Não é uma escolha pelos temas da sexualidade, vamos dizer, é uma escolha pelas questões de liberdade e justiça... Eu fiz uma reforma, trabalhando para uma senhora rica do Rio de Janeiro, ela tinha ficado viúva, tinha saído de um apartamento de 300, 400 m² para morar num apartamento de 100 m², e eu tive que desenhar para essa senhora a porta bonita de ferro para separar a cozinha das dependências de empregada e que tinha um segredo de cofre para ela poder trancar a passagem da cozinha para a dependência de empregados. Isso foi uma experiência muito dolorosa. Pensar que você estava gastando sua energia intelectual ou criatividade para produzir esse objeto de segregação e injustiça social, isso foi uma experiência muito dura. (...) E acho que foi por experiências como essas que eu fui como que me deslocando na direção do pensamento social e político. Era para além da minha capacidade. Eu terminei esse desenho, entreguei para ela, e fui para a casa chorar. Ela me pagou e eu fui para casa dizer: isso é insuportável, não consigo sobreviver assim. Então tem uma coisa que é mais de natureza subjetiva. E aí eu fui para a Europa, fiz um curso de etnografia e, logo depois, ciências das religiões. Isso foi muito estimulante. (Narrativa 16)

4.5 Identificação e Nomeação

4.5.1 O encontro com o outro: identificação

Collins (2001) discute a questão da dinâmica emocional dos movimentos sociais a partir da noção de “efervescência coletiva” de Durkheim (1989), que ele elabora sob o conceito de “energia emocional”. Pensando em termos daquilo que revigora os elos que unem uma comunidade, a sua solidariedade, Durkheim explora os “ritos” que permitem aos indivíduos se reconectarem aos sentimentos e ideias coletivos. Exercem este papel, por exemplo, as cerimônias religiosas. São assembleias ou eventos que reúnem todo o grupo constituindo-se como experiência que revigora as noções de pertencimento, que reacendem a lealdade, que criam “um estado de efervescência” no plano das sensações. Assim, Durkheim coloca as relações afetivas entre os indivíduos como elo base da manutenção da sociedade, e entende o indivíduo como um ser social.

Da mesma forma, os eventos que reconectam o indivíduo às representações coletivas também têm origem e função social, pois sistematizam o modo de vida, são expressão da vida social e a reinauguram a cada instante. Para Durkheim, compreender a religião é entender a forma como a sociedade cria suas categorias de organização do real. Para o autor a religião demonstra muito de uma cultura, e tudo que tem base no pensamento religioso possui origem social. As categorias com as quais se pensa o real estão, portanto, em acordo com a sociedade que as produziu. A essência da vida religiosa, para Durkheim, é o coletivo. Ela expressa os anseios e representações que a coletividade possui, suas construções do real. O indivíduo vive no real interpretando-o de uma maneira particular à sua experiência de vida, no caso, religiosa.

A partir das elaborações de Durkheim sobre os rituais coletivos, Collins identifica duas transformações emocionais das quais dependem o sucesso do potencial de mobilização destes fenômenos. Uma é a amplificação, que dá o foco coletivo de uma emoção inicial. A segunda envolve a transmutação da emoção inicial num sentimento que se caracteriza pela consciência de ser carregado junto de um foco coletivo de atenção. Para Collins, é desta emoção que brota a solidariedade e que faz com que um indivíduo se sinta mais forte como membro de um grupo. Segundo ele, é aquilo a que Durkheim (1989) por vezes fez referência

como ‘força moral’, e Mauss (2003) chamou de *mana* – as energias sociais coletivamente transmitidas que em algumas sociedades tribais são interpretadas como poder mágico. A operação de transformação emocional bem sucedida é responsável pela catarse da emoção inicial e dá espaço às emoções coletivas da percepção de um foco de atenção compartilhado. Para Collins, cognitivamente a nomeação original do processo emocional permanece, até se torna mais articulada, mas ganha um fluxo positivo, uma percepção de importância maior. Collins analisa os métodos pelos quais os movimentos sociais se reúnem e se organizam para criar esta efervescência e manter a energia emocional de seus membros focalizada. Coelho (2010a) analisa a contribuição de Collins da seguinte forma:

Para Collins, em cada grupo social haveria limitações quanto à capacidade de devotar atenção a determinados tópicos ou problemas. Assim, um movimento social bem-sucedido seria aquele que conseguisse granjear para sua atuação parcela expressiva dessa “atenção coletiva”. Este foco compartilhado de atenção é o ingrediente básico para a formação, nos termos de Durkheim, de uma “consciência coletiva” que apresentaria ao mesmo tempo dimensões cognitivas e morais; para que isto ocorra, contudo, não basta compartilhar o foco de atenção; é preciso também o reconhecimento mútuo entre os participantes de que os demais elegeram também o mesmo ponto como foco de sua atenção. É desta consciência de compartilhar o mesmo foco que emerge o sentimento de solidariedade do grupo, gerando assim uma “energia emocional”. Para Collins, o ponto central desta dinâmica emocional é a transformação da emoção original em uma outra experiência emocional definida justamente por seu caráter compartilhado. (COELHO, 2010a, p. 6).

Como identificaram os autores de *Passionate Politics*, a orientação ao engajamento numa determinada causa política é um processo cognitivo, um jogo de associações intelectuais e culturais que destacam uma questão como importante. Mas por si só esta percepção não é suficiente para explicar o engajamento, pois existe a possibilidade de reconhecimento de questões vistas como problemas sem que necessariamente isto leve a qualquer tipo de ação para tentar dar conta delas. Por isso é preciso identificar qual a relação emocional que permanece subjacente à determinação cognitiva da ação. Nas entrevistas analisadas, o par emotivo central de inquietude/satisfação se encontra num registro bastante intelectualizado, quase se confundindo com o ato cognitivo descrito pelos autores da coletânea, sintetizando uma satisfação com formas específicas de pensar problemas sociais e de dar-lhes resposta.

Os mecanismos de saber-poder-prazer descritos por Foucault ao explicar o dispositivo de sexualidade ajudam a pensar a satisfação intelectual encontrada nas narrativas analisadas. Foucault evidencia como o recobrimento das formas tradicionais de sexualidade com um

discurso científico é uma forma de organização do poder na sociedade. Direito e medicina se tornaram as principais formas discursivas, legitimadas e legitimadoras, do discurso sobre a sexualidade. Atualmente, o campo dos direitos sexuais, seus atores e seus comentadores, é parte desta estratégia discursiva do poder e não escapa a ele. Em outras palavras, podemos localizar no registro dos mecanismos de controles disciplinares os discursos sobre direitos humanos nos quais se inserem as questões ligadas ao gênero e sexualidade. Assim, os conteúdos presentes no campo dos direitos sexuais e reprodutivos podem ser percebidos como estratégias discursivas de individualização e especificação dos sujeitos, de disciplinarização dos corpos e das sexualidades. Para Foucault, não é apenas o ato nomeador que se encontra na base da satisfação, o ato de saber-se detentor do saber é também ele prazeroso. O domínio de técnicas discursivas altamente refinadas é ele mesmo um ato de poder, um meio de seu exercício. Ao descrever operações pelas quais se incitou o dispositivo de sexualidade, Foucault aborda a relação entre saber/poder e prazer – relação de incitação discursiva que exerce efeito não apenas sobre o objeto de que fala, mas sobre o sujeito que fala; do abrasamento não apenas de saber-se descrito e desvendado, mas de descrever e desvendar. Estas são as ‘espirais perpétuas de poder e prazer’:

Há, sem dúvida, aumento da eficácia e extensão do domínio sob controle, mas também sensualização do poder e benefício do prazer. O que produz duplo efeito: o poder ganha impulso pelo seu próprio exercício; o controle vigilante é recompensado por uma emoção que o reforça; a intensidade da confissão relança a curiosidade do questionário; o prazer descoberto refluí em direção ao poder que o cerca; (...). O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer *não* a todas as sexualidades errantes ou improdutivas mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. (FOUCAULT, 2001, p. 45)

Através das noções de direito, articuladas no campo de direitos sexuais, é possível compreender a satisfação em se envolver com estas questões, implícita nas narrativas. Pois, se a inquietude identifica problemas na sociedade, é através de teorias que em última análise levam a uma atuação na área dos direitos sexuais, seja através de seu estudo ou num engajamento mais direto, que se chega à satisfação de participar de uma luta pela igualdade humana – manifestada especialmente na luta pelos direitos específicos das minorias.

4.5.2 O encontro com a teoria: nomeação

A busca por identificação tem um papel importante nas narrativas para explicar questões vividas como pessoais que ganham uma nova conotação ao serem ‘nomeadas’ por teorias. Estas questões deixam então um plano de referência meramente subjetivo e individual e passam a fazer parte de um contexto mais amplo, em um processo semelhante ao ato classificatório baseado em sistemas culturais, descrito por Lévi-Strauss (1985) como fonte de transformação de experiências pessoais idiossincráticas e possivelmente caóticas em experiências coerentes e significativas.

Este problema é analisado por Lévi-Strauss a partir de uma discussão sobre processos de cura xamânicos. A cura xamânica permite tornar pensável uma situação dada inicialmente em termos afetivos: “o xamã fornece à sua doente uma linguagem, na qual se podem exprimir imediatamente estados não formulados, de outro modo informuláveis” (1985a, p. 228). A passagem à expressão verbal permite ao mesmo tempo viver sob uma forma ordenada e inteligível uma experiência anárquica e inefável, que provoca o desbloqueio de um processo fisiológico perturbador. No caso das narrativas dos entrevistados, é a teoria que exerce o papel associado por Lévi-Strauss ao xamã, que classifica, de acordo com um sistema simbólico, as vicissitudes da vida, permitindo a resolução de problemas.

A satisfação advinda da nomeação, que no caso das entrevistas analisadas vem através da teoria social, pode ser explicada como uma forma de alívio para algo que angustia, e que fica mais fácil de lidar ao ser nomeado, exatamente como no caso da cura xamânica discutida por Lévi-Strauss em “A Eficácia Simbólica” (1985a) e “O Feiticeiro e sua Magia” (1985b). No texto sobre a eficácia simbólica Lévi-Strauss trata de um ritual xamânico executado durante um processo de parto problemático. Para o autor, o ritual é repleto de símbolos que buscam produzir no inconsciente da parturiente um facilitador para o parto difícil. Segundo Lévi-Strauss, o ritual funciona como ajuda ao parto ao transformá-lo em uma encenação de caráter mitológico de grande importância para a parturiente. Esta encenação é traduzida pelo autor como uma simbologia, uma representação metafórica do estado da parturiente e de como ele deve alterar-se para que o parto ocorra sem mais problemas. Esta alteração do estado patológico se dá através da uma “manipulação psicológica” que ajuda a parturiente a colocar ordem nos fatos que lhe ocorrem, “tornar pensável uma situação dada inicialmente em

termos afetivos, e aceitáveis para o espírito as dores que o corpo se recusa a tolerar.” (1985a, p. 228)

Assim, a principal função do ritual é dar ao indivíduo “uma linguagem na qual podem exprimir imediatamente estados não-formulados de outro modo informuláveis” (idem). Neste sentido, o autor aproxima, em função, o xamanismo dos métodos terapêuticos da psicanálise comparando o método de ambas e a forma como estabelecem uma relação entre a mente consciente e inconsciente, entre fisiologia e psiquismo. Lévi-Strauss, contudo, indica quais são as importantes diferenças entre xamanismo e psicanálise. Na última ocorre a construção de um mito individual, enquanto que, na primeira, o que se passa é a adequação a um mito coletivo. Além disto, o papel do analista é de ouvinte (“auditor”), enquanto o papel do xamã é de orador. Mas em ambos os casos se estabelece uma narrativa mítica que coloca os processos narrados em perspectiva, dando-lhes nomes e explicando-os.

A transformação da "inquietação" original, típica da estrutura narrativa da trajetória dos atores analisados nesta tese, em uma "satisfação" que advém do encontro com uma teoria capaz de "encantar", pode ser pensada como um processo de nomeação de ordem semelhante ao descrito por Lévi-Strauss. A "inquietação" fala justamente de um sentimento difuso, diferente de uma preocupação ou revolta com algo específico, nomeável. Neste contexto, a importância de encontrar/fundar um grupo que pensa de maneira semelhante expressa a importância do código compartilhado como fonte de construção do sentido que alivia e apazigua. Sobretudo, sublinha-se que há afetos no encontro com uma ideia – noção que será explorada nas considerações finais.

5 A NOÇÃO DE VÍTIMA: VIOLÊNCIA E SOFRIMENTO

5.1 Apresentação

Nas narrativas analisadas a inquietação é o estado de espírito inicial que determina a trajetória de engajamento e em especial a sensibilidade criada para que o choque moral surta efeito. Assim, é importante iluminar o mecanismo que subjaz à inquietude. Ele está relacionado à eleição de certos sujeitos e seus problemas como dignos de compaixão, e por isso é preciso entender a dinâmica desta emoção. Além disto, há uma conexão entre a característica dos fenômenos ligados ao gênero e à sexualidade como dignos de receberem simpatia e compaixão e o discurso sobre eles ligado às técnicas de poder conforme descrito por Foucault.

A análise deste autor sobre os processos de individualização através de estratégias discursivas ajuda a entender a relação entre a noção de vítima e os sentimentos que levam ao engajamento como parte de um processo de racionalidade típico do ocidente, nos termos de Weber, e que diz respeito à instauração de transformações na maneira como se lida com a violência e suas vítimas. Para pensar a noção de vítima em relação com as categorias de violência e sofrimento, a análise figuracionista de Elias (1994) será apresentada como uma chave explicativa que coloca em evidência a relação entre a organização da sociedade e formas individuais de experimentar os sentimentos e de regular as relações entre os sujeitos.

5.2 Compaixão e Vitimização

Segundo Clark (1997), a compaixão depende do estabelecimento de uma relação de simpatia, determinada pela interação dos papéis de ‘simpatizante’ e ‘simpatizado’. Estes são papéis complementares e seguem regras de sentimento e de lógica social que oferecem um *script* que guia as pessoas na vida social, determinando as situações e relações apropriadas para se sentir, demonstrar e receber compaixão. Assim, a gramática da compaixão é parte do código moral de uma sociedade. É possível expressar compaixão de uma maneira mais “cínica”, puramente gramatical; ou de forma mais profunda, de sincronização dos sentimentos com as normas sociais.

Além disto, o papel do ‘simpatizado’ não é passivo, pois para Clark este papel envolve ‘deixas’ que convidam a compaixão dos outros. A própria natureza da compaixão exige que estas deixas não sejam frequentes nem óbvias demais a ponto de se tornarem autocomiseração ou fraqueza. Além disto, o ‘simpatizado’ reage à simpatia dos outros, podendo apreciar, ressentir-se ou odiar a compaixão que desperta. Assim, esta gramática determina quem pode sentir compaixão por quem, quem pode pedir compaixão, quando, como e onde, e se o sentimento pode ser aceito ou declinado. Para Clark, a simpatia é um importante elemento dos laços sociais:

Compaixão (...) entra em jogo na geração de laços sociais. Sem a cola social que a compaixão provê, os atores sociais seriam mais distantes uns dos outros e mais alienados da sociedade como um todo. A compaixão não é, evidentemente, a única cola social possível (...). Mas tanto dar quanto receber compaixão idealmente produz ‘energia emocional’ que as pessoas armazenam como ‘recursos’ e carregam com elas de um encontro a outro (Collins, 1987, 1999). Isto é, embora *dar* compaixão possa ser exaustivo, também pode energizar as pessoas ao atraí-las para fora de seus problemas ou ao dar a elas um sentimento de orgulho em seu altruísmo. Similarmente, *receber* compaixão pode ser degradante, mas também pode elevar alguém ou dar-lhe uma ‘nova chance’.²⁶ (CLARK, 1997, p. 17, tradução minha).

Assim, a combinação bem sucedida de dar e receber compaixão conecta as pessoas, construindo e fortalecendo laços sociais. A resolução também pode ser mal sucedida, criando (e, ao dar nome e caracterizar, mediando) conflitos e dissensos. Para Clark, sentir compaixão (ou sentir que se *deveria* sentir compaixão) acena para as fronteiras entre aqueles que merecem e evocam nossas dádivas emocionais e os que não evocam ou merecem nada. Assim, a compaixão tem um papel na localização entre o “nós” e o “eles”, um importante mediador da percepção de alteridade e da identidade de um grupo.

A compaixão também media laços de intimidade e cria obrigação e reciprocidade, e o modelo de análise de Clark é tributário da descrição do sistema sobre a dádiva elaborada por Mauss (2003). Para Mauss, desde as sociedades mais arcaicas “as trocas e contratos se fazem

²⁶ “Sympathy (...) plays a part in generating social bonds. Without the social glue that sympathy provides, social actors would be more distant from each other and more alienated from society as a whole. Sympathy is not, of course, the only possible type of social glue (...). But both giving sympathy and getting it ideally produce ‘emotional energy’ that people store as ‘resources’ and carry with them from one encounter to another (Collins, 1987, 1999). That is, although *giving* sympathy can be draining, it can also energize people by drawing them out of their own troubles or giving them a feeling of pride in their altruism. Similarly, *receiving* sympathy can be demeaning, but it can also give someone a lift or even a ‘new lease on life’.”

sob a forma de presentes, em teoria voluntários, na verdade obrigatoriamente dados e retribuídos” (MAUSS, 2003, p. 187). As sociedades ocidentais são também tributárias deste sistema em que a troca é um fenômeno social total, e “...a prestação total não implica somente a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõe duas outras igualmente importantes: obrigação de dar, de um lado, obrigação de receber, de outro.” (MAUSS, 2003, p. 201) Para Mauss, totais são os fenômenos que englobam todas as esferas sociais, que mobilizam toda a coletividade e todas as instituições. Desta forma, a troca possui três obrigações: dar, receber e retribuir. O caráter obrigatório da troca é percebido pela constatação de que a recusa a trocar corresponde a negar aliança entre as partes envolvidas. É necessário retribuir as dádivas, e esta obrigatoriedade da troca representa a relação entre aquele que dá e aquele que recebe. Ou seja, essa análise permite entender a dádiva como algo que cria vínculos, responsável pela construção de laços entre as pessoas.

Não participar deste sistema de troca implica perder prestígio, “de fato perder a alma: é perder realmente a ‘face’, a máscara de dança, o direito de encarnar um espírito, de usar um brasão, um totem, é realmente a *persona* que é assim posta em jogo...” (MAUSS, 2003, p. 244) Além disto, a dádiva manifesta e regula hierarquias, pois “dar é manifestar superioridade, é ser mais, mais elevado, *magister*; aceitar sem retribuir, ou sem retribuir mais, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidor, ser pequeno, ficar mais baixo (*minister*).” (MAUSS, 2003, p. 305). Clark segue o modelo de Mauss, parafraseando-o ao estabelecer as regras sobre quem pode se compadecer de quem:

A pessoa que recebe compaixão e faz algo para pagar de volta a obrigação transforma o doador original em receptor e sujeita ele ou ela. Se o novo receptor repaga, ele ou ela sujeita o novo doador, e assim por diante ad infinitum. (...) Desta forma, trocas de compaixão são parte de uma economia socioemocional – um sistema de distribuição de recursos valiosos porém imateriais – que liga os membros de grupos, comunidades e sociedades em redes de sentimentos recíprocos e interação.²⁷ (CLARK, 1997, p. 20, tradução minha).

Clark complementa que a compaixão geralmente conecta as pessoas de maneira assimétrica, da mesma forma que Mauss descreve o sistema da dádiva – por exemplo, um

²⁷ “A person who receives sympathy and does something to repay the obligation turns the original donor into a recipient and obligates him or her. If the new recipient repays, he or she obligates the new donor, and so on ad infinitum. (...) Thus, sympathy exchanges are part of a socioemotional economy – a system for distributing valuable but perhaps intangible resources – that links the members of groups, communities, and societies together in networks of reciprocal feeling and interaction.”

presente de valor excessivo no contexto de uma relação pode ser entendido como uma ofensa, pois ele pode não ser retribuível e colocar o presenteado em uma situação de dívida eterna. A troca de compaixão, bem como de presentes, descreve e encena as relações sociais – que podem ser assimétricas em termos de prestígio, status e poder.

Outra característica da compaixão, segundo Clark, é seu potencial dramatizador, catártico, que retira as pessoas do cotidiano, tornando mais fácil conformar-se a normas e promovendo o compromisso com um grupo. O ato em si de compadecimento pode produzir um bem para além do ato de compaixão:

Simpatizantes interpretam o infortúnio do simpatizado dentro de um contexto de noções culturais de justiça e injustiça, e eles interpretam o valor ou merecimento moral do simpatizado. Assim, ter compaixão pela miséria de outra pessoa é um ato de construção moral. É a pessoa culpada ou vítima? Ele ou ela merece afirmação e conforto, ou não? ²⁸ (CLARK, 1997, p. 22, tradução minha).

Assim, a posição que o ‘simpatizado’ e o ‘simpatizante’ em potencial ocupam de acordo com os códigos morais é fundamental para determinar se haverá ou não compaixão. A compaixão é um ato de construção da moralidade, e a capacidade de se compadecer ou não diz algo sobre a moral dos sujeitos. Da mesma forma, há sempre um julgamento acerca do merecimento do ‘simpatizado’. Vítimas de infortúnio, aqueles que se arrependem de seus erros, os inocentes punidos injustamente, etc., são todos mercedores legítimos de compaixão. A relação entre compaixão e código moral se estabelece através de um critério organizador baseado na responsabilidade, ou seja, se o simpatizado é culpado ou vítima de sua própria desgraça.

5.3 A noção de “vítima”

Sarti (2011) pensa a associação entre violência e sofrimento, questionando a construção social e histórica da noção de vítima e o alcance que essa figura adquire na sociedade contemporânea como uma forma de legitimação moral de demandas sociais, e ao redor da

²⁸ “Sympathizers interpret the sympathizee’s plight within the context of cultural notions of justice and injustice, and they interpret the sympathizee’s moral worth or deservingness. Thus, sympathizing with another person’s miseries is a morality-constructing act. Is the person at fault or a victim? Does he or she deserve affirmation and reprieve, or not?”

qual políticas públicas se articulam. Segundo a autora, este cenário de demandas é fortemente marcado por questões ligadas ao gênero e pela influência do feminismo, efetivamente se constituindo como parte do campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Sarti elege o campo da saúde mental, em especial a psiquiatria e o diagnóstico de *Transtorno de Estresse Pós-Traumático* (TEPT) como foco de sua reflexão. Para a autora, a entrada da questão da violência na área da saúde se “associa ao impacto social e político dos movimentos sociais de cunho identitário, a partir da construção de suas reivindicações como direitos.” (SARTI, 2011, p. 51) Sarti analisa a relação entre o campo dos direitos sexuais e reprodutivos, a área da saúde e o papel dos movimentos identitários na produção da categoria “vítima” da seguinte forma:

O impacto dos movimentos sociais de cunho identitário repercutiu nas esferas do Direito e da Saúde, que se articularam no processo de produção da vítima, fazendo com que o reconhecimento de um ato como violência e a atenção na área da saúde que daí decorre pressuponham a construção prévia de determinados grupos sociais, recortados por gênero e idade, como vulneráveis à violência, portanto como vítimas potenciais e detentores do direito a uma assistência específica, delimitando, assim, a abrangência do atendimento. (SARTI, 2011, p. 52).

Os sujeitos se enquadram na definição da categoria “vítima” por um perfil pré-estabelecido, e com base neste fato Sarti atenta para a possibilidade de não ser reconhecida a vulnerabilidade de grupos que não se encaixem no perfil. Esta indicação ajuda a problematizar o processo de construção social da violência, da (in)visibilidade dos sujeitos que deste processo participam, e em especial, da relação entre sofrimento e cuidado. Outro impacto significativo acarretado pela ação dos movimentos sociais de cunho identitário diz respeito à ampliação da dimensão da concepção de violência para além do plano privado e o aumento da visibilidade desta questão. Em termos de direitos, pautada pela percepção de necessidades estratégicas dos movimentos sociais identitários com vistas a incrementar sua visibilidade, a questão se coloca como uma reivindicação por direitos particulares. Para Sarti, isto pode implicar no “risco da cristalização de identidades particulares e do apagamento da tensão constitutiva da luta política por direitos em seu difícil equilíbrio entre o particular e o universal...” (SARTI, 2011, p. 53).

A autora identifica nestas questões um problema relativo à determinação cultural do que é um grupo discriminado e da delimitação das fronteiras entre os grupos, ou seja, como

uma questão de negociação de alteridades em que a associação das características da vítima (e do agressor) a um grupo social pode levar à essencialização. Nesse caso, fica obscurecida a dimensão relacional da violência através da fixação de identidades positivas (vítima) cuja alteridade se limita a um polo negativo (agressor). Apagam-se as ambiguidades, que podem resultar na alocação de um papel meramente passivo às vítimas sem que se considerem as relações intersubjetivas ou de configurações sociais.

Ao pensar as formas como a sociedade lida com a violência, no contexto das ações coletivas e políticas públicas voltadas às vítimas, Sarti problematiza então a produção da pessoa como vítima, abarcando a perspectiva e os modos de agência dos atores envolvidos neste processo: “Dentro da problemática do sofrimento associado à violência, a construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade”. (SARTI, 2011, p. 54).

Sarti localiza historicamente o alargamento do espaço social ocupado pela vítima nas sociedades ocidentais contemporâneas na emergência por anseios democráticos e de justiça, dentro do contexto da consolidação dos direitos civis, sociais e políticos de cidadania remetidos à responsabilidade social pelo sofrimento (seja de origem humana como no caso de guerras; ou naturais, como no caso de catástrofes). Para a autora, vítima é uma categoria histórica cujo significado é definido contextualmente, “na dinâmica dos deslocamentos de lugares que marca as relações intersubjetivas, situadas em estruturas sociais de poder no interior das quais os conflitos são negociados.” (SARTI, 2011, p. 54). Neste sentido, para Sarti (como também concluiu Clark e igualmente inspirada em Mauss), o reconhecimento do papel de vítima diz respeito a uma gramática moral da sociedade e à percepção subjetiva dos sujeitos sobre si mesmos.

Sarti localiza ainda a origem da noção contemporânea de vítima nas políticas de reparação frente às atrocidades das experiências de guerra e dos regimes totalitários e autoritários, em especial ligadas ao Holocausto e, no Brasil, à Ditadura Militar. Neste contexto Sarti indica que a noção de vítima se insere na internacionalização do combate à violência ao inscrever-se na categoria de ‘crimes contra a humanidade’. Para a autora, a noção de vítima “configura, assim, uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzem ou são

produzidos como tal, conferindo legitimidade moral à suas reivindicações” (SARTI, 2011, p. 54)

Contudo, ancorada no estudo de Eliacheff & Larivière (2007), Sarti explica que a noção contemporânea de vítima passa por um processo de redefinição de seu estatuto através da psiquiatria contemporânea, com o diagnóstico do *Transtorno de Estresse Pós-Traumático* (TEPT) e as formas de seu tratamento. Sarti dialoga com o trabalho de Russo & Venâncio (2006), que analisaram a relação dos saberes psiquiátricos com a concepção moderna de pessoa. Criada num importante contexto de reorientação epistemológica da psiquiatria, que se afasta da forte influência psicanalítica que a marcou desde a primeira metade do século XX, a categoria diagnóstica de TEPT representa um esforço de afastamento de uma concepção moral da doença mental, instaurando uma interpretação por um viés estritamente fisicalista numa vertente que é conhecida como “psiquiatria biológica”. A maior manifestação desta re-orientação psiquiátrica pode ser verificada nas transformações por que passou, na década de 1980, o Manual Diagnóstico Estatístico (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria, responsável por estabelecer a norma das classificações psiquiátricas nos EUA, mas também de grande difusão internacional, uma vez que adotado pela Classificação Internacional das Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS). As edições do DSM, a partir desta “virada biológica” da psiquiatria, estabeleceram um padrão conceitual diferente para a classificação das doenças mentais que se propunha “a-teórica”, objetiva e científica, que pretendia ser puramente descritiva, abandonando as classificações que se referissem a qualquer tipo de etiologia. Passa-se, então, a interpretar como fruto de um desarranjo do corpo, especificamente do sistema nervoso, o que antes era localizado no plano psicológico. Sarti sintetiza:

Opera-se uma reconfiguração da concepção de pessoa, na qual se inscreve seu sofrimento. A análise dessa ‘voga biológica’ e de seu impacto no ‘mundo psi’ aponta para as formas em que emoção e sofrimento estão circunscritos na contemporaneidade pelos saberes que os reivindicam como objeto de verdade. (SARTI, 2011, p. 55).

Assim, o esforço da psiquiatria de consolidação e reconhecimento da categoria diagnóstica de TEPT implicou numa ferramenta para a identificação e qualificação da vítima. Para Sarti, a noção então se universaliza, estendendo-se inclusive para formas de trauma de diferentes ordens e para além da dimensão de violência. Para Eliacheff &

Larivière, com quem Sarti dialoga, o estabelecimento do diagnóstico de TEPT legitima moralmente a categoria social ‘vítima’, além de levar ao:

esvaziamento do sentido histórico e contextual da figura da vítima, por sua aplicação irrestrita a qualquer tipo de vítima de violência, direta ou indiretamente, identificada pelos sintomas de ‘estresse’, independentemente do lugar ocupado pelo sujeito no evento traumático, seja como vítima ou testemunha (ou, mesmo, algoz!) (SARTI, 2011, p. 55).

Segundo a leitura de Sarti, que concorda com autores da área da saúde como Koltai (2002), a categoria vítima pode mesmo tornar-se representação dominante da subjetividade contemporânea, num tipo de sociedade que Koltai define como de “reparação generalizada”. Ainda segundo a autora, Fassin e Rechtman (2002) pensam a vítima como parte do processo de emergência de uma nova subjetividade política. Aproximando-se da área antropológica, Sarti comenta a síntese bibliográfica de Truchon (2007) sobre a emergência da figura das vítimas nas sociedades democráticas como um elemento revelador destes contextos histórico-culturais. Também em diálogo com Eliacheff & Larivière, Truchon analisa a ascensão da “vítima como herói contemporâneo” (SARTI, 2011, p. 55). Essa importância narrativa da vitimização envolve transformações na forma de conceber o sofrimento, que acarretam uma mudança no estatuto daqueles que o experimentam através da passagem da sua caracterização negativa ancorada na dimensão da vergonha para o seu reconhecimento através da noção de trauma. Este processo, segundo a síntese que Sarti faz dos autores que o analisaram, implica na convergência entre especialistas da psicologia e da psiquiatria e os movimentos sociais, bem como na transformação das categorias psiquiátricas em categorias morais sobre os sujeitos, que passam então a determinar as formas de sofrimento através do modelo médico. Segundo Sarti:

Se a violência produz inquestionavelmente vítimas e elas têm o direito legítimo à reparação, a questão está em localizar a figura da vítima na lógica social que a engendra, indagando sobre os agentes envolvidos e a gramática dos conflitos que fundamentam sua construção e problematizando os usos que a noção de vítima enseja como forma de legitimação moral de demandas sociais e políticas. (SARTI, 2011, p. 56).

No sentido de ampliar o escopo de análise para além de perspectivas possivelmente objetivantes da biologia e do campo psi, Sarti considera que a perspectiva antropológica

oferece a etnografia como estratégia analítica capaz de colocar as relações e o olhar para a totalidade em evidência na relação entre sofrimento e violência, pensando as formas sociais que este fenômeno adquiriu e suas fronteiras para problematizá-las. Para a autora, este projeto se realiza através de uma referência ao sistema simbólico, inscrita numa perspectiva de estranhamento dos sentidos atribuídos ao sofrimento e à violência para além da demarcação empírica que delimita o objeto e o reifica nas categorias com as quais a sociedade o entende.

Para Sarti, a perspectiva antropológica é tributária de Marcel Mauss e da Escola Sociológica Francesa ao pensar o corpo e os sentimentos como construções simbólicas que ganham significado na relação de ordenação cultural do indivíduo com o mundo social. Na temática do sofrimento, assim como indicou Clark ao pensar a compaixão, a inspiração maussiana faz pensar numa gramática que descreve alteridades, determinando quem pode ser vítima. Nas palavras de Sarti:

A forma de manifestação do sofrimento precisa fazer sentido para o outro. Assim, não apenas sentir, mas expressar a dor e o sofrimento supõe códigos culturais que sancionam as formas de manifestação dos sentimentos. Vivenciados e expressos mediante formas instituídas, os sentimentos tornam-se socialmente instituídos. Constituem uma linguagem (...). Nessa perspectiva, a figura da vítima constitui uma forma socialmente inteligível de expressar o sofrimento associado à violência, legitimando demandas e ações sociais de reparação e cuidado. (SARTI, 2011, p. 56-7).

Para Sarti o sofrimento coloca em jogo um questionamento sobre a relação do indivíduo com o mundo e o seu lugar nele (LE BRETON, 1995 apud SARTI, 2011), e a violência remete a uma discussão que diz respeito ao golpe moral associado à dor do sofrimento que ela causa. A experiência do sofrimento revela justamente uma:

tensão, de ordem moral, entre a dimensão subjetiva do sofrimento e as (im)possibilidades sociais de sua expressão. A expressão do sofrimento associado à violência não se separa dos constrangimentos que a provocaram, precisamente porque a violência se constitui em avesso da possibilidade de comunicação. (SARTI, 2011, p. 57).

Embora a experiência da violência seja – no momento em que ocorre – uma agressão simbólica de difícil elaboração (e comunicação), sua dor pode ser posteriormente

resignificada como trauma. Este processo evidencia os contextos da violência e os discursos dos sujeitos cujos aspectos subjetivos e relações sociopolíticas estão em jogo no embate entre o que é silenciado ou comunicado sobre esta experiência. Para Sarti, no exame deste processo o papel da análise sobre a memória e o testemunho se torna preponderante, por um lado. E por outro, reconhecer o discurso sobre violência como um processo de individualização (DURKHEIM, 1989 apud SARTI, 2011) que diz respeito à emergência de questões ligadas ao direito, que associou a noção de vítima à de direitos ao nomear a violência, processo que também envolveu a qualificação e definição destas noções. Sarti lembra que a presença disseminada de formas de violência revela sua multiplicidade, e neste sentido, evidencia seu caráter relacional e contextual, subjacente a lógicas culturais diversas de sua qualificação. Revela-se então como fundamental a abordagem que não essencializa a violência, que não projeta uma lógica específica nos esforços de combate a ela. Para tal serve a perspectiva antropológica que define a violência com referência ao sistema simbólico que a qualifica, que dá a possibilidade de sua elaboração, e que reconhece que estes processos são “tanto da ordem política, por dizer respeito à configuração do poder na sociedade, como cultural, por se inscrever na ordem simbólica.” (SARTI, 2011, p. 58)

As considerações de Sarti sobre a violência podem ser complementadas por Oliveira (2008), que considera a dimensão moral o cerne da agressão. O autor de fato questiona se é possível falar em violência quando não há agressão moral, e embora o caráter moral seja essencialmente simbólico e imaterial, na ausência da violência moral a violência física pode nem mesmo ser simbolicamente registrada como tal. Neste sentido, tem grande importância o significado moral da agressão. Oliveira dialoga como o sistema judiciário, estudando os atos de desrespeito à cidadania que escapam à linguagem dos direitos *stricto sensu*, para as quais sugere a noção de insulto moral, caracterizado por um tipo de agressão objetiva que não pode ser traduzida em evidências materiais e que implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro. O insulto moral “está frequentemente associado à dimensão dos sentimentos, cuja expressão desempenha um papel importante em sua visibilidade.” (OLIVEIRA, 2008, p. 136).

A partir da dicotomia consideração/desconsideração, Oliveira analisa materiais etnográficos a partir do ressentimento ou indignação como características que constituem a

percepção de um insulto. O autor chama atenção de que “a dimensão moral dos direitos é totalmente descartada de qualquer avaliação, e relações entre pessoas, portadoras de identidade, são pensadas como relações entre coisas ou autômatos com interesses e direitos prescritos, mas sem sentimentos, autonomia ou criatividade.” (OLIVEIRA, 2008, p. 141).

Um dos casos relatados por Oliveira, extraído do trabalho de Simião (2005), é o da “invenção da violência doméstica” no Timor Leste, em que bater nos filhos ou no cônjuge (para ambos os sexos) tem tradicionalmente uma forte conotação pedagógica nas relações privadas, desde que com moderação. Neste contexto, a entrada das ONGs e organismos internacionais representa um esforço para alterar estas concepções, especialmente através da criminalização da violência doméstica, às vezes sem se preocupar com mediações necessárias do discurso à cultura local e inviabilizando os procedimentos tradicionais de equacionamento neste tipo de conflito. Assim, a agressão física do passado passa de um ato pedagógico legítimo a um ato de violência recriminado socialmente e seu conteúdo visto como uma agressão à identidade da vítima. Para Oliveira:

Enquanto o bater tinha uma justificativa moral e o sofrimento da vítima era essencialmente físico, a prática era não só aceita, mas também defendida por homens e mulheres, que se limitavam a criticar os excessos. Não obstante, quando o bater se constitui numa nova forma de agressão, dirigida à pessoa da vítima e representada como um desrespeito ou negação de sua identidade como pessoa moral, a agressão ganha ares de ‘violência doméstica’ e passa a ser intolerável. (OLIVEIRA, 2008, p. 143).

Para ilustrar este processo Oliveira narra o caso, registrado por Simião, de uma mulher que por onze anos apanhara do marido sem que isso fosse um problema na relação, até que ela tem contato com o discurso sobre a violência doméstica e decide pedir o divórcio, explicando-o pelo fato de que agora ela tinha vergonha de apanhar do marido. Oliveira analisa a situação da seguinte forma:

Se a dor física havia sido plenamente suportável durante anos, a vergonha e a humilhação eram intoleráveis. Não se trata de justificar a agressão física sob qualquer ângulo, mas de distinguir analiticamente as dimensões física e moral da agressão, sem deixar de atribuir a esta última uma precedência conceitual da definição dos atos de violência. Não só devido à dramaticidade das consequências objetivas a ela associadas, mas também por encontrar respaldo na experiência dos atores que, convincentemente, identificam na agressão moral uma contundência singular, totalmente ausente dos atos de agressão física em sentido estrito. (OLIVEIRA, 2008, p. 144).

5.4 A categoria “vítima” como figura da modernidade

Esta seção apresenta algumas considerações analíticas que tomam por base uma aproximação das obras de Elias e Foucault para alargar a análise, introduzida por Sarti, sobre o papel da noção de vítima na contemporaneidade. Sobre a correlação entre a pertinência da categoria vítima para a análise dos processos instaurados na modernidade, Sarti (2011) comenta em nota:

A conhecida formulação de Foucault (1977), que contrapõe à ‘hipótese repressiva’ a produção de discursos que circunscrevem o que pode ou não ser dito sobre a sexualidade, mantém-se como referência para pensar o problema da vítima como uma forma socialmente construída de circunscrever o sofrimento associado à violência. A vítima, assim, inscreve-se no discurso produzido sobre a violência na contemporaneidade. (SARTI, 2011, p. 57, nota 8 op.cit.)

5.4.1 A figuração na análise sobre o processo civilizador de Elias

Através da análise de manuais de etiqueta, Elias (1994) traça a construção do constrangimento e da vergonha, centrais para a instauração do que ele denomina autocontrole no processo de transformação comportamental instaurado pelo que ele chama de “processo civilizador”. Sua análise é figuracional, ou seja, aborda a maneira como as ações individuais se entrelaçam de forma dinâmica em um recorte de perspectiva de longa duração. Segundo o autor, o processo civilizador diz respeito a uma mudança nos padrões de comportamento e vida afetiva, um processo de transformação das sensibilidades que é central para a instauração de um autocontrole e que marca uma modificação nos comportamentos que se torna princípio organizador de uma classe social, a burguesia, em seu esforço de diferenciação da classe dominante até então, a aristocracia absolutista. Para tal Elias delinea o fenômeno histórico da construção da distinção e do prestígio através do adensamento das instituições e dos elos de interligação entre os indivíduos, tecendo uma análise das mudanças de estrutura social no comportamento individual que produzem uma concepção própria de pessoa.

O processo descrito pelo autor é gestado sem que haja um grupo responsável e, portanto, não possui um marco zero. Para Elias, é da interdependência das pessoas que surge uma ordem social específica, mais forte e mais irresistível e que é mais que a simples soma da vontade e da razão destas pessoas. É dessa ordem social, entrelaçamento de forças, que surge a mudança histórica, à qual subjaz o processo civilizador. Elias liga, desta forma, estrutura da personalidade com estrutura da sociedade. Segundo ele, não se deve tomar os costumes

“bárbaros” sob o nosso ponto de vista exclusivo, mas sob um padrão que corresponde a uma estrutura social bem definida e que os determina. A personalidade “civilizada” refere-se a mudanças específicas de como as pessoas se “prendem” umas às outras; ou seja, do nível de diferenciação das funções sociais.

Mas fosse consciente ou inconscientemente, a direção dessa transformação da conduta, sob a forma de uma regulação crescentemente diferenciada de impulsos, era determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência nas quais, direta ou indiretamente, cada impulso, cada ação do indivíduo tornavam-se integrados. (ELIAS, 1993, p. 196).

Quanto mais diferenciadas e, portanto, maior o número de funções, maior a interdependência entre os indivíduos. A coordenação das diversas condutas exige uma organização mais rigorosa e precisa da teia de ações, e os indivíduos necessitam regular mais intensamente sua ação individual. Para Elias esta regulação não é apenas consciente, uma vez que dada a complexidade e extensão da teia de ações na sociedade moderna, estabeleceu-se um “aparelho automático de autocontrole”, cujos mecanismos funcionam prevenindo transgressões através de uma “muralha de medos”.

Contudo, para Elias, a constituição psicológica conhecida como “civilização” é mais que a mera divisão de funções. Embora seja verdade que uma menor diferenciação corresponda a um menor autocontrole, uma sociedade com maior diferenciação necessita de um monopólio da força e regulação da violência, para que os indivíduos possam exercer um maior autocontrole. Por isso, concomitante à diversificação da trama de funções, ocorre a total reorganização do tecido social. Junto com o autocontrole individual se desenvolve concomitantemente o poder do Estado e seu monopólio da violência, que antes era usufruída por uma parcela maior dos indivíduos. Nas palavras de Elias:

A estabilidade peculiar do aparato de autocontrole mental que emerge como traço decisivo, embutido nos hábitos de todo ser humano ‘civilizado’, mantém a relação mais estreita possível com a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. (ELIAS, 1993, p. 197).

O monopólio da força é uma questão importante no processo civilizador, e diz respeito à formulação do autocontrole que é necessário inculcar no “homem civilizado”. Na sociedade de Estado os espaços sociais são normalmente livres da violência física, que se encontra no controle de certos grupos de especialistas, habitualmente excluída da vida dos demais. É um sumo contraste com uma sociedade feudal, onde é permitido o livre exercício da força por

aqueles que são fisicamente mais fortes. Na sociedade de Estado este livre exercício está proibido. E para Elias “as sociedades sem um monopólio estável da força são sempre aquelas em que a divisão de funções é relativamente pequena, e relativamente curtas as cadeias de ações que ligam os indivíduos entre si.” (ELIAS, 1993, p. 198).

Elias comenta a transformação da nobreza de uma classe de cavaleiros para cortesãos, sendo esta transformação um processo de “aplainamento” da vida afetiva e contenção do uso da violência. Elias começa com a descrição do cenário onde o nobre guerreiro feudal se encontra numa sociedade “na qual a violência era um fato inescapável e de ocorrência diária, e as cadeias de interdependência do indivíduo tinham pequena extensão, (...) a intensa e constante moderação das pulsões e afetos não era necessária, possível nem útil.” (ELIAS, 1993, p. 199) A violência e a destruição faziam parte do cálculo lógico da vida, eram de fato imprescindíveis a ela, não apenas na vida da classe superior guerreira, mas também na de outros.

Anteriormente, na sociedade guerreira, o indivíduo podia empregar violência física, se fosse forte e poderoso o suficiente; podia satisfazer abertamente suas inclinações em muitas direções que, mais tarde, foram fechadas por proibições sociais. Mas pagava, por essa maior oportunidade de prazer direto, com uma possibilidade maior de medo direto e claro. As concepções medievais de inferno, aliás, dão-nos uma ideia de como era forte esse medo que um homem inspirava em outro. Alegria e dor eram liberadas mais aberta e livremente. Mas o indivíduo tornava-se sua presa, jogado de um lado para o outro tanto por seus sentimentos quanto pelas forças da natureza. Tinha menos controle de suas paixões. Era mais controlado por elas. (ELIAS, 1993, p. 202)

Assim, na figuração moderna existe alta interdependência entre os sujeitos, há grande autocontrole assimilado por cada indivíduo, o que leva a um maior aplainamento das emoções, o que só pode ser possível graças ao monopólio do uso da violência pelo Estado. Subjetivamente, esta figuração representa ainda uma maior sensibilidade à agressão, uma vez que a violência está excluída do cotidiano da maioria dos cidadãos, que não estão habituados a ela.

É neste contexto que emerge a importante noção de “vítima” como uma categoria que ajuda a expressar e qualificar a relação dos sujeitos com o sofrimento e a dor advinda da violência, como foi explicitado no trabalho de Sarti. Além disto, como indicou Oliveira, essa agressão sequer precisa ser física, pois o que importa é sempre sua representação simbólica.

5.4.2 O poder e o monopólio da violência na obra de Foucault

Para complementar as formulações acerca da transformação que sofreu o uso da violência na sociedade ocidental indicada por Elias, é útil voltarmos a Foucault (2001) em sua análise sobre as formas de poder. Foucault analisa a transição entre dois modos de organização social e suas respectivas maneiras de lidar com o emprego da violência. Uma delas é o poder soberano, que possui a forma do suplício, das grandes cerimônias expositivas (como o enforcamento) onde a performance da extensão do poder é o foco primário. Nesse caso o poder se enunciava, era publicizado o tempo todo e para o autor é exemplarmente representado pelo gládio e pelo suplício. A outra é a forma de poder disciplinar, pedagógico, que possui o modelo dos reformatórios e das prisões. É uma forma de soberania de um ente coletivo, não tem uma instituição única que seja exemplar. É um poder múltiplo, que não é percebido porque não tem forma enunciada.

Assim, para Foucault a forma de poder soberano era fundada no arbítrio sobre a morte, na disposição sobre os bens, riquezas e terras. Era exercido na descontinuidade dos antigos sistemas de tributos e na exemplificação propiciada pelo terror dos atos de suplício e das condenações sumárias. Foucault argumenta que o privilégio do poder soberano, o direito de vida e de morte, deriva do poder do *patria potestas* romano – poder de dispor da vida porque a havia dado. É um direito de causar a morte ou de deixar viver. Em contraposição, articula-se uma forma de poder voltada não mais para a morte e sim para a vida. Um poder disciplinar que diversamente ao soberano, não se organizou a partir do direito de vida e de morte, do exercício de um “fazer morrer e deixar viver.” Em sua ordenação moderna, o poder ocupa-se não da morte, e sim da vida. Trata-se, nesse sentido, da tomada de mãos da vida pelo poder: o poder investe sobre o homem como ser vivo, numa espécie de “estatização” do corpo biológico. Para Foucault esta forma de poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII em dois polos: o corpo como máquina, constituindo uma anátomo-política do corpo humano; e o corpo como espécie, constituindo uma biopolítica da população. São características de um poder “cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo.” (FOUCAULT, 2001, p. 131)

A partir desta modificação os processos da vida são levados em conta por procedimentos de saber e poder: o biológico reflete-se no político, cai no campo do controle do saber e de intervenção do poder. É uma administração dos corpos e uma gestão calculista

da vida, em que a espécie humana entra como algo em jogo em suas próprias estratégias e a lei funciona como norma integrando-se aos aparelhos de funções reguladoras. Para o autor, “uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida.” (Foucault, 2001, p. 135). É no momento em que a vida e sua gestão caem no campo do exercício do poder, num campo de racionalidade, que ocorre a passagem de uma forma de poder soberano para o poder disciplinar. O primeiro é regido pela lógica do jurídico-discursivo, pela lei, pelo direito de morte, pelo gládio; o outro pela gestão da vida, pelo controle dos corpos e pela normatização da conduta.

O direito de vida e morte é sempre assimétrico, em todas as formas de poder. Enquanto na sociedade cujo poder é soberano a morte é a forma de acesso ao corpo mais radical, este acesso é limitado apenas aos casos extremos. De qualquer maneira, o uso da violência é em última instância efetivo porque é uma ameaça. Na sociedade moderna o poder conta com a prerrogativa de expor a vida, ainda que sua razão de ser e sua lógica de exercício tornem mais difícil a aplicação da pena de morte, uma vez que ele se constitui pelo acesso constante que possui sobre o corpo vivo:

Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte. [...] Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação [...]. (FOUCAULT, 2001, p. 130).

Foucault complementa:

Este [o poder] não estará mais somente às voltas com sujeitos de direito sobre os quais seu último acesso é a morte, porém com seres vivos, e o império que poderá exercer sobre eles deverá situar-se no nível da própria vida; é o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo. (FOUCAULT, 2001, p. 134).

Foucault trabalha em sua obra o eixo individualizante que diz respeito à emergência dos sujeitos modernos. O poder, em sua natureza afirmativa e constitutiva, não se exerceria como repressão de atos e fatos, mas como governo das subjetividades, produção do humano concretizada principalmente através dos dispositivos disciplinares. Como exemplo pode-se observar sua análise sobre a sexualidade: o autor vê neste dispositivo um dos elementos mais estratégicos e de maior instrumentalidade nas relações do biopoder. Isto ocorre porque a sexualidade possibilita a inter-relação entre verdade, sexo e poder, e justamente por isso e por seus efeitos procriadores torna-se objeto de regulamentação biopolítica, que afetam

processos biológicos amplos relacionados à população. Tais dispositivos relacionam-se a um conjunto de operações e procedimentos que delimitam as junções entre saber e poder forjando a individualização e objetivação do sujeito. Assim, pode-se dizer que a constituição do indivíduo moderno ocorreu através de sua disciplinarização.

Veremos na próxima seção como as análises de Elias e Foucault podem ser combinadas para pensar as relações entre subjetividade, o uso da violência e a estrutura de organização do poder na modernidade, indicando uma possibilidade de análise da gramaticalidade da categoria “vítima” neste contexto acerca da regulação dos discursos subjetivos sobre as experiências de sujeição à violência. Estes discursos podem ser pensados como estratégias empregadas pelo poder para controlar sujeitos e populações que se encaixam nas descrições dos mecanismos do biopoder.

5.5 Cruzamentos analíticos

De particular interesse para a análise da questão da vitimização são as considerações de Foucault sobre o monopólio da força física e da violência na configuração da sociedade e dos indivíduos, e principalmente suas considerações sobre o exercício do poder e sua interface com o domínio da vida e da morte, ou seja, a relação entre o monopólio do direito de morte e a organização, ou distribuição, do poder na sociedade. É na complexificação das relações individuais descrita por Elias, na diversificação das funções e no estreitamento da interdependência das ações, que se pode localizar também o processo descrito por Foucault em que a prerrogativa do direito de morte se transforma num cálculo político que leva em conta a manutenção do corpo e da vida da espécie e do indivíduo. É na instância do processo de civilização dos costumes e dos afetos que o poder disciplinar vai normatizar as condutas, domar os corpos e a subjetividade dos sujeitos. Na verdade, é na própria constituição dos sujeitos que o poder age, e deste processo não se escapa, pois segundo Foucault o poder disciplinar extravasa o Estado e seus aparelhos. Assim, constitui indivíduos afeitos ao convívio exigido por uma sociedade cuja interdependência e complexidade das ações humanas necessita que o livre exercício da força e da violência seja confiscado pelas instituições estatais.

E não são apenas cadeias longas a ligar os indivíduos na divisão das funções que regulam o exercício da violência. Em outro texto, Elias (1986) explora o desporto como uma

forma de canalização sancionada da pulsão violenta no ser humano, uma maneira de dar vazão à competitividade e à agressividade de forma controlada e regrada. Mas o ponto analítico realmente interessante levantado por Elias é como o público que assiste à disputa esportiva está, também, de alguma forma satisfazendo seus impulsos agressivos, mesmo que seja pela delegação do êxtase ao outro através da satisfação catártica da vitória que ele conquista, numa forma de vivência vicária da experiência esportiva. Aliás, é possível depreender do texto de Elias que este tipo de delegação ocorre também na política, através do representante empossado, e que a própria ‘arena política’ é um revestimento, com camadas de civilidade, dos impulsos agressivos que caracterizam a guerra por poder. Assim a disputa política pode ser entendida como uma competição amigável (“esportiva”, “civilizada”), em essência regrada, pelo poder²⁹. O desenvolvimento do esporte e de outras atividades competitivas seria assim um passo do processo civilizador, bem como a transformação do guerreiro em cortesão, através da introjeção do autocontrole individual e da submissão dos sentimentos e ações a uma regulação.

A partir da obra de Elias é possível pensar sobre o tipo de figuração que causa um determinado efeito subjetivo específico, e sobre quais espaços e ações os indivíduos precisam recorrer para legitimar sua autoestima. A noção de vítima pode ser pensada assim como elemento da figuração moderna, nos termos de Elias. Uma forma de administrar o sofrimento de forma discursiva, que cria sujeitos e identidades. Este discurso acerca da vítima envolve certo distanciamento entre a experiência visceral sobre a qual se deve sentir empatia através da sua alocação em uma categoria mais abstrata, associada a noções de cidadania, ou seja, das relações entre pessoas jurídicas, baseadas no direito. Assim, o sofrimento associado à violência se expressa através das narrativas das tragédias de sofrimento alheio. É justamente esta técnica discursiva que adquire eficiência com o avanço da figuração típica de uma sociedade de indivíduos identificada por Elias. Por meio da categoria contemporânea de “vítima”, o sofrimento pode ser percebido através das cadeias longas de interligação entre os indivíduos e a despeito da copresença durante a própria situação de violência. E mais, a transmissão do apelo por compaixão passa a ser extremamente apropriada, dando-se narrativamente através da dramatização do sofrimento e da assimilação de uma identidade de vítima aos sujeitos (e especialmente através da categoria trauma, como apontado por Sarti).

²⁹ O mesmo modelo de delegação está presente no aparato de monopolização da violência e uso da força apenas por algumas instituições.

Neste sentido, a emergência do papel de vítima faz parte dos processos de individualização em que características comportamentais passam a ingressar crucialmente e a dar sentido à história de vida dos sujeitos, num processo semelhante à submissão dos indivíduos à sua sexualidade como narrado por Foucault.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma bibliografia da antropologia das emoções que explora o papel dos sentimentos na esfera pública e a origem do engajamento político, explorada no capítulo 1, esta tese analisou entrevistas com atores de destaque no cenário latino americano dos direitos sexuais, cujos limites e definições foram traçados no capítulo 2. O recorte de entrevistas brasileiras que é utilizado na análise foi apresentado no capítulo 3, bem como os fundamentos teórico-metodológicos que orientaram esta análise. O capítulo 4 apresentou estas entrevistas, selecionando trechos das narrativas acerca das trajetórias profissionais destes atores, englobando suas principais influências em termos de linhas teóricas, marcos históricos, pessoais e institucionais.

Como indicado pela bibliografia com a qual esta tese dialoga, os sentimentos são uma chave explicativa importante para entender os mecanismos de engajamento em causas sociais. Como as entrevistas analisadas foram feitas com atores do campo de direitos sexuais, o engajamento de que se fala fica no entrecruzamento de questões LGBT, AIDS e feminismo (campos políticos que se articulam também na academia). A análise destas narrativas teve como foco a noção de “choque moral” – um momento na trajetória de um indivíduo ligado a uma insatisfação pessoal com questões sociais que o leva a uma reavaliação de suas perspectivas de vida e que o conduz para uma tomada de iniciativa para sanar sua insatisfação. O “choque moral” é uma porta para uma epifania.

Segundo a análise sugerida pelos autores de *Passionate Politics*, a percepção de questões sociais como problemas inquietantes é um processo racional, cognitivo; mas por si só não explica o engajamento. Assim, é preciso entender as emoções que permanecem subjacentes a este processo. No caso das entrevistas analisadas, a hipótese aqui explorada é a de que a narrativa sobre o que leva um indivíduo a se engajar na área de direitos sexuais vem de um sentimento de inquietude diante de desigualdades determinadas por questões de gênero e sexualidade, e uma concomitante satisfação com tomar conhecimento de formas de entender – de nomear – estas desigualdades e de se envolver em iniciativas para saná-las. Subjacente a estas emoções estaria uma gramática da compaixão que se associa às representações predominantes em nossa sociedade sobre o papel de vítima, cujas características foram exploradas no capítulo 5.

A gramática da compaixão é um elemento importante para entender a inquietude identificada na origem do engajamento das narrativas analisadas, e em especial para recolocá-la numa perspectiva macropolítica. As figuras da mulher e das sexualidades desviantes como objetos de controle normativo têm uma ligação direta com a forma de organização do poder na nossa sociedade. Estas figuras se constituíram discursivamente no século XIX através especialmente dos saberes médicos e jurídicos, que caracterizaram estes sujeitos como alvos primários de tutela e censura, mas também potencialmente como vítimas dignas de compaixão. Este sentimento passou a ser uma forma discursiva legítima para controlar estas figuras.

Em outras palavras, os discursos sobre elas são uma aproximação com um exercício do poder que tem como uma de suas formas tradicionalmente legitimadas a compaixão por estas “vítimas”. De fato, nas narrativas de trajetórias de engajamento analisadas a satisfação encontrada na mobilização em direção aos temas ligados à questão da mulher e da crítica à heteronormatividade é um importante elemento. Essa satisfação pode ser entendida como uma forma de empoderamento, e a percepção destas figuras como objetos de compaixão é um elemento decorrente do poder discursivo que se exerce sobre elas. A compaixão que elas inspiram, porquanto seu papel de vítimas nos discursos políticos sobre estes sujeitos, é a causa da inquietude que pode ser atestada nas narrativas e que origina o engajamento, pois é a compaixão que media a relação moral do indivíduo com problemas sociais. Embora esta relação se dê de forma subjetiva, ela é regida por uma gramática social baseada na sensibilidade moral a determinadas formas de vitimização.

A estreita relação entre as sexualidades desviantes, o sexo feminino e a vitimização pode ser entendida como um aspecto relacionado ao processo de medicalização descrito por Foucault (2001), como explorado no capítulo 5. A medicalização da sexualidade, ao englobar com seu discurso científico comportamentos até então caracterizados como pecado ou imoralidade, possibilitou que uma nova gramática da compaixão médica, em parte herdeira da compaixão cristã pelo pecador sodomita, tomasse conta do discurso sobre estas “vítimas de sua própria natureza” que eram os homossexuais³⁰.

³⁰ E demais minorias sexuais agrupadas, em diferentes instâncias, sob o guarda-chuva da não-heteronormatividade.

Essa relação também abarca a mulher, pois, segundo Foucault, ela é a principal aliada do médico junto à família na disseminação do dispositivo de sexualidade. Além disto, ela também é uma “vítima de sua própria natureza”, inferior à masculina. Assim, a mulher é também um importante objeto da explosão discursiva que ocorre através do processo de medicalização, pois a figura feminina foi encoberta com discursos legítimos sobre seu corpo, sua sexualidade, suas emoções; e através dela também a família. Estes discursos atribuem à mulher um status inferior e desviante (em relação ao homem), que evoca compaixão e tutela.

O discurso científico de meados do século XIX também era marcado pela ideia de degeneração que, herdada ou adquirida, marcava pessoas como alvo de compaixão, ou mais comumente, desprezo e iniciativas de higienização. Ao mesmo tempo, estes desviantes “degenerados” eram também alvo de certo fascínio, pois eram escrutinados com curiosidade mórbida, não totalmente dissimilar do tipo de compaixão apática que se tem pelos monstros e aberrações. Contudo, este ainda não é o momento em que ocorre a caracterização destes sujeitos como vítimas, pelo menos enquanto a categoria política que reconhecemos hoje.

De fato, o modelo dos personagens de sexualidade desviante como vítimas tem origem dupla, pois é possível identificar duas percepções que determinaram seu status. Uma, de que estes sujeitos eram doentes (passíveis, às vezes, de serem tratados), vítimas de um distúrbio que foi ora entendido como fisiológico, ora como psicológico (e que era ainda marcado pelo discurso da moralidade herdado do período anterior ao recobrimento destes comportamentos pelo discurso científico). A outra diz respeito à visão destes sujeitos sobre si próprios como vítimas da sociedade, que ainda os via com as lentes da imoralidade, da devassidão e do pecado. Estes sujeitos eram perseguidos, sua sexualidade marginalizada, e seus corpos devassados em busca de cura e absolvição. Assim, as sexualidades desviantes nascem sob o signo de uma dupla categoria de vítima: são vítimas de suas próprias naturezas e, como consequência, vítimas da sociedade que não as aceita como o que são.

É importante lembrar que o processo de medicalização da sexualidade foi determinado tanto por médicos quanto pelos leigos de quem a medicina falava³¹. Ou seja, as concepções

³¹ Cf. Lanteri-Laura (1994) e Oosterhuis (1997). O segundo estuda a correspondência de Krafft-Ebing (1840-1902), psiquiatra responsável pela definição dos termos ainda utilizados atualmente para nomear os ‘desvios’ sexuais, o que ocorreu num contexto de intensa troca com os próprios sujeitos rotulados com estas categorias – que se demonstravam inicialmente satisfeitos com a formulação médica sobre sua natureza e aliviados pela perspectiva de finalmente ter nomeadas e explicadas suas características desviantes empiricamente reconhecidas.

sobre os comportamentos sexuais foram moldadas por diferentes interesses que dialogaram e se influenciaram mutuamente. Não apenas na medicina, mas também no campo do direito, indivíduos se identificavam com a proposta de singularizar uma natureza ou essência para os comportamentos da sexualidade desviante, e muitos destes sujeitos – como o jurista alemão Ulrichs (1825-1895), o médico inglês Havelock Ellis (1859-1939) e o médico alemão Hirschfeld (1868-1935) – estavam de alguma forma comprometidos com a ideia de reconhecimento da legitimidade destes comportamentos.

O processo de nomeação das sexualidades desviantes ofereceu para os sujeitos recobertos por esta classificação visibilidade e ordem. Eles não eram mais pecadores ou aberrações, mas pessoas doentes. Além disto, o agrupamento dos indivíduos de acordo com seus comportamentos sexuais fixou identidades que puderam ser adotadas coletivamente, unindo pessoas irmanadas pelos seus comportamentos (ou por suas “doenças”). E a lógica médica, ainda que não isenta de moralismos, pregava compaixão. Assim, podemos supor que a percepção destes comportamentos considerados “anormais” como sendo dignos de compaixão emergiu do discurso médico tanto quanto do interesse dos próprios sujeitos que este discurso transformava em objeto.

Em meados do século XX, quando os personagens sociais identificados pela sua sexualidade passam a reivindicar direitos políticos e a exigir serem reconhecidos como parcela legítima da sociedade e da cultura, a ideia de “minorias políticas” ainda articula a noção de “vítimas da sociedade” cuja liberdade é sufocada e os direitos negados. Assim, a origem do discurso científico-político sobre estes sujeitos associado a uma lógica de vitimização é um marco histórico das identidades políticas, embora sua expressão máxima só tenha alcançado eficácia política nos dias atuais. Mas não terá sido a própria constituição destas identidades já com a marca deste viés de “vítima” que permitiu sua modelação para a participação na luta por criar ou modificar políticas públicas típicas de uma sociedade marcada pelo biopoder?

De maneira semelhante, a emergência de um reconhecimento e crítica ao papel submisso da mulher na sociedade nasce e se desenvolve sempre em diálogo com a vitimização e a tutela feminina, questionando-a. Todo o esforço em demonstrar que não há algo de inerentemente inferior na natureza feminina ecoa os esforços de desessencialização dos comportamentos sexuais por um determinismo calcado na biologia ou mesmo na psicologia. Mas se por um lado foram questionados os discursos de patologização ou de

associação ao desvio, típicos da medicina vitoriana, por outro a legitimidade do campo do direito para englobar estes fenômenos não foi afetada – ao contrário, cresceu. Hoje esta é a maneira modular de se falar sobre eles, através do marco dos direitos humanos.

Contudo, a noção de vítima aparece subjacente de alguma forma mesmo no modelo legalista, pois em termos jurídicos o que se espera é uma espécie de equiparação de direitos, ou mais comumente, o estabelecimento de direitos específicos que visem reparar o status marginalizado das diversas manifestações da sexualidade não normativa e da mulher em relação ao homem. Em grande medida, o reconhecimento da legitimidade destas demandas tem passado pela capacidade dos grupos organizados ao redor delas de se estabelecerem como dignos de compaixão. A compaixão por estes sujeitos geralmente determina o reconhecimento de suas aflições, o que nos conduz de volta ao diálogo com as ideias de Clark, exploradas no capítulo 5, sobre o aspecto moral que as gramáticas da compaixão evidenciam; bem como as considerações de Sarti sobre o papel da vítima como um articulador da expressão do sofrimento e uma noção específica da modernidade. Estas noções também ajudam a explicar a relação entre vitimização e movimentos sociais de cunho identitário.

Como apresentado no capítulo 1, Gould estabelece um modelo para as estruturas emocionais da relação de pessoas homossexuais com a sociedade que é baseada na ideia de ambivalência – tanto de atração quanto repulsão pelas normas sociais que, por um lado, são parte inerente do indivíduo e inculcadas através do processo de socialização; e por outro estabelecem o status do indivíduo homossexual como marginalizado. Gould fala sobre como o status marginalizado de todas as lésbicas e gays numa sociedade heterossexista estrutura um conjunto de emoções contraditórias difíceis de serem evitadas. Este conjunto emocional pende ora para uma maior aceitação da sociedade discriminadora, ora para um maior repúdio.

O próprio modelo de Gould é um modelo de minorias, do qual ela analisa especificamente o caso de gays e lésbicas. Em todos os casos, a ambivalência de minorias em relação à sociedade é um elemento importante para analisar manifestações de descontentamento e as formas subsequentes de engajamento em propostas de mobilização. Na análise de Gould o conjunto de sentimentos ambivalentes é o principal elemento emocional em interação com os eventos que criam um choque moral levando um indivíduo a repensar seus valores básicos e como o mundo diverge deles.

Nas entrevistas analisadas, não são apenas as questões relacionadas a gays e lésbicas que estão em jogo, mas uma constelação maior de problemas de discriminação e sujeição ligados ao gênero e sexualidade. Assim, as narrativas falam de machismo, de homofobia, dos elementos perversos de discriminação presentes na epidemia de HIV/AIDS. Os entrevistados podem perceber-se ou não como parte das minorias atingidas por estas situações, mas identificam claramente que simpatizam com estes grupos.

As questões ligadas ao gênero e à sexualidade, bem como do papel de minorias estigmatizadas na sociedade, é marcada pela ambivalência, como demonstrado por Gould. Esta ambivalência diz respeito tanto ao desejo de integração à sociedade como a uma repulsa pela discriminação. O choque moral é uma forma de dramatizar esta ambivalência numa das duas direções. No caso das pessoas que tendem a experimentar, a dramatizar, o incômodo pessoal com estas questões de gênero e sexualidade de uma forma mais intelectual, o choque moral depende também de uma articulação entre experiência e teoria que ajuda a dar nome e a colocar em perspectiva a inquietude. Nesse sentido, a compaixão é um sentimento moral que estabelece/rompe fronteiras da alteridade, criando "identificação", e o choque moral pode ser percebido como um "drama" capaz de injetar afeto na cognição, assim motivando o engajamento.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, S.E., DAGNINO, E. ; ESCOBAR, A. (Org.). (2000). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)*. Belo Horizonte:UFMG, 538 p.
- BOBBIO, N. *A Era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, P. (Coord). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da História oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BOURDIEU, P. *Esboço de Autoanálise*. Tradução, introdução, cronologia e notas – Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Acessado em 20 de agosto de 2012, disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>.
- CARRARA, S. ; VIANNA, A.R.B. *Homossexualidade, violência e justiça: a violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. IMS/UERJ/Fundação Ford, 2001. 90 p.
- CLARK. C. *Misery and Company – sympathy in everyday life*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1997.
- CLIFFORD, J. “Sobre a Automodelagem Etnográfica: Conrad e Malinowski”. In: *A Experiência Etnográfica - antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- COELHO, M.C. “Narrativas de Violência: a Dimensão Micropolítica das Emoções”. *Mana*, v. 16 n. 2, out. de 2010, p265-285, 2010b.
- COELHO, M.C. *As Emoções e a Ordem Pública: uma investigação sobre modelos teóricos para a análise sócio-antropológica das emoções*. 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2010a.
- COLE, J. Narratives and Moral Projects: Generational Memoires of the Malagasy 1947 Rebellion. *Ethos*. 131(1): 95-126, 2003.
- COLLINS, R. “Social Movements and the Focus of Emotional Attention”. In: GOODWIN, J.; JASPER, J. M. ; POLLETTA, F. (Org.). *Passionate Politics – emotions and social movements*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2001.

CRAPANZANO, V. *Imaginative Horizons – an essay in literary philosophical anthropology*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2004.

DURÃO, S. ; COELHO, M.C. “Moral e Emoção nos Movimentos Culturais: estudo da ‘tecnologia social’ do Grupo Cultural AfroReggae”. *Revista de Antropologia*. São Paulo, FFLCH/USP. (no prelo).

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Trad. Joaquim Pereira Neto. Revisão H. Dalbosco. São Paulo: Paulinas, [1912]. 1989.

ELIACHEFF, C.; LARIVIÈRE, D.S. *Les temps des victimes*. Paris: Albin Michel, 2007

ELIAS, N. “An Essay on Sport and Violence”. In: *Quest for Excitement – Sport and Leisure in the Civilizing Process*. Org: Elias, Norbert & Dunning, Eric. Oxford, UK & Cambridge, USA: Blackwell, 1986.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. 2v.

FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FASSIN, D.; RECHTAMN, R. (Org.). *Traumatism, victimologie et Psychiatrie humanitaire: nouvelles figures et nouvelles pratiques en santé mentale*. Paris: Cresp/Cesames, 2002

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GAMSON, W. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GIDDENS, A. *A transformação da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1992.

GOFFMAN, E. *Stigma - Notes on Management of Spoiled Identity*. Pelican /Penguin Books, 1990 [1963].

GOFFMAN, E. “A Elaboração da Face”. In: FIGUEIRA, S. (Org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, p. 76-114, 1980.

GOLDMAN, M. “Introdução: Políticas e Subjetividades nos ‘Novos Movimentos Culturais’”. *Ilha – Revista de Antropologia*. Vol. 9, nos. 1/2, pp. 9-22, 2009.

GOODWIN, J.; JASPER, J.; M. ;POLLETTA, F. (Org.). *Passionate Politics – emotions and social movements*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.

GOULD, D. “Rock the Boat, Don’t Rock the Boat, Baby: Ambivalence and the Emergence of Militante AIDS Activism”. In: GOODWIN, J.; JASPER, J. M. ; POLLETTA, F. (Org.). *Passionate Politics – emotions and social movements*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2001.

GREGORI, M. F. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M. In: GREGORI, M. F.; Piscitelli, A.; Carrara, S. (Org.) *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004. p.235-255.

HEILBORN, M.L. ; BRANDÃO, E.R. “Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade”. In: HEILBORN, M.L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 7-17, 1999.

HOCHSCHILD, A.R. Emotion work, feeling rules, and social structure. *American Journal of Sociology* 85: 551-75, 1979.

JASPER, J.M. The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions in and around Social Movement”. *Sociological Forum* 13:397-424, 1998.

JASPER, J.M. *The Art of Moral Protest: Culture, Biography , and Creativity in Social Movements*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

KATZ, J. “Righteous Slaughter”. In: *Seductions of Crime*. NY: Basic Books, 1988.

KEMPER, T.D. *A Social Interactional Theory of Emotions*. New York, NY: Wiley, 1978.

KOLTAI, C. *Uma questão delicada. Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.35-42, 2002.

LACERDA, P. *O drama encenado: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. 127 p.

LANTERI-LAURA, G. *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

LAQUEUR, T. *Inventando o sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

Le Breton, D. *Anthropologie de la douleur*. Paris: Metailié, 1995.

LÉVI-STRAUSS, C. A Eficácia Simbólica. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985a. 2ª Ed.

LÉVI-STRAUSS, C. O feiticeiro e sua magia. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985b. 2ª Ed.

LUTZ, C. ; ABU-LUGHOD, L. (Org.). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

LUTZ, C. *Unnatural Emotions: everyday sentiments on a Micronesian atoll and their challenge to Western theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

MACRAE, E. *A Construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da Abertura*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

MARTIN, E.. *The Woman in the Body. A Cultural Analysis on Reproduction*. Boston: Beacon Press, 1992 [1987].

MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003

MAUSS, M. “Esboço de uma Teoria Geral da Magia”. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003

MORRIS, S. ; MUELLER, C.M., (Ed.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

OLIVEIRA, L.R.C. “Existe Violência sem agressão moral?”. IN: *RBCS*, Vol. 23 n^o.67, junho, 2008.

OOSTERHUIS, H. “Richard von Krafft-Ebing’s ‘step children of nature’: psychiatry and the making of homosexual identity”. In: ROSARIO, V. (Org.) *Science and homossexualities*. New York: Routledge, 1997. p. 67-88.

PECHENY, M. *Sexualidad, salud y política en América Latina: reconstrucción y análisis de una tradición intelectual de investigación*. Buenos Aires: Proyectos de Investigación Científica o de Innovación Tecnológica - Programación Científica 2011-2014. Universidad de Buenos Aires. Secretaría de Ciencia y Técnica, 2010.

PEIRANO, M. *A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006

POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. IN: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.p. 3-15.

RAMOS, S. ; CARRARA, S. “A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas”. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 16(2):185-205, 2006

RAMOS, S. “Disque Defesa Homossexual: narrativas da violência na primeira pessoa”. *Comunicações do ISER*, Ano 20, n. 56, p. 53-66, 2001.

RAUPP RIOS, R. *Notas para um direito da sexualidade democrático*. Apresentação feita na Primeira Reunião Regional, Sexualidades, Salud y Derechos Humanos em América Latina, promovida pela Universidade Peruana Cayetano Heredia e Red de Investigación em sexualidades vih/sida em América Latina. Lima, 2003

REDDY, W.M. “Against Constructionism: The Historical Ethnography of Emotions.” *Current Anthropology* 38:327-51, 1997.

ROHDEN, F. “Ensaio Bibliográfico: O Corpo fazendo a diferença”. *Mana*. 4(2):127-141, 1998.

ROSALDO, M.Z. “Toward an Anthropology of Self and Feeling”. In: SHWEDER, R.A. ; LEVINE, R.A. (Org.). *Culture Theory – essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 137-157, 1984.

ROUSSO, H. *Le Syndrome de Vichy*. Paris, Le Seuil, 1987.

RUSSO, J.; VENÂNCIO, A.T. “Classificando as pessoas e suas perturbações: a revolução terminológica do DSM III”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, Perdizes, SP, v.9, n.3, p. 460-483, 2006.

SARTI, C. “A vítima como figura contemporânea”. *Caderno CRH*. Salvador, v.24, n.61, p.51-61, Jan./Abr, 2011

SIMIÃO, D. *As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília – UnB, 2005.

SNOW, D.A. ; BENFORD, R. “Master Frames and Cycles of Protest”. In: MORRIS, A.D. ; MUELLER, C.M., (Ed.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

TRUCHON, K. “Victimes ET marchandeurs de mémoire (essai bibliographique)”. In: *Anthropologie et sociétés*, v.31, n.2, p. 219-233, 2007. Disponível em: <www.erudit.org/revue/as/2007/v31/n2/018691ar.pdf>

VIANNA, A. ; LACERDA, P. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: mapeamento e Diagnóstico*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.